

ALAVOURA

Fundada em
1897

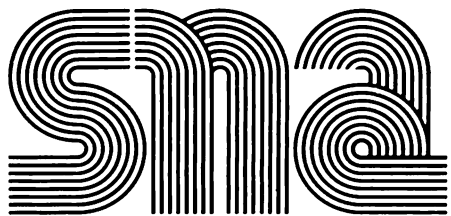
JAN./FEV.82

ANO LXXXIV

ÓRGÃO OFICIAL
DA SOCIEDADE
NACIONAL DE
AGRICULTURA



Análise e
Perspectiva da
Agricultura Brasileira



Sociedade Nacional de Agricultura

85 Anos

A Sociedade Nacional de Agricultura — SNA — é uma entidade de utilidade pública, fundada em 16 de janeiro de 1897, que tem por finalidade o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas de interesse dos agricultores, pecuaristas e de agroindústrias.

Ao longo de seus oitenta e cinco anos de existência, a SNA manteve-se como a mais respeitável entidade do setor agropecuário, quer pelo desempenho de múltiplas e variadas atividades a serviço da agricultura, quer por sua participação na formulação política, econômica e social da nação brasileira.

Informação

A Revista *A Lavoura* é o órgão oficial de divulgação da SNA e, sobretudo, de informação da classe agrária. Editada bimestralmente, tem sua distribuição orientada aos sócios da entidade, possuindo oitenta e quatro anos de circulação ininterrupta.

Documentação

A SNA mantém ainda uma biblioteca agrícola atualizada, que é considerada como uma das mais completas, de sua especialidade, no Brasil. Depositária da FAO, dispõe de aproximadamente 30.000 volumes registrados.

Política Agrícola

Colaborar na formulação da política agrária é uma preocupação constante da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura. Para tanto, funcionam regularmente nove comissões técnicas para análise de temas específicos de sua área de atuação e apresentação de propostas a órgãos da administração pública e outras entidades.

Dentro desse mesmo espírito, são promovidos frequentemente seminários, congressos e simpósios, além de cursos de treinamento e atualização.

Ensino

Em área de propriedade da SNA, em zona urbana valorizada no Rio de Janeiro (Avenida Brasil), a entidade mantém a Escola de Horticultura *Wenceslão Bello*, que ministra, regularmente, em três períodos durante o ano, cursos práticos de diversas especialidades.



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897 - RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3549 DE 16/10/1918

AVENIDA GENERAL JUSTO, 171 - 2.º ANDAR - CEP 20.021 - RIO DE JANEIRO - BRASIL

TELEFONES: (021) 240-4149 e 240-4573 END. TELEG. "VIRIBUSUNITS" - CAIXA POSTAL 1.245

DIRETORIA GERAL

Presidente	OCTAVIO MELLO ALVARENGA
1.º Vice-Presidente	GILBERTO CONFORTO
2.º Vice-Presidente	OSANÁ SÓCRATES DE ARAUJO ALMEIDA
3.º Vice-Presidente	ALFREDO LOPES MARTINS NETO
4.º Vice-Presidente	ANTONIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE
1.º Secretário	JOSÉ MOTTA MAIA
2.º Secretário	OTTO LYRA SCHRADER
3.º Secretário	LUIS EMYGDIO MELLO FILHO
1.º Tesoureiro	JOEL NAEGELE
2.º Tesoureiro	JOÃO BUCHAUL
3.º Tesoureiro	CARLOS ELYSIO A. GÔES DE ARAÚJO

DIRETORIA TÉCNICA

01)	José Carlos Vieira Barbosa
02)	Acyr Campos
03)	Geraldo Coutinho
04)	Lelivaldo Antonio de Brito
05)	Severino Veloso de Carvalho
06)	José Carlos Fonseca
07)	Carlos Arthur Repsold
08)	Fausto Aita Gai
09)	Sergio Carlos Lupatelli
10)	João Renato Baeta Neves
11)	Luiz Guimarães Neto
12)	Fernando Pegoraro Barcelos
13)	Marco Aurélio Andrade Correa Machado
14)	Hélio de Almeida Brum
15)	Ediraldo Matos Silva

Vitalícios

01)	Otto Frensel
02)	Geraldo Goulart da Silveira

COMISSÃO FISCAL

Efetivo

01)	Amaro Cavalcanti
02)	Elvo Santoro
03)	Célio Pereira Ribeiro

Suplentes

01)	José Teixeira Garcia
02)	Francisco Jacob Gayoso de Almeida
03)	Jefferson D'Almeida

CONSELHO SUPERIOR

Cadeira	Patrono	Titular
1	Ennes de Souza	Fausto Aita Gai
2	Moura Brasil	Geraldo Goulart da Silveira
3	Campos da Paz	Hélio Raposo
4	Barão de Capanema	Luiz Marques Poliano
5	Antonino Fialho	Arménio da Rocha Miranda
6	Wenceslão Bello	João de Souza Carvalho
7	Sylvio Rangel	João Buchaul
8	Pacheco Leão	Carlos Arthur Repsold
9	Lauro Müller	Edmundo Campelo Costa
10	Miguel Calmon	Paulo Agostino Neiva
11	Lyra Castro	Edgard Teixeira Leite
12	Augusto Ramos	Luiz Simões Lopes
13	Simões Lopes	Theodorico Assis Ferraço
14	Eduardo Cotrim	Luiz Fernando Cirne Lima
15	Pedro Osório	Israel Klabin
16	Trajano de Medeiros	Luiz Guimarães Junior
17	Paulino Cavalcanti	Rufino D'Almeida Guerra Filho
18	Fernando Costa	Jalmiréz Guimarães Gomes
19	Sergio de Carvalho	Oswaldo Ballarin
20	Gustavo Dutra	Carlos Infante Vieira
21	José A. Trindade	João Carlos Feveret Porto
22	Ignácio Tosta	Fábio Luz Filho
23	José Saturnino Brito	Octávio Mello Alvarenga
24	José Bonifácio	José Resende Peres
25	Luiz de Queiroz	Charles Frederick Robbs
26	Carlos Moreira	Jorge Wolney Atalla
27	Alberto Sampaio	Gilberto Conforto
28	Navarro de Andrade	Romulo Cavinça
29	Alberto Torres	Otto Frensel
30	Sá Fortes	Renato da Costa Lima
31	Theodoro Peckolt	Otto Lyra Schrader
32	Ricardo de Carvalho	Carlos Helvídio A. dos Reis
33	Barbosa Rodrigues	Amaro Cavalcanti
34	Gonzaga de Campos	
35	Américo Braga	
36	Epaminondas de Souza	Apolônio Sales
37	Mello Leitão	Armando David F. Lima
38	Aristides Caire	Milton Freitas de Souza
39	Vital Brasil	Flávio da Costa Britto
40	Getúlio Vargas	

ALAVOURA

Órgão Oficial da Sociedade Nacional de Agricultura
ISSN Nº 0023 - 9135

ANO LXXXIV

JAN./FEV.82

EDITOR

Antonio Mello Alvarenga Neto

EDITORA ASSISTENTE

Cristina Lúcia Náufel Baran

COORD. DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Eulália Leite Peres

ASSESSOR

Carlos Alberto P. Soares

PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

José Carlos Martins e
Marco Antonio de Moura Dias
Rua Maria Amália, 591 - Cob. 01 - Tijuca
Tels.: 288-3167 - 238.6745 - RJ

COMPOSIÇÃO

Rosalba Composição de Textos Ltda.
Av. N. S. Copacabana, 360 - sala 607
Tel. 255 - 3487 - Copacabana - RJ

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Itapuã Ltda.
Rua Felisbela Freire, 648 - Ramos
Tel: 270.7146 - Rio de Janeiro - RJ

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Av. General Justo, 171 - 2.º andar
CEP 20.021 - Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 240.4573 - 240.4149

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Seminário Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/1982



Realizou-se no período de 15 a 17 de dezembro de 1981, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, o seminário "Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82".

O evento, aberto pelo presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, e pelo Secretário de Abastecimento do Ministério da Agricultura, Hélio Tollini, foi encerrado pelo Ministro da Agricultura, Angelo Amaury Stabile.

Entre as personalidades

presentes: Presidente Ernesto Geisel acompanhado do Ministro Alysso Paulinelli; Fábio de Salles Meireles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Darcy Jardim de Mattos, presidente da Comissão Coordenadora de Criação de Cavalos Nacional (CCCCN).

Como conferencistas autoridades do nível de José Kleber Leite de Castro, Diretor de Crédito Rural do Banco Central

e dirigentes de entidades tais como Roberto Abreu Sodré, presidente do Conselho Nacional do Café, Everton Almeida, presidente do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, Manoel Carlos Barbosa, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), João Carlos Meireles, presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte, e técnicos agrícolas como Derli Dossa e Tito Bruno Bandeira Ryff.

Sumário

ABERTURA

O horizonte agrário

2

PANORAMA GERAL

Hélio Tollini afirma que a agricultura é credora

7



CRÉDITO RURAL

Banco Central quer mais fontes de recursos para ajudar no crédito rural

8

Presidente da Fenaban aponta o Brasil como "o paraíso dos subsídios"

8

Crédito rural só beneficia 25% dos produtores rurais

9

Proposta para criação de sistema nacional de crédito cooperativo será apresentada pelo BNNC

9



SAFRA DE GRÃOS

Produção no Brasil cresce apenas 1%

10

Alimentos podem funcionar como arma contra países exportadores

13



CAFÉ

Abreu Sodré tece crítica severa à política do IBC

19



PECUÁRIA

Pecuária de corte precisa de diretrizes a longo prazo para evitar crises cíclicas

20

A visão da ABCZ

20

Deficiência alimentar causa perda de Cr\$ 170 bilhões a cada ano

23



COOPERATIVISMO

Cooperativa quer dispensar tutela do governo visando dinamizar atividades

25



LEGISLAÇÃO

O usucapião agrário em destaque

27

Geisel defende a justiça agrária e usucapião na SNA

28

Política agrícola e política agrária, caráter e alcance da legislação

30



FERTILIZANTES

ANDA mostra que é preciso política de comercialização realista

34



MECANIZAÇÃO

Indústria de máquinas e equipamentos não têm boas perspectivas em 82

35



CACAU

Produção mantém-se constante mas renda cai quase à metade

44



IRRIGAÇÃO

Política nacional de irrigação

47

Irrigação cria euforia para setores agrícolas de exploração rendosa

49



AMBIENTE

Sérgio Bernardes propõe S/A para desenvolvimento agro-urbano

50



PESCA

A importância da pesca

51

ENCERRAMENTO

As conclusões do Seminário

56

Um balanço da prioridade agrária

58

O Horizonte agrário



O crédito rural foi um dos pontos altos na abertura do seminário. Na foto, o conferencista José Kleber Leite de Castro, diretor do Banco Central; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA e Theóphilo Azeredo Santos, presidente da FENABAN.

A SNA realizou o Seminário "Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82", como maneira de demonstrar que a mais antiga entidade vinculada à problemática agrária do Brasil, procura manter-se dentro de suas normas estatutárias, exigindo uma diversificação de estudos que somente uma gama também diversificada de analistas, altamente qualificados, poderia realizar.

Em seqüência à análise de cada um dos segmentos, que constituem a agricultura nacional, os expositores convidados apresentarão as perspectivas que lhes parecem mais reais diante do horizonte agrário de 1982. Podemos nos fixar no crédito rural, na política de exportações e nas tendências do associativismo as grandes linhas mestras da economia agrícola.

A SNA, seja através de suas comissões técnicas, seja por indução decorrente de resoluções de sua diretoria, enfatizou em momento crítico e não muito distante, a imprescindibilidade do crédito para o desenvolvimento agrícola, enfrentando inclusive alegações distorcidas que antepunham (e antepõem) o crédito à agricultura, situando o setor agrícola como causa inflacionária.

O crédito reflete-se no capítulo do cooperativismo, das atividades de criação, reflorestamento e pesca; é essencial na política de irrigação, da pecuária,

equipamentos e insumos. Dessa maneira, numa seqüência lógica, analisaremos o que se realizou e o que se pretende realizar no capítulo do crédito rural em abrangência prospectiva.

Agradecemos às autoridades que se deslocaram para o encontro, que foi praticado como justificativa de uma utilidade pública, aqui consubstanciada em informática com abrangência sócio-econômica.

Sem pretender alcançar as minudências dos expositores, convém, em primeiro lugar apontar as modificações gradativas que o governo vem introduzindo na sua política agrícola analisando-as sob dois aspectos: o das motivações que o levaram a adotá-las e o da influência dessas alterações no meio rural, sobretudo no que diz respeito às intenções de plantio para a safra de 1981/82.

Crédito rural

No início do ano de 1981 o centro de atenções foram as alterações na Política de Crédito Rural. Dentre as principais medidas, destaca-se a decisão sobre a exigibilidade do montante a ser aplicado em crédito rural, pelo setor bancário a partir de 31-03-81, passando de 15% para 20% da média das posições

líquidas de depósitos. Além disso, restringiu-se o uso desses recursos, ao vedar sua aplicação em operações de crédito rural destinadas a descontos, aquisição de máquinas, tratores, veículos, bovinos e florestamento e reflorestamento, como também em EGFs concedidos a industriais beneficiadores ou comerciantes.

A classificação dos beneficiários do crédito rural em função da produção bruta anual sofreu ligeira alteração.

Nas operações de custeio, as taxas de juros foram uniformizadas e reajustadas (35% nas áreas da SUDAN/SUDENE e 45% nas demais regiões) independentemente da categoria em que o produtor for classificado.

Dado o nível inflacionário, pode-se dizer que o setor agrícola continuava subsidiado. A diferença entre as categorias de produtores dizia respeito à parcela financiada, de modo que os mini e pequenos produtores eram financiados em 100%, e médios e grandes produtores em 80% e 60%, respectivamente. Deste modo, exigiu-se destas duas últimas categorias uma parcela de recursos próprios, a taxas de juros vigentes para as operações bancárias comuns com pessoas jurídicas.

A alteração mais significativa nas operações de custeio referiu-se à aquisição de fertilizantes químicos ou minerais, que desde 1977 não era passível de juros, e que a partir de 30-06-81 sofreu incidência das taxas de juros fixados, ou seja, 35% ou 45% dependendo da região onde se concedia o crédito. A Circular 590 do BACEN, que complementava a Resolução 671, destacava ser vedada a liberação de recursos para a formação de estoques, sendo concedidos apenas quando se destinam a lavouras já formadas ou em vias de formação.

Desta forma, a próxima safra de 1981/1982 traz em seu bojo, as seguintes alterações nas regras que orientam a atividade dos agricultores: elevação das taxas de juros para financiamento do custeio da produção, redução do percentual do Valor Básico de Custeio que é financiado a taxas de juros subsidiadas e fixação de um preço básico de garantia a ser reajustado, no momento da colheita, com base na variação do INPC.

Preços mínimos reajustados

As duas primeiras reformulações, conhecidas com grande antecedência pelos agricultores, dão continuidade à ação governamental, que teve início já na safra de 1980/81, destinada a reduzir, paulatinamente, a massa de subsídios embutida nos financiamentos de custeio. A terceira providência, anunciada pouco antes da fixação dos novos preços mínimos pelo Conselho Monetário Nacional, obedece, por sua vez, a três razões fundamentais. A primeira delas, é a necessidade de preservar a remuneração futura do agricultor da erosão decorrente das altas taxas de inflação atuais. A dificuldade de estimar, com antecipação de vários meses, a evolução do ritmo da inflação e, mais particularmente, o aumento dos custos de produção das diversas lavouras, ficou evidente na última safra, quando boa parte dos preços mínimos fixados com antecedência aproximada de 8 meses, em relação à época de colheita, foi amplamente ultrapassada pela elevação dos preços dos principais insumos agrícolas. A segunda motivação, por trás da iniciativa do Conselho Monetário Nacional, é a expectativa, por parte do governo, de que a taxa de inflação sofra, nos próximos meses.

Finalmente, o fato de que, no ano de 1981, a comercialização da maioria dos produtos agrícolas vinha sendo feita a preços relativamente baixos para o produtor, deve ter contribuído, também, para a decisão do governo. O caso mais flagrante é o do arroz, cujo preço, a nível de produtor, medido em cruzeiros de valor constante, é o mais baixo dos últimos onze anos. O mesmo vem ocorrendo com os preços recebidos pelos produtores de milho e soja que, em termos reais, acham-se bem abaixo dos valores registrados nos últimos 3 ou 4 anos. Esta situação de relativa estagnação dos mercados agrícolas, para a qual contribuíram não apenas a expansão da oferta mas, também, a maior parcimônia do governo com relação à liberação de recursos para o financiamento da comercialização e a elevação das taxas de juros, permitiu ao governo fixar, como piso para a remuneração dos produtores, preços básicos que, em alguns casos, acham-se acima dos preços que vigoravam até recentemente no mercado.

Valores Básicos de Custeio

Do ponto de vista do incentivo à produção, convém examinar, separadamente, o possível impacto dos Valores Básicos de Custeio das novas normas de financiamento para custeio e dos preços de garantia.

A safra 81/82

Para a safra 1981/82, os Valores Básicos de Custeio foram reajustados, via de regra, em percentuais um pouco superiores ao da inflação registrada nos 12 meses de 1981. Ocorre, no entanto, que os custos de produção experimentaram, no mesmo período, alta ainda mais acentuada.

Na safra de 1981/82, os agricultores, de uma maneira geral, terão que pagar, nos empréstimos de custeio, uma taxa nominal de juros bem mais alta do que em anos anteriores. Este fato é decorrência não só da elevação da taxa de juros nos financiamentos de Crédito Rural, mas, também, na exigência, para médios e grandes produtores, de aplicação de uma parcela maior de capital próprio nas despesas de custeio da lavoura.

Estas modificações têm duas implicações importantes. A primeira se refere à rentabilidade do empreendimento agrícola, caso o aumento dos custos de produção não venha a ser compensado por uma elevação proporcional do preço recebido pelo agricultor, no momento da comercialização da safra. A segunda, diz respeito ao risco financeiro do agricultor, singularmente acrescido pelas novas normas de financiamento da produção.

É difícil saber-se, com antecipação, se os preços de mercado, por ocasião da colheita da safra 1981/82, poderão compensar o ônus adicional que se exige, atualmente, do agricultor brasileiro. Os níveis de preço de uma safra dependem, entre outras coisas, do volume de produção, das taxas de juros e da disponibilidade de crédito nos financiamentos para a comercialização e dos preços mínimos de garantia, que funcionam como fator de sustentação das cotações.

A safra 1981/82 traz consigo o risco de que uma nova expansão significati-

va da oferta agrícola acabe arrastando os preços a níveis muito próximos, ou mesmo inferiores, às despesas de produção efetuadas pelo produtor. Para evitar que isto aconteça, cabe ao governo acompanhar, mais de perto, a evolução dos preços dos principais insumos agrícolas nos próximos meses e assegurar, no início da colheita, um financiamento adequado para a comercialização da safra.

Maior participação das entidades da classe na formulação dos projetos de desenvolvimento agrícola

A imprensa anuncia a concessão, pelo Banco Mundial, de um financiamento inicial de 320 milhões de dólares, para a implantação de um programa integrado, com vistas a desenvolvimento do noroeste brasileiro.

É o maior empréstimo financeiro que, em toda a sua existência, concedeu o referido estabelecimento.

De acordo com os jornais, o custo total do Polonoroeste é um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, e se destina à construção de estradas, estabelecimento de trinta mil famílias em novas áreas de colonização e a vários projetos de desenvolvimento rural integrado e de regularização fundiária.

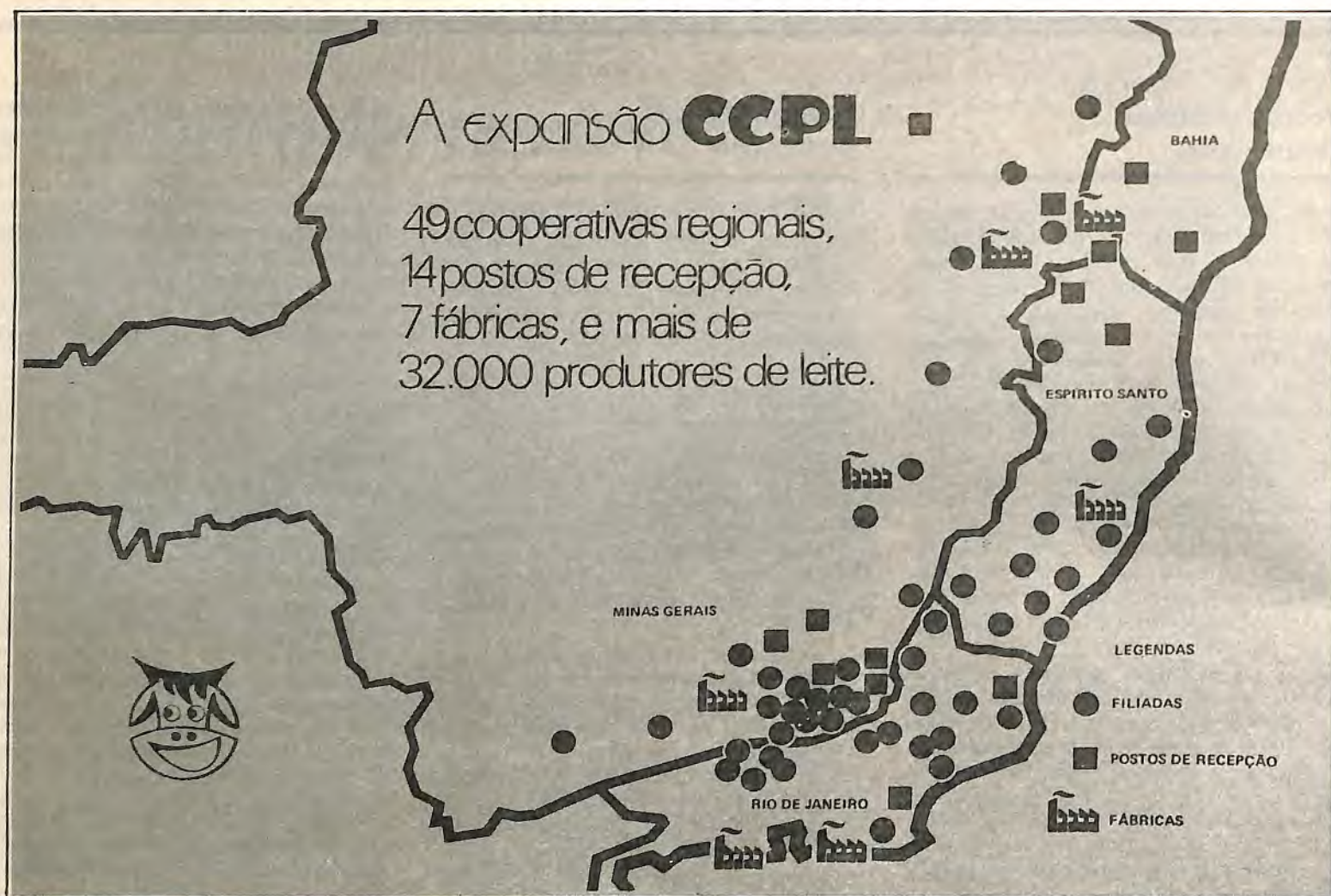
O fato demonstra que o Brasil tem crédito no exterior.

Demonstra que o crédito é concedido para aplicação no desenvolvimento econômico, sustentado pelos setores agrícolas.

Porém, indaga se algum organismo não-estatal — e existem muitos e de incontestável validade — foi chamado a colaborar no planejamento de um tão vasto empreendimento.

São fatos assim que apresentam uma face altamente positiva, mas que suscitam a interrogação da classe agrícola, são "fatos consumados" dessa ordem que colocam em estado de vigilância quantos acreditam na livre iniciativa. Porque a liberdade predicada pelos democratas não se deve restringir à liberdade de fazer, mas, também, à responsabilidade de planejar, de colaborar, de estar junto no momento em que se projeta, para, inclusive, não reclamar — ou reclamar menos — quando chegar a hora da execução.

CCPL é leite,



A CCPL está crescendo, multiplicando suas fábricas e arregimentando mais e mais fornecedores de leite em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, numa área de quase 300 mil quilômetros quadrados.

Agora, são 32 mil produtores de leite, cujo trabalho diário, desde a madrugada ao anoitecer — ininterrupto — é mais uma prova de raça e fibra do pecuarista brasileiro, acostumado a enfrentar tempo difícil e condições adversas, sem esmorecer. Este é o homem forte e destemido que, nestes 33 anos da CCPL pôde elevar o cooperativismo à condição de maior relevo do progresso industrial. Homens dedicados a produzir alimento de alta qualidade.

Alimento sadio das melhores bacias leiteiras do país.

Mas a CCPL não pára na recepção do leite e sua industrialização.

Ela amplia suas pesquisas tecnológicas e diversifica seus produtos, todos saborosos e nutritivos; **forma** técnicos e preocupa-se com os rebanhos bovinos em sua área de ação, além de abrir estradas vicinais neste imenso território de meia centena de cooperativas regionais e catorze postos de recepção direta do leite.

leite é vida!



CCPL — Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.

Hélio Tollini afirma que a agricultura é credora do restante da economia



Tollini: agricultura brasileira tem trabalhado com poucos recursos nos últimos três anos.



Em sua palestra no Seminário "Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82", o Secretário Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura, Hélio Tollini, afirmou que a agricultura é credora, pois deu mais para o resto da economia do que recebeu como subsídio.

Ele disse que, dentro da atual fase de transição econômica do país, "a nossa agricultura tem trabalhado, nos últimos três anos, com poucos recursos, pouco capital para investimento".

Taxas de juros

Segundo o Secretário Nacional de Abastecimento, a maior expectativa é quanto às taxas de juros, que podem onerar ainda mais a produção pela elevação dos custos do financiamento, mas isto não será problema, se o governo se abster de fazer controle de preços, permitindo que os produtores tenham sua remuneração fixada pelo próprio mercado.

"Vai chegar um momento em que estaremos pagando os juros de mercado e só aí é que o governo poderá detectar os setores mais carentes e resolver ajudá-los, um a um. Ou seja — destacou Hélio Tollini — após termos zero de subsídios, poderemos dar subsídios para os setores mais afetados".

Um outro ponto sublinhado é que com os preços estabelecidos pela livre

concorrência de mercado o setor poderá ser melhor remunerado e isto certamente fará com que os produtores se interessem mais por sua produção e aumentem o uso de tecnologia, já experimentada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para aumentar os seus ganhos com a produtividade. "E só aí é que se falará em baixar os preços para o consumidor".

Gêneros básicos

Entre as alterações que o governo vem promovendo para beneficiar o meio rural, Hélio Tollini destacou o conserto no que toca a destinação dos subsídios, que, como vinham sendo concedidos, distorceram a direção da produção agrícola.

Explica o Secretário Nacional de Abastecimento que os produtos básicos para a alimentação do povo brasileiro ficaram prejudicados em relação aos produtos de exportação, justamente pelo controle de preços que sempre foi exercitado sobre os produtos de abastecimento interno e porque os gêneros básicos não se beneficiavam dos subsídios através do crédito.

Hélio Tollini defendeu a idéia de que o Brasil aproveite o seu potencial de produção para obter gêneros para exportar — acentuando que já há um contrato para exportar milho em 1982.

"Somente quando nós formos exportadores dos gêneros básicos da nossa

dieta, mesmo em pequena escala, é que poderemos ficar tranquilos quanto ao abastecimento interno. A idéia é deixar de importar".

Citou o caso do feijão, que como os demais produtos básicos, não cresceu a sua produção tanto quanto cresceu a população brasileira, mantendo-se na década de 70 com 2,2 milhões de toneladas anuais, mas que agora volta a ser uma boa alternativa comercial para o produtor rural.

O Secretário Nacional de Abastecimento disse ainda que os grandes programas agrícolas, como o do Cerrado e o Provárzeas, somente poderão ser avaliados depois de cinco anos, mas salientou que providências estão sendo tomadas para que as recomendações técnicas sejam seguidas, como no caso de incentivo da safrinha de feijão, que somente recebe crédito para ser plantado em regiões onde o risco de perda não seja grande.

Ao comentar a afirmativa de que há um conflito entre produção de alimentos e de energia, Hélio Tollini afirmou que isto pode ocorrer a curto prazo apenas, levando os gêneros básicos para locais mais distantes do consumidor e assim aumentando o seu preço final, mas citou o caso de São Paulo, onde o crescimento da produção de feijão foi muito grande, dentro do esforço nacional de aumentar a oferta do produto nacional e evitar a importação.



Banco Central quer mais fontes de recursos para ajudar no crédito rural

O governo deseja aumentar o número de fontes do crédito rural pois não vê mais possibilidade de concentrar a responsabilidade de fornecer recursos aos produtores através dos bancos oficiais, retirando-os do orçamento monetário para repassar ao Banco do Brasil, segundo o diretor de Crédito Rural do Banco Central, José Kleber Leite de Castro.

Ele apontou o crescimento da cota dos bancos particulares, o aumento da participação das cooperativas de crédito rural e a captação direta no mercado, a juros de mercado, como as melhores soluções para por fim aos subsídios.

Taxa real

"O subsídio, economicamente é ineficaz; socialmente é injusto; monetariamente é insustentável; tributariamente é inócuo e juridicamente é controverso". Assim José Kleber Leite de Castro caracterizou o ponto de vista da área governamental sobre o problema. Ele anunciou uma política de redução dos níveis de subsídios pela reaproximação da taxa real de juros durante 1982.

Mas aproveitou para esclarecer que o empate não deverá ocorrer ainda este



José Kleber Leite de Castro

ano. A aproximação da taxa real chegará a um nível bem elevado, pois o diretor de Crédito Rural do Banco Central espera que a inflação, já em sua fase declinante, chegue a 70% nos próximos 12 meses.

Ele destacou que, conforme o Ministério da Fazenda já havia constatado, há excesso de participação oficial no Crédito Rural. Em janeiro de 1981, os agentes financeiros governamentais chegaram a alocar 95% de todo crédito concedido aos produtores rurais e ainda hoje a posição oficial é predominante.

Do total de Cr\$ 1 trilhão 705 bilhões destinados ao setor, o Banco do Brasil

ficou, no ano passado, responsável por Cr\$ 1 trilhão 235 bilhões; os bancos comerciais com Cr\$ 250 bilhões e Cr\$ 220 bilhões foram provenientes de repasses do crédito rural. Desta forma, o Banco do Brasil ficou com 73% do crédito rural, os bancos comerciais com 15% e o Banco Central com 12%.

Mas José Kleber Leite de Castro mostrou que a participação dos bancos particulares tem crescido bastante, passando de Cr\$ 90 bilhões em maio de 81 para Cr\$ 260 bilhões ao ser encerrado o exercício em janeiro, ultrapassando todas as previsões feitas, apesar do novo mecanismo do sistema obrigar os bancos comerciais a terem 25% dos depósitos.

Ele disse que a previsão para o mês de dezembro do ano passado, era de que os estabelecimentos particulares chegassem a Cr\$ 177 bilhões, inicialmente, mas já no mês de novembro esta marca já fora superada em Cr\$ 66 bilhões. Em dezembro de 81 a perspectiva era de que eles participassem com um valor entre Cr\$ 450 e Cr\$ 500 bilhões nos Cr\$ 2 trilhões 860 bilhões que devem ser aplicados em crédito rural durante 1982, o que não mudará muito a estrutura, ficando o Banco do Brasil com 70% do total, o Banco Central com 14% e os bancos privados com 16%.

Presidente da Fenaban aponta o Brasil como "o paraíso do subsídio"

O presidente da Federação Nacional dos Bancos, professor Theóphilo de Azeredo Santos, afirmou que chegou a hora da verdade: "é preciso que o Brasil perca o primeiro lugar desonroso em concessão de subsídios, pois somos o paraíso dos subsídios".

Ao destacar a oportunidade de analisar o crédito rural, ele afirmou que chegou a hora do governo e dos empresários enfrentarem de frente este problema de subsídios para a agricultura.

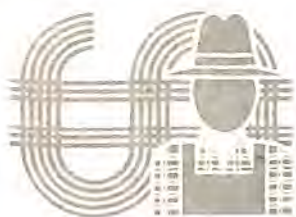
O presidente da Fenaban acentuou a grande importância que o sistema financeiro atribui ao crédito rural ao afirmar



Theóphilo Azeredo Santos

que os bancos particulares já superaram as marcas estabelecidas para empréstimos ao setor no ano passado. Mas preferiu dizer que, na realidade, o produtor rural não quer depender de subsídios: "ele quer é preço; um preço que seja compatível com o custo de sua produção".

O professor Theóphilo de Azeredo Santos afirmou que há um bom relacionamento entre o setor bancário e a agricultura e que os bancos desejam aumentar ainda mais este relacionamento, já estando sendo tomadas as providências neste sentido.



Crédito só beneficia 25% dos produtores rurais

Apenas 25% dos homens do campo têm acesso ao crédito rural no Brasil e são justamente aqueles que menos precisariam, pois são os grandes produtores rurais, que possuem mais informações, além de maior cabedal técnico e financeiro, de acordo com a afirmativa do Superintendente Regional do Banco do Brasil, Manuel Trogo.

O pequeno produtor, na realidade, está preocupado com a sua sobrevivência e, para Manuel Trogo, torna-se necessário que eles sejam agregados em cooperativas, apesar de na maior parte do país haver uma retração ao associativismo.

O Superintendente do Banco do Brasil citou o caso do Estado do Rio, onde o cooperativismo sobrevive entre os produtores de leite e entre os plantadores de cana — que lutam com extrema dificuldade, pois os cooperados querem receber os benefícios de estarem juntos, mas não reconhecem que primeiro devem produzir para ter direito às vantagens que o sistema lhes oferece.

Segundo ele, o Banco do Brasil procura orientar o agricultor, mostrando-lhe a vantagem de sua permanência na terra, já que enfrentar a cidade grande representa um engodo. Manuel Trogo disse que, atualmente, já há os que preferem se fixar ao solo, preocupando-se em que seus filhos tenham uma formação em carreiras ligadas ao campo, entendendo que em alguns lugares é preferível ter um veterinário que um médico.

Problemas

Na opinião de Manuel Trogo, quem tem melhor acesso ao crédito rural são os empresários fortes do setor agrícola. Para demonstrar isto ele cita o caso do café — um dos produtos que mais recebeu crédito, desde o custeio da instalação da lavoura até a torrefação, sem contar o recebido até para a erradicação dos cafezais. Falou ainda que o cacau chegou a provocar uma linha especial de financiamento.

“Mas existem limitações de crédito. Não podemos tirar de onde nada existe e enquanto não eliminarmos os subsídios, temos que conviver com eles”, declarou Manuel Trogo. Entre os pro-



Manuel Trogo

blemas enfrentados, ele citou a grande apesar de ser realmente mínima a sua remuneração, mas não cabe ao Banco discutir, por exemplo, a política do

Proálcool, se ela é boa ou não, mas executá-la, principalmente neste caso, onde entra o fator de segurança nacional.

extensão territorial do país, que obrigou o Banco do Brasil a instalar centenas de postos avançados de crédito rural, as dificuldades de comunicação e transporte.

Ele deu ênfase à orientação para que os pedidos de crédito não fiquem nas agências mais de três ou quatro dias e que as propostas não levem mais de uma semana na superintendência regional. Mesmo nos processos mais trabalhosos, que exigem autorização superior a consulta a técnicos, a solução não ultrapassa a 30 dias.

Sobre as prioridades, Manuel Trogo afirmou que o Banco do Brasil cumpre as determinações governamentais, achando que a política dos preços mínimos faz o possível para ser efetiva,

Proposta para criação de sistema nacional de crédito cooperativo será apresentada pelo BNCC



Byron Coelho

O diretor de finanças e câmbio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Byron Rubem Marinho Coelho, anunciou que até abril deste ano estará concluído o estudo que a entidade realiza, visando a implantação, no Brasil, de um sistema nacional de

crédito cooperativo, reunindo experiências vitoriosas na Europa Ocidental, no Japão e nos Estados Unidos da América.

Ele adiantou que o estudo do BNCC, realizado a pedido da Organização das Cooperativas Brasileiras, conterà pelo menos seis alternativas calcadas naquelas experiências internacionais para a implantação do sistema, que está sendo considerado perfeitamente viável para as condições brasileiras, como forma capaz de lastrear as operações de crédito rural no País, criando um novo tipo de poupança “carimbada” a ser compulsoriamente aplicada na agricultura.

O diretor do BNCC indagou se o agricultor brasileiro é capaz de intermediar produtos como o milho, a soja, o café e o cacau, por exemplo, por que não será capaz de intermediar dinheiro, num banco de suas próprias cooperativas? A solução do sistema de crédito cooperativo, em âmbito nacional, para ele, será uma forma não só capaz de gerar maiores recursos para o crédito rural, como também de diminuir os custos da intermediação financeira para o agricultor.



Safradegrãos

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Produção no Brasil cresce apenas 1% entre duas últimas safras

A continuidade da inflação, com os insumos agrícolas provenientes das indústrias acompanhando o INPC, enquanto os preços recebidos pelos agricultores têm tendência de estabilidade a valores correntes e de declínio em termos reais, está desestimulando o setor primário da economia brasileira, destaca em sua palestra o diretor do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná, Derli Dossa.

Richard J. Barnet, diz: "Está sendo produzido no mundo um quilo de grão por homem, isto é suficiente para dar a todas as pessoas, diariamente, 3000 calorias. O fato de que há homens com fome, é mais efeito de uma má distribuição de alimentos, isto é, se há homens com fome, não é porque não existam alimentos suficientes e sim porque eles mesmos não produzem esses alimentos ou também porque não têm recursos para comprá-los".

Dos grandes grupos de alimentos, os grãos são os mais importantes, principalmente para os países do terceiro mundo, pois eles participam com mais de 50% das disponibilidades energéticas totais fornecidas pela alimentação. No entanto, nos países industrializados, os grãos são importados para o consumo de animais, pois para produzir 1 quilo de carne são necessários de 3 a 10 quilos de grãos. Assim, verifica-se que os países industrializados se tornam os mais dependentes do mercado internacional desse produto. No entanto, nesses países, a tendência de aumento de consumo é muito pequena, não somente pela sua capacidade de produzir com altas produtividades, mas também pela estabilização de sua população.

Segundo a FAO, os países do terceiro mundo, em 1980, importaram 40



Dossa: "países industrializados são os mais dependentes do mercado internacional".

milhões de toneladas de grãos, prevendo que, em 1990, essa importação seja superior a 80 milhões de toneladas e no ano 2000, em torno de 140 milhões de toneladas.

A fome está aumentando no mundo, sempre mais alimentos são destinados ao comércio internacional e sempre menos agricultores estão produzindo para mais consumidores. Os homens, que antes produziam para si e para suas famílias,

A soja foi a cultura que mais cresceu em produção nas últimas três décadas.

hoje em dia não estão mais capacitados para isso. Ocupa-se hoje mais a terra para a produção de produtos fáceis de exportar, do que para a plantação de produtos que a própria população poderia ser alimentada, nos países do terceiro mundo.

É verdade que somente 12% dos alimentos no mundo são exportados, mas o sistema de distribuição atua como papel decisivo. Os Estados Unidos produzem 1/4 dos grãos do mundo, exportam 40% do trigo, 75% do milho, 80% de soja, etc. . . mantendo sobre sua dependência desde os países mais pobres até superpotências como os países da CEE, ou mesmo os socialistas, como a própria Rússia.

Ainda segundo Richard Barnet, o comércio internacional é dominado por cinco empresas familiares: Continental Grain Company (Friborg — Bélgica), Leopold Louis — Dreyfus (Paris — França), Bunje (Amsterdã — Holanda), Cargil (Mineapolis — EEUU) e Georges A. Andre (Nijon — Suíça). "Essas cinco empresas juntas, seriam mais poderosas



Safra de grãos

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

que as 7 irmãs do petróleo, indo seu domínio, desde o controle sobre plantações, transporte, moagem até grandes fornecimentos internacionais.

Situação brasileira

O Brasil desponta como um dos grandes países exportadores de café e soja, mas é importador nato de trigo e eventual de milho, arroz e feijão.

Ao analisar o quadro I, da produção brasileira de grãos, nas últimas três décadas, verifica-se que a cultura de soja teve a maior taxa de crescimento na produção, seguida pelo trigo, milho e feijão, respectivamente.

No quadro II, observa-se a diferença de comportamento entre os grãos de mercado interno daqueles destinados ao mercado internacional. Evidencia-se que as taxas de crescimento dos grãos de mercado externo são superiores aquelas do mercado interno. Deve-se destacar que esse desempenho favorável aos grãos exportáveis não resulta de uma política de incentivos à produção dos exportáveis, já que esta inexistiu, sendo portanto os benefícios apropriados, provavelmente, de forma indireta.

Em relação a variação de produção brasileira estimada para a safra 81/82, comparada a safra 80/81, verifica-se no quadro III as tendências de área e produção. No quadro observa-se aumento de 1% de área com grãos, sendo esse pequeno acréscimo na área decorrente, provavelmente, da política econômica para o setor, ou seja, aumento das taxas de juros, redução nos valores reais dos VBS's, preços dos produtos agrícolas praticados em 1981 considerados desestimulantes, principalmente para arroz, feijão, milho e soja. Há também entre os produtores incertezas quanto as reais possibilidades de que a política de preços mínimos tenha sustentação adequada pelo governo. Finalmente, a continuidade da inflação, onde os insumos agrícolas provenientes das indústrias acompanham o INPC, enquanto que os preços recebidos pelos produtores tem tendência de estabilidade a valores correntes e declinante em termos reais, desestimulando fortemente o setor.

Já as estimativas da produção são ainda mais pessimistas pois, as duas últimas safras tiveram uma situação climática favorável ao desenvolvimento vegetativo das culturas, enquanto que a presente

Quadro I

Situação brasileira, área e produção brasileira de grãos								
1.000								
Época	1950		1960		1970		1980	
Produtos	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
Amendoim	127	118	291	408	670	928	312	483
Arroz	1.964	3.218	2.966	4.795	4.979	7.533	6.211	9.747
Café (em coco)	2.663	1.071	4.420	4.170	2.403	1.510	2.327	1.996
Feijão	1.808	1.248	2.560	1.731	3.485	2.211	4.679	1.968
Milho	4.682	6.024	6.681	8.072	9.858	14.216	11.551	20.374
Soja	—	—	171	206	1.319	1.509	8.754	15.152
Trigo	652	532	1.141	713	1.895	1.844	3.199	2.707
Total	11.895	12.211	18.230	20.095	24.609	29.771	37.033	52.427

Fonte: FIBGE — Elaboração DERA/SEC. Agricultura/PR.

Quadro II

Taxas anuais de crescimento da produção		
Em percentual		
Produtos	1947/67	1967/79
Amendoim	11,62	- 2,18 ³
Arroz	5,96	1,94
Café	4,12	- 1,56 ³
Feijão	4,05	- 1,26 ³
Milho	4,74	2,50
Soja	14,33	27,38
Trigo	0,70 ³	10,14

Fonte: SUPLAN/M.A., FIBGE' CFP, FGV.

Quadro III

Brasil — Estimativa de área e produção dos principais grãos				
Safras	1980/81		1981/82	
Produtos	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Amendoim*	231.141	324.091	230.000	350.000
Arroz	6.097.926	8.346.042	5.800.000	7.900.000
Café	2.949.526	1.926.000	2.833.526	900.000
Feijão*	5.046.376	2.354.085	5.500.000	2.450.000
Milho	11.572.523	21.140.518	13.000.000	23.800.000
Soja	8.483.842	14.983.500	8.300.000	14.500.000
Trigo	3.122.517	2.707.550	2.100.000	2.029.000
Total	37.485.851	51.781.786	37.763.526	51.929.000

(*) Consideradas as duas safras.

Fonte: IBGE, IBC, CFP, DERAL/CEPA-PR.



Safrinha

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

safrinha é ainda uma incógnita, principalmente por decorrências da própria redução de tecnologia nas lavouras, decorrente dos preços dos insumos e de participação dos médios e grandes produtores com recursos próprios, que esta dificultada, já que encontram-se descapitalizados.

Situação paranaense

O Paraná, primeiro produtor brasileiro de grãos, tem uma participação média nos últimos 5 anos de 25% nesse subsetor da agricultura. A produção Paranaense de grãos na década passada cresceu a uma taxa de 5,7% a.a., onde a área foi responsável por uma taxa de crescimento de 6,7% a.a.

A cultura de soja foi a que apresentou maior contribuição para esse aumento da produção, com uma taxa de crescimento em torno de 32% a.a. A cultura do feijão, teve uma contribuição negativa de menos 4,15 a.a. onde a queda da produtividade foi fator determinante para a redução na taxa de produção.

Comparando-se a produção Paranaense de grãos, da safra 81/82 à 80/81, verifica-se uma redução em menos 0,3% da área onde café, arroz e soja apresentam os maiores decréscimos. Já as culturas de milho (7%) e Feijão (12%) apresentaram os maiores acréscimos de área (Quadro V).

As causas de redução de área para alguns produtos no Paraná são as mesmas consideradas para os mesmos produtos no Brasil. Assim, para se mudar a situação da agricultura de forma que ela continue crescendo, identifica-se a necessidade de definição da política agrícola para médio prazo (3 anos), onde o crédito rural, fator decisivo, para ampliação de área (investimentos) e definições de tecnologia (custeio), sejam mantidas num período sem variações.

A continuidade da atual política econômica para o Brasil, traz incertezas no setor agrícola, forçando aos produtores rurais a reverem sistematicamente suas decisões, de investimentos e reanalisando as perspectivas de mercado. Assim, é fundamental que o Governo observe as dificuldades dos agricultores, que é maior do que as dos segmentos secundários e terciários da economia, como forma de garantir a continuidade do crescimento da agricultura para que ele desempenhe suas funções fundamentais.

Quadro IV

Taxas médias¹ anuais de crescimento e contribuição de produtividade e da área no incremento da produção do grupo grãos Estado do Paraná

Item	1970-74	1975-80	1970-80
Taxa de crescimento da produção (R_Y)	19,5	12,5	5,7
Taxa de crescimento da produtividade (R_P)	12,6	- 1,5	0,9
Taxa de crescimento da área (R_A)	6,2	14,2	6,7
% no valor da produção das lavouras	80,0	83,4	86,7
Contribuição da produtividade (%)	67,0	- 18,1	- 15,5
Contribuição da área (%)	33,0	118,1	115,5

(1) Média ponderada

Quadro V

Paraná — Estimativa de área e produção dos principais grãos

Produtos	Safras 1980/81		1981/82		Variação Área (%)	Variação Prod. (%)
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)		
Amendoim*	29.550	44.308	28.000	41.200	- 5,3	- 7
Arroz	275.000	495.000	235.000	400.000	-15	-20
Café	677.299	432.000	561.299	144.000	-17	-67
Feijão*	850.775	570.860	935.000	637.500	+10	+11,7
Milho	2.153.000	5.350.000	2.300.000	5.382.000	+ 7	+ 0,5
Soja	2.250.000	4.950.000	2.150.000	4.730.000	- 4,5	- 4,5
Trigo	945.000	930.000	950.000	950.000	-	-
Total	7.180.624	12.771.168	7.159.299	12.284.700	-	-

(*) Consideradas as duas safras.

Fonte: IBGE, IBC, DERAL/CEPA-PR.

Anexo 1

Taxas médias¹ anuais de crescimento e contribuição de produtividade e da área no incremento da produção do conjunto "lavouras" Estado do Paraná

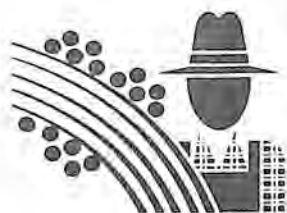
Item	Total das Culturas ²	Lavouras sem Café ³			Lavouras sem Soja ⁴
	1970-80	1970-74	1975-80	1970-80	1970-80
Taxa de crescimento da produção (R_Y)	4,2	8,8	2,0	8,4	- 2,7
Taxa de crescimento da produtividade (R_P)	- 0,8	1,5	- 1,3	0,5	- 2,1
Taxa de crescimento da área (R_A)	5,0	7,2	3,4	7,9	- 0,6
Contribuição da produtividade (%)	- 19,0	17,0	- 62,0	6,0	77,0
Contribuição da área (%)	119,0	83,0	162,0	94,0	23,0

(1) — Média ponderada.

(2) — Inclui todos os quinze produtos.

(3) — Exclui apenas o café.

(4) — Exclui apenas a soja.



Safras de grãos

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Alimentos podem funcionar como arma contra países exportadores

A pressão econômica dos países exportadores de petróleo despertou, por analogia, a preocupação com o exercício de uma possível produção de alimentos, segundo disse o coordenador do Grupo de Informação Agrícola da Fundação Getúlio Vargas, Tito Ryff, em sua palestra sobre "Safras de Grãos". Ele afirma que, de agora

em diante, o desafio será diferente e o Brasil terá que entrar em uma nova fase, buscando a substituição de incentivos na base de crédito por aqueles que busquem a produtividade agrícola, surgindo como esperança a irrigação e o aproveitamento das várzeas. Mas destacou ainda que é preciso que haja condições para a comercialização das safras.



Tito Ryff: "o Brasil está em fase de buscar maior produtividade agrícola".

A década de 70 revelou para o mundo o enorme poder concentrado nas mãos dos países exportadores de petróleo. Poder de que esses próprios países talvez não tivessem plena consciência ao desencadearem a primeira crise do petróleo, em 1973. Desde então, a pressão econômica dos países exportadores de petróleo despertou, por analogia, a preocupação com o exercício de uma possível chantagem alimentar por parte das nações que exportam maior quantidade de alimentos. Essa chantagem se exerceria, preferencialmente, sobre aqueles países, bastante numerosos, que ainda não conseguiram suprir as carências alimentares de suas populações. Alguns autores chegaram a afirmar que a arma alimentar era potencialmente mais poderosa do que a arma do petróleo.

Embora haja boas razões para duvidar desta afirmativa, não é menos verdade que, antes mesmo do mundo ser despertado para a crise do petróleo, o suprimento de alimentos a países particularmente necessitados já tinha sido utilizado inúmeras vezes como instrumento de ação diplomática ou militar. Foi assim na sustentação do esforço dos aliados durante a 2ª grande guerra mundial e, em seguida, durante a tarefa de reconstrução da Europa destruída. Foi o que ocorreu, também, mais recentemente, na represália norte-americana à invasão do Afeganistão pela União Soviética. E é a prática, ainda



Milho: rápido crescimento da produção está apoiado na forte demanda interna.



Safra de grãos

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

hoje, na distribuição gratuita ou na comercialização de gêneros alimentícios em termos especialmente favoráveis.

Além disso, as estatísticas agrícolas não deixam dúvida de que o mundo está dividido em 2 pólos: de um lado, as populações que se alimentam adequadamente, pertencentes, em geral, a países desenvolvidos que produzem o suficiente ou dispõem de capacidade financeira para importar o que fôr necessário; de outro, as populações carentes, localizadas, sobretudo, em nações subdesenvolvidas cuja agricultura é deficiente e que não dispõem de divisas para importar grandes quantidades de alimentos. O Quadro abaixo mostra a disponibilidade anual per capita de cereais em cada um desses 2 pólos.

Verifica-se, portanto, que a disponibilidade de cereais per capita é cerca de três vezes menor nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Essa situação é agravada, ainda, pelo fato de que a dispersão dos resultados, em torno da média, é bem maior no caso dos países em desenvolvimento. Isso significa que a produção de cereais per capita em alguns países desse grupo é substancialmente menor do que a média de 238kg. Além disso, a maioria dos países em desenvolvimento ainda adota técnicas rudimentares na atividade agropecuária e por essa razão, entre outras, sua produção agrícola está su-

Quadro 1

	Produção de Cereais	População	Disponibilidade per capita
Países Desenvolvidos	795.827 mil t	1,164 bilhão	684 kg/capita ano
Países em Desenvolvimento	774.847 mil t	3,251 bilhão	238 kg/capita ano

Fonte: FAO, "Production Yearbook".

jeita a fortes flutuações, o que os torna especialmente vulneráveis.

Tendo em vista a acentuada polarização que caracteriza a produção agrícola mundial, é interessante verificar qual a posição que o nosso país ocupa nas estatísticas internacionais relativas à produção de alimentos. Será que o Brasil é, potencialmente, uma vítima da chantagem alimentar como querem os mais pessimistas ou, ao contrário, trata-se de um país destinado a converter-se, dentro de alguns anos, em verdadeiro "celeiro do mundo", de acordo com a expressão comumente utilizada pelo ufanismo caboclo? A verdade, como veremos, situa-se provavelmente entre esses dois extremos. Se, de um lado, o grande potencial agrícola de nosso país é inegável, de outro, é forçoso reconhecer que é longo o caminho que ainda nos separa dos países de agricultura mais avançada.

Nos últimos tempos, no Brasil, com o objetivo de medir o crescimento, em volume físico, da produção agrícola, tornou-se praxe utilizar a categoria dos grãos. Nesta categoria, que foge às normas de agregação estatística utilizadas pelos organismos internacionais, inclui-se, além dos cereais, o amendoim, o feijão, a mamona, a soja e o girassol. Embora esta classificação, como toda agregação estatística, tenha alguns inconvenientes, é possível adotá-la como elemento de comparação entre diferentes países, no tocante à disponibilidade de alimentos por habitante. Com efeito, os cereais têm enorme importância não só no que diz respeito ao consumo humano mas, também, no que concerne à criação animal. Os cereais constituem a base da alimentação de algumas nações em desenvolvimento, como ocorre, por exemplo, com o arroz em certos países asiáticos.

Quadro 2

Produção de cereais e população em países selecionados									
País	Produção (1.000 t)			População (1.000 hab.)			Produção/hab. (kg/hab.)		
	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980
URSS	229.438	174.840	182.811	261.256	263.500	265.740	878	663	687
China	270.325	297.478	283.277	933.032	945.018	956.848	290	314	296
Brasil	24.019	27.160	3.126	119.461	122.879	126.377	201	221	262
Índia	143.016	126.375	144.879	662.906	678.255	693.887	215	186	208
Japão	17.102	15.945	13.201	114.898	115.870	116.782	148	137	113
Paquistão	14.764	16.305	17.296	77.310	79.838	82.441	190	204	209
Bengladesh	19.984	18.950	22.242	83.477	86.062	8.705	239	220	250
França	45.096	43.941	47.830	53.278	53.477	53.712	846	821	890
Argentina	26.971	24.779	18.643	26.386	26.723	27.056	1.022	927	689
E.U.A.	276.702	303.070	269.979	218.522	220.286	222.159	1.266	1.375	1.215

Fonte: FAO, "Production Yearbook".



Safra de grãos

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Para efeito de comparação com o Brasil foram escolhidos os seguintes países, selecionados em função do tamanho de sua população e do contraste que oferecem em termos de desenvolvimento econômico e agrícola: Estados Unidos, União Soviética, China, Índia, Japão, Paquistão e Bangladesh. A este conjunto foram acrescentadas a França, como exemplo de país que subsidia fortemente a sua agricultura e a Argentina, que possui a agricultura mais desenvolvida na América Latina.

O Quadro 2, relativo à produção de cereais, mostra que o conjunto de países listados acima se compõe de três grupos. O primeiro deles é constituído pelos Estados Unidos, França, Argentina e União Soviética, cuja produção de cereais por habitante/ano é muito superior à dos demais países. O segundo grupo, ao qual pertence o Brasil, é composto ainda, pela China e por Bangladesh. Neste grupo, o Brasil ocupa o 2º lugar, logo abaixo da China e pouco acima de Bangladesh. E, finalmente, o terceiro grupo é o dos países cuja produção de cereais por habitante/ano é inferior a 250kg, categoria da qual fazem parte o Paquistão, a Índia e o Japão. Neste grupo, apenas o Japão tem condições financeiras de complementar, de forma satisfatória, através

Quadro 3

Produção de grãos em países selecionados		
País	Produção de grãos (1.000 t)	Produção de grãos (kg/ha.)
URSS	188.079	706
China	302.940	316
Brasil	51.038	403
Índia	154.632	222
Japão	13.623	116
Paquistão	17.417	210
Bangladesh	22.317	250,84
França	48.137	895
Argentina	24.322	898
E.U.A.	323.386	1.455

FONTE: FAO, "Production Yearbook".

da importação, a oferta doméstica de cereais.

A posição relativa do Brasil melhora bastante quando se considera a categoria dos grãos que, além dos cereais, inclui o amendoim, o feijão, o girassol, a mamona e a soja. Mais uma vez, o conjunto de países pode ser dividido em 3 grupos. No primeiro, estão os Estados Unidos, a Argentina, a França e a União Soviética, com uma produção de grãos

por habitante/ano superior a 700 kg. Bem abaixo, com um volume de 300 a 400 kg por habitante/ano, situam-se o Brasil e a China. Os demais países formam um terceiro grupo cuja produção situa-se aquém dos 250 kg de grãos por habitante/ano. É interessante constatar que, dentro de um mesmo grupo, as disparidades são bastante acentuadas. Os Estados Unidos, por exemplo, país primeiro colocado do grupo-líder, pro-

Quadro 4

Área colhida com grãos (ha)							
Produto	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Amendoim	345.095	371.465	228.247	253.785	288.686	309.696	211.142
Arroz	5.306.270	6.656.480	5.992.090	5.623.515	5.452.086	6.207.677	6.165.052
Aveia	44.793	36.205	39.715	55.552	62.629	76.914	95.692
Centeio	20.857	13.640	9.080	8.191	10.850	12.306	24.395
Cevada	23.732	48.500	93.603	89.423	84.691	73.796	96.328
Feijão	4.145.916	4.059.176	4.551.032	4.617.259	4.617.259	4.637.714	5.044.890
Girassol	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Mamona	398.709	266.776	254.335	350.336	374.798	439.230	443.929
Milho	10.854.687	11.117.570	11.797.411	11.124.827	11.318.885	11.438.030	11.571.358
Soja	5.824.492	6.417.000	7.070.263	7.782.187	8.256.096	8.766.488	8.588.820
Sorgo	86.683	121.600	177.644	104.361	71.715	78.481	72.619
Trigo	2.931.508	3.539.891	3.153.333	2.811.189	3.830.544	3.083.401	2.074.977
TOTAL	29.982.742	32.648.303	33.366.753	32.820.625	34.341.239	35.123.729	34.384.202

* Área plantada.
FONTE: IBGE.



Safra de grãos

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

duzem mais de o dobro de grãos por habitante/ano do que a União Soviética, última colocada do grupo. O mesmo ocorre com relação a Bangladesh e ao Japão, pertencentes ao terceiro grupo.

Em alguns dos países listados nos Quadros 2 e 3 a escassez de divisas para a importação soma-se às deficiências da produção agrícola, tornando difícil a solução do problema alimentar da população. É esse o caso, notadamente, de Bangladesh, Índia e Paquistão.

As estatísticas mostram que a distância que separa o Brasil dos países plenamente desenvolvidos, em termos de disponibilidade de grãos per capita, ainda é enorme. A União Soviética, por exemplo, que ocupa o último lugar no grupo dos desenvolvidos, produz 75% a mais do que o Brasil por habitante/ano. E a agricultura argentina, pertencente a um país cujo estágio de desenvolvimento é comparável ao do Brasil, produz duas vezes mais grãos por habitante/ano do que a lavoura brasileira.

É verdade, no entanto, que a comparação, nos termos em que foi apresentada nos Quadros 2 e 3, não é inteiramente justa para o Brasil. A falta de áreas extensas de pastagem e/ou o rigor do inverno obrigam alguns dos países apresentados nesta análise a destinarem parte considerável de sua produção de grãos à alimentação animal. O Brasil, no entanto, graças à disponibilidade de terras, recorre à criação extensiva, alimentando o gado, predominantemente, através de pastagens. É possível, portanto, que uma *correção dos dados estatísticos* apresentados anteriormente que levasse em conta a quantidade de grãos forrageiros substituída, em cada país, pela utilização de pastagens, resultasse em melhoria da posição relativa do Brasil*. Seja como for, a distância que separa o Brasil dos países do primeiro grupo é de tal ordem que nem mesmo a correção deste viés estatístico seria de molde a eliminá-la.

Existe, portanto, um longo caminho a percorrer em termos de expansão da



Cultivo de feijão tende a uma recuperação em termos de rendimento por hectare nos próximos anos.

produção brasileira de grãos. Resta saber se o ritmo atual de crescimento das safras é capaz de fazer com que o Brasil supere, em tempo relativamente curto, a distância que o separa dos países que ocupam a dianteira na produção mundial de grãos.

O Quadro 4 mostra a expansão da área colhida com grãos no período 1975-1981. Verifica-se que o crescimento da área colhida foi de 15% em 6 anos. Esta taxa, em termos anuais, corresponde, aproximadamente, ao ritmo atual de crescimento da população brasileira que é da ordem de 2,4% ao ano. Desta forma, mantido o compasso atual do crescimento da área colhida com grãos, a expansão da oferta de grãos por habitante fica na dependência seja de uma redução da taxa de crescimento demográfico, seja de uma elevação dos rendimentos por hectare.

O Quadro 5 indica, de forma indireta, que tem havido um certo aumento de produtividade na produção brasileira de grãos. Com efeito, a oferta de grãos aumentou cerca de 29% nos últimos 6 anos, taxa superior à do crescimento da área colhida. Esse crescimento corresponde a uma expansão anual de aproximadamente 4,5%. Mantido este ritmo, a disponibilidade de grãos por habitante dobraria em 35 anos, mesmo sem desaceleração do crescimento populacional. Tendo em vista, no entanto, que a tendência normal, num processo de crescimento econômico, é a redução gradativa da taxa de expansão demográfica, é possível que esse período venha a ser abreviado.

Por outro lado, resta saber se um ritmo anual de crescimento da ordem de 4,5% da produção de grãos pode ser mantido durante um longo período de

* É fato também, por outro lado, que cerca de 15 milhões de t de milho, aproximadamente 28% da produção brasileira de grãos, são destinados à alimentação animal.



Safra de grãos

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

tempo. Há poucos exemplos históricos de países que conseguiram ter um desenvolvimento deste tipo. O Brasil, graças à disponibilidade de terras e à possibilidade de elevar substancialmente os rendimentos por hectare na produção de grãos, é capaz de atingir este objetivo.

Estão ocorrendo, contudo, algumas mudanças estruturais na composição da oferta agrícola brasileira que podem contribuir para frear o ritmo de expansão da produção. A lavoura de soja, por exemplo, deve crescer a uma taxa bem menor daqui por diante, em função de uma evolução mais lenta da demanda internacional. Durante a década de 70, o Brasil, que era um exportador incipiente de farelo de soja, pôde aumentar substancialmente as suas exportações. Atualmente, porém, o Brasil já exporta um volume de farelo equivalente ao que é comercializado externamente pelos Estados Unidos. Deste modo, as exportações brasileiras de farelo tenderão a crescer, doravante, ao ritmo da demanda internacional. Também no que diz respeito à produção de arroz, há motivos para inquietações. Entre 1976 e 1979 revelou-se uma tendência à queda da área plantada com arroz no país. No Rio Grande do Sul, onde prevalece o arroz irrigado, as áreas disponíveis estão praticamente ocupa-

das. Embora os rendimentos por hectare, nesta Estado sulista, já sejam bastante altos, existe ainda a possibilidade de aumentá-los. Parece claro, no entanto, que há grande necessidade de se encontrar novas áreas para a expansão da lavoura de arroz. A produção de arroz de sequeiro, no Centro-Sul, têm caráter itinerante e secundário, o que aliado à vulnerabilidade da lavoura em relação ao clima, compromete seriamente o resultado das safras da região. É possível que o aproveitamento adequado das várzeas abra uma nova fronteira de expansão para o cultivo do arroz no Brasil. Finalmente, o futuro da lavoura do trigo no Brasil é, igualmente, incerto. A tentativa de autosuficiência, no sul do país, fracassou redondamente. No momento, a alternativa proposta pelo governo consiste em incentivar o cultivo do trigo irrigado na região dos "cerrados". Há dúvidas, contudo, quanto à viabilidade econômica desta iniciativa, tendo em vista o alto custo da produção de trigo irrigado e o montante de investimentos necessários à recuperação dessas terras.

Do lado positivo, tem-se, primeiramente, o rápido crescimento da produção de milho, sustentado por uma demanda interna forte que deverá se manter como tal nos próximos anos. Existe, ainda, a possibilidade de que o Brasil venha a aumentar substancial-

mente as suas exportações deste cereal, uma vez que o Brasil, como ocorreu com a soja no começo da década de 70, seria um exportador incipiente de milho. Há necessidade, no entanto, para que o Brasil possa se tornar competitivo, de que se obtenha uma significativa elevação nos rendimentos por hectare dessa cultura. É igualmente possível que o cultivo do feijão experimente, nos próximos anos, uma certa recuperação em termos de rendimentos por hectare. O abandono a que foi relegada esta cultura durante muito tempo acabou resultando em considerável redução de produtividade. Uma política de preços e assistência técnica mais favorável ao cultivo do feijão poderia obter resultados fortemente positivos em termos de eficiência na produção. Ao contrário do que ocorre com o milho, no entanto, o mercado para o feijão é relativamente limitado e o volume produzido representa uma parcela pequena do total de grãos produzidos no país.

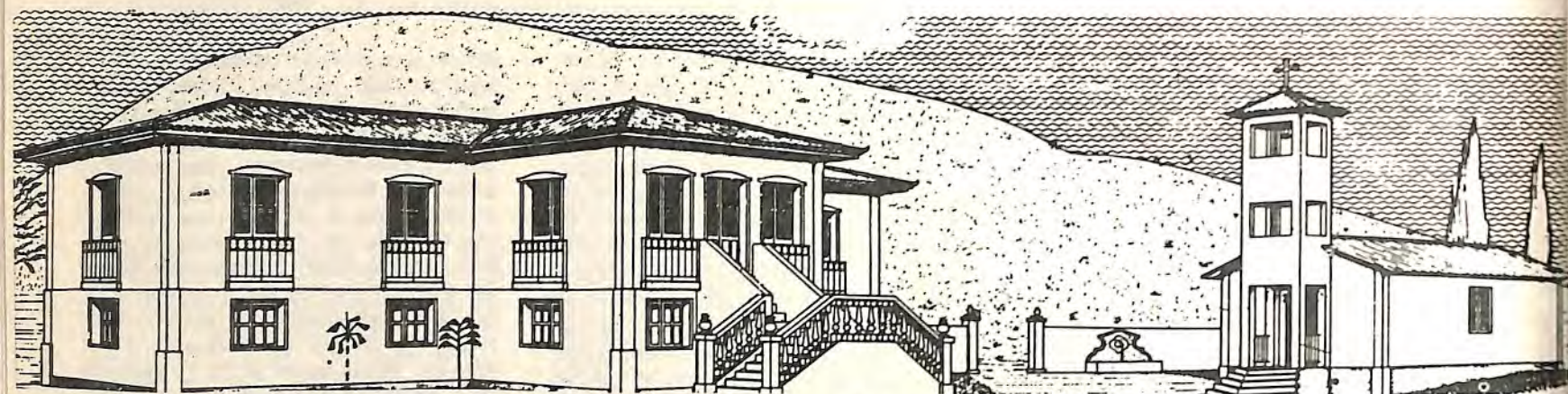
Verifica-se, portanto, que a empreitada de fechar a brecha que separa o Brasil dos principais produtores mundiais de grãos, embora possível, não está inteiramente livre de dificuldades. Esta constatação só faz encarecer a necessidade de se manter, em nível adequado, os estímulos à atividade agropecuária.

Quadro 5

Quantidade de grãos produzidos (t)							
Produto	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Amendoim	442,0	509,1	320,7	325,0	461,6	482,8	324,0
Arroz	7.781,5	9.757,0	8.993,7	7.296,1	7.595,2	9.747,9	8.494,5
Aveia	41,6	39,0	37,4	54,0	57,6	75,5	106,4
Centeio	19,4	13,0	8,3	7,3	9,9	10,5	25,2
Cevada	25,5	61,5	95,2	143,9	98,1	74,7	125,2
Feijão	2.287,7	1.840,3	2.290,0	2.194,0	2.186,3	1.968,9	2.345,0
Girassol	—	—	—	—	8,2	23,4	121,5
Mamona	353,9	216,9	224,1	317,0	325,1	282,9	302,7
Milho	16.334,5	17.751,0	19.225,9	13.569,4	16.306,3	20.373,9	21.140,5
Soja	9.893,0	11.227,1	12.513,4	9.540,6	10.240,3	15.152,6	15.289,5
Sorgo	201,7	277,3	435,1	227,5	121,9	165,1	165,1
Trigo	1.788,1	3.215,7	2.066,0	2.690,9	2.926,8	2.028,7	2.028,7
TOTAL	39.168,9	44.953,7	46.239,8	36.365,7	40.337,3	50.386,9	50.468,3

Fonte: IBGE

FAZENDA CAPELA DE SÃO JUDAS TADEU



Proprietário: Engenheiro Agrônomo JOÃO BUCHAUL

VENDA PERMANENTE DE REPRODUTORES GIR LEITEIRO

Entre as Estações de Rio Dourado e Professor Souza
Casimiro de Abreu — Estado do Rio de Janeiro

Endereço para correspondência:

Av. Quintino Bocaiúva, 365 — Aptº 304 — Praia de São Francisco — Niterói — RJ



BAMBOLE — Campeão em diversas exposições fluminenses e mineiras.

GIR LEITEIRO

O acasalamento de vacas mestiças com touros da raça GIR produz maior número de bezerros, possibilita maior lactação, o bezerro se contenta com menos leite e não há problemas de parto.

Além disso, todo criador experiente sabe que "campeiro não tira leite de vaca brava".

CONSULTE-NOS PARA UM BOM NEGÓCIO



Café

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Abreu Sodré tece crítica severa à política do IBC



O presidente do Conselho Nacional do Café e ex-governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, teceu severas críticas à administração do Instituto Brasileiro do Café (IBC), afirmando que a política cafeeira do Governo está levando ao desestímulo do setor. Ele acentuou que superprodução é problema de quem não tem criatividade, e que o medo da superprodução levou o Governo a pedir tanto as geadas que o fenômeno climático veio e repetiu-se.

Afirmou Abreu Sodré que a grande crise por que atravessa o setor não é devida aos produtores, porque a produtividade brasileira é muito superior à dos países concorrentes. Ela é devida, isto sim, à política do IBC — uma constância de erros — um órgão muito dispendioso, criado para estimular e defender a cafeicultura, mas que não faz nem uma coisa nem outra.

Importância social

Disse o presidente do Conselho Nacional do Café que o produto precisa ser encarado com mais seriedade pelo Governo, pois o setor cafeeiro não tem



Abreu Sodré: produtor não é causa da atual crise no setor cafeeiro.

somente o sentido de gerador de divisas, mas reveste-se de grande importância social. Ele exemplificou explicando que há, hoje, no Brasil, cerca de 237 mil cafeicultores, cuja vida começa a ser um verdadeiro desespero.

Abreu Sodré afirmou que hoje desapareceu a figura do "barão do café", agora substituído por proprietários rurais cuja área média é de 12,8 hectares. E isto significa que a cafeicultura pertence agora a uma agricultura familiar, a exemplo do que ocorre no Sul de Mi-

nas, nas Zonas da Mata da Bahia e do Espírito Santo, onde o próprio empresário rural trabalha a sua terra, ajudado pela família.

O café transformou-se — assegurou o ex-Governador de São Paulo — e esse é um fato que o Governo não deve deixar de atender, devido a seu profundo e elevado sentido social. Mas o que na verdade ocorre, diz Abreu Sodré, é um processo constante de descapitalização da nossa cafeicultura, fato que aliás se estende a todos os setores da economia primária.

Quanto à descapitalização, ele exemplificou com a relação entre o número de sacas de café necessárias à compra de um pequeno trator. Em 1937, esse número era de 39,4 sacas; em 1978, de 73,6 sacas; em 1980, de 100,8 sacas e, este ano, passou para 193,4 sacas. E a mesma situação — assegurou — ocorre com os adubos químicos e outros insumos necessários ao trabalho rural. É esse o quadro de desequilíbrio dos preços dos produtos primários em relação ao aumento dos preços dos produtos industriais, manipulados pelas multinacionais, numa penalização do setor agrícola do País.



Pecuária de corte precisa de diretrizes a longo prazo para evitar crises cíclicas

O presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte, João Carlos Meirelles, disse que a prioridade que o setor deseja é a fixação de diretrizes a longo prazo, entre cinco e 10 anos, e não a fixação eventual de preços ou benesses passageiras, "ou nunca haverá prioridade para a agropecuária".

Ao citar as previsões de escassez de arroz no próximo ano e de uma super safra de milho, como contrapartida, João Carlos Meirelles disse que é necessário acabar com a política de vai-e-vem: o governo estimula o produtor quando falta o produto e desestimula quando a safra é boa.

Uma das maiores preocupações dos pecuaristas de corte é, ao lado do recorde de exportação de carne resfriada e industrializada, na base de US\$ 600 milhões este ano, a diminuição nominal do consumo per capita de quatro quilos por habitante, passando de 20,3 quilos em 1976 para 16,3 quilos em 1981.

O dirigente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte fez um balanço do rebanho por produtores, mostrando que no Brasil 33% dos pecuaristas possuem menos de 100 cabeças de gado; 46,1% menos de 200; 76% menos de mil cabeças e, conseqüentemente, somente 24% mais de mil cabeças.

Citou que o desfrute do rebanho brasileiro, em média é de 50% — sendo de apenas 30% no Pantanal — e que o proprietário que possui mil cabeças, na realidade dispõe de somente 300 vacas em condições de dar crias. Assim, no máximo, ele alcançará o total de 180 novos animais, com a possibilidade de 50% de machos e 50% de fêmeas, o que garantirá 90 vacas em condições de produzir três anos depois.

João Carlos Meirelles fez também uma comparação entre as áreas das propriedades onde é feita a pecuária de corte. 27,4% das propriedades têm menos de 100 hectares; 56% menos de 500 hectares — o que é considerada uma propriedade pequena, em termos mesmo de



João Carlos Meirelles

pecuária brasileira; 80% menos de dois mil hectares e somente 20% são maiores de dois mil hectares.

Ele citou ainda que o aumento de produção de carne entre 1981 e 1982 foi insignificante, na base de apenas 50 mil toneladas entre as 2 milhões 400 mil toneladas produzidas este ano. Mas João Carlos Meirelles diz que os culpados dessa situação são os próprios pecuaristas.

"Nós não devemos levar reivindicações ao governo, pois isto é coisa de atividade falida; precisamos chegar ao governo com uma postura correta e adequada do setor, mostrando que o seu abandono data de mais de 50 anos".

A visão da ABCZ



Manoel Carlos Barbosa

A análise do desempenho da pecuária brasileira, nos últimos anos revela um permanente estado de crise, em que produtores e consumidores se revezam na convivência com um doloroso período de ajuste às vicissitudes do mercado

Na verdade, o caráter cíclico dos preços do complexo pecuário se constitui em um dos principais entraves à estabilidade do crescimento do rebanho bovino, impedindo que o setor produtivo possa planejar a sua atividade com a eficiência requerida.

Por outro lado, a intervenção governamental sobre a pecuária, no passado recente, pautou-se pelo desenvolvimento da complexidade técnica e mercadológica dessa atividade, constituindo-se em uma verdadeira mola propulsora dos picos e depressões que vêm caracterizando a produção de carne no país. No âmago da problemática pecuária, uma visão crítica da realidade permite detectar o nível insuficiente de produção, num processo que, ora reforça a espiral inflacionária e comprime o balanço de pagamentos, ora consolida uma acentuada descapitalização dos pecuaristas, na fase de declínio das cotações.

Apesar do incremento da exploração de pequenos e médios animais ao longo dos anos 70, a produção de carne no Brasil, teve sempre sua maior parcela derivada da produção de carne bovina,

(*) Manoel Carlos Barbosa, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu — ABCZ, analisou o desempenho da pecuária seletiva no Brasil, apresentando o enfoque da entidade.



que hoje responde por cerca de 50% da quantidade total ofertada. Pesquisas sobre os níveis nutricionais da população brasileira revelam graves deficiências nas estruturas do padrão alimentar, dentre as quais destaca-se o baixo consumo de calorias e proteínas.

Quadro I

Relação rebanho bovino/população						
Anos	1930	1950	1960	1970	1975	1980
Relação	0,804	0,860	0,848	0,858	0,879	0,982

Fonte: IBGE

O caráter peculiar do processo produtivo da pecuária brasileira, aliado à falta de sensibilidade das políticas econômicas que contemplaram o setor em sua evolução, fez com que a atividade convivesse com marchas e contramarchas, no decurso desses anos. A intervenção governamental, via-de-regra, provoca incertezas e desestímulo que exacerbam os riscos próprios da atividade, reduzindo a atratividade da exploração e impedindo que os criatórios nacionais desenvolvessem o potencial existente, em termos de ganho de maior produtividade. Ou seja, a complexidade técnica e mercadológica da pecuária brasileira tem sido bastante reforçada pela interferência governamental no setor.

As repetidas crises do setor carregam efeitos negativos sobre toda a população, pelos períodos de escassez e abundância que ela está fadada a enfrentar. A partir da metade da década de 50, na medida em que se sucedem os ciclos, as amplitudes verticais do preço do boi gordo têm sido cada vez maiores, significando que a crise do presente é sempre maior que a do passado.

O ciclo pecuário brasileiro

A exploração da pecuária brasileira, desenvolve-se, via-de-regra, num contexto de crise, sendo a duração do ciclo pecuário condicionada pelos índices zootécnicos do rebanho, por variáveis econômicas diversas, bem como pela incidência ou não de acidentes climáticos. Em geral se considera sete anos

Após o salto industrializador iniciado na década de 30, percebe-se, ao longo do tempo, o crescimento apenas vegetativo do rebanho bovino brasileiro, relevado pela relativa constância da relação numérica entre os animais e os habitantes.

o período de duração de um ciclo, face às condições concretas da produção. Em condições ideais, esse período coincidiria com o tempo decorrido entre o nascimento de uma fêmea, no momento presente, e o momento em que sua primeira cria seria destinada ao abate, sete anos depois. Dessa forma, existe um interrelacionamento da matriz com suas crias futuras; em consequência disso, o preço das vacas varia conforme a expectativa quanto ao delineamento dos preços do animal terminado, o boi gordo. Neste quadro configura-se a base das determinações do movimento do ciclo pecuário.

Assim, ao início de uma fase descendente do preço do boi gordo os pecuaristas tendem a esperar a manutenção desse declínio futuro, formando expectativas cada vez mais pessimistas de preços futuros. Com isso, diluem-se os estímulos à criação, e, conseqüentemente, uma maior quantidade de matrizes (inclusive animais jovens) é destinada ao abate, aumentando a oferta de carne, o que vem reforçar a queda dos preços de todo o complexo pecuário.

Muito gado e pouca carne

O rebanho brasileiro atual, segundo dados do IBGE, é de 116,9 milhões de cabeças e suas taxas de crescimento variam em função do ciclo de preços e das políticas deflagradas para o setor. No período de 1970-75, os plantéis bovinos, segundo a Fundação João Pinheiro, cresceram a uma taxa de apro-

ximadamente 5,3% ao ano, superior, portanto, ao crescimento populacional. Nos anos subseqüentes, entre 75 e 79, fase de liquidação de animais, — o ritmo de crescimento caiu para 1,5% ao ano, evidenciando a crise de abastecimento interno que se pronunciou em 1978. Naquele ano os preços a nível de produção se recuperaram e o governo encontrou dificuldades em formar estoques reguladores, em virtude da defasagem entre os preços de referência e as cotações praticadas no mercado. A solução encontrada pelas autoridades foi adquirir carne de outros países repassando subsídios às indústrias.

Mesmo assim o abastecimento foi crítico, com a alta de preços pecuários que exerceu influências diretas sobre a inflação.

Em 1979, a crise de abastecimento recrudescceu. Os altos preços do boi gordo em todo o país, somados às dificuldades de aquisição de carne no mercado externo — preços proibitivos na Argentina e Uruguai — motivaram entraves à formação de estoques reguladores pela Cobal.

Produtividade pecuária

O conceito de desfrute — que traduz o potencial de abate de um rebanho, levando-se em conta os parâmetros zootécnicos, condições objetivas de produção, em um determinado período — é a forma mais usual de se determinar os índices de produtividade pecuária. A taxa de desfrute, entretanto, pode não coincidir com a taxa de abate efetivo, já que a matança de animais se dá principalmente em função de variáveis econômicas que interferem sobremaneira no segmento produtivo. Em um ano de desincentivo à produção, por exemplo, a matança indiscriminada de matrizes e categorias jovens, leva o abate efetivo a superar sensivelmente o desfrute do rebanho. Estima-se que a taxa de desfrute do rebanho brasileiro oscila entre 13 e 15%, nível considerado baixo em relação a outros países produtores, onde se consegue desfrutes de até 40%. Na Argentina, Nova Zelândia e Austrália essa taxa atinge 23 e 24%.

Nos períodos de alta, a tendência que se verifica é de aumento da produtividade, porque os pecuaristas se predispõem a concentrar suas criações nas me-



Pecuária

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82.

lhores pastagens. Além disso, a valorização expressiva dos animais leva os pecuaristas a despender maiores cuidados com a sanidade do rebanho. Isso acarreta melhoria nos padrões de manejo dos pastos e do próprio bovino. Há que se considerar, entretanto, na questão da produtividade, as disparidades regionais, responsáveis pelas diferenças dos índices.

Subsídio à atuação governamental

Os níveis atuais de preços de matrizes e reprodutores melhoradores mostram-se extremamente críticos, conquanto os pecuaristas da área obteriam resultados econômicos mais estimulantes, caso remetessem parte de seus animais ao abate, vendendo carne em vez de raça. A situação revela contornos mais graves quando se considera que, mesmo com os baixos preços praticados atualmente, a comercialização de matrizes e reprodutores deixa muito a desejar, existindo excedente desses animais no mercado.

A partir dessa constatação, pode-se perceber a não existência de um processo contínuo e acentuado de elevação das características raciais do rebanho, com o pecuarista comum (dedicado à produção de animais para abate) permanecendo relutante em desenvolver os níveis de produtividade de sua exploração, via raça. É preciso, pois, alterar a estrutura deste panorama.

Sendo a disseminação de reprodutores de alta linhagem indispensável para o incremento dos atuais níveis de produtividade, a ABCZ sugere ao Governo Federal o fornecimento de recursos aos governos estaduais para que estes adquiram um certo número de animais melhoradores e promovam um programa de trocas dos animais de alta carga genética, pelos reprodutores comuns, que vêm sendo utilizados por pecuaristas das diversas regiões do país. Este programa de troca de reprodutores já foi desenvolvido no passado, no Estado do Paraná, pelo então governador Paulo Pimentel, o que culminou em grande avanço da pecuária daquele Estado.

Outra sugestão da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu — ABCZ, é a criação de programas de expansão das Associações de Registros Genealógicos, visando maior difusão de informações e incremento das Provas



Preços de reprodutores no mercado são extremamente críticos, segundo o presidente da ABCZ.

Zootécnicas. A dinamização do padrão genético do rebanho brasileiro depende fundamentalmente da difusão de informações. Atualmente essa atividade é bastante precária nessa área, em virtude das dificuldades enfrentadas pelas associações de registro genealógico. A ABCZ, por exemplo, dispõe de inesgotável manancial de informações zootécnicas, compiladas ao longo de 40 anos, que poderiam ser de extrema valia para o conhecimento dos mais variados aspectos da bovinocultura nacional. Além do mais, a pecuária seletiva no Brasil encontra sérias dificuldades em testar a qualidade de seus animais, sendo reduzido o número de animais atualmente submetidos ao Controle de Desenvolvimento Ponderal, a Prova de Ganho em Peso e a Testes de Progênie, requisitos fundamentais para o aprimoramento da carga genética do bovino brasileiro. Os maiores entraves à viabilização desses programas são os escassos investimentos em infra-estrutura, a nível de propriedade.

A pecuária brasileira se ressentida da falta de um centro especializado de pesquisas nas raças zebuínas, que englobam a maior parcela do nacional. A ABCZ está convencida de que um órgão ou instituto com essas características poderá desempenhar importante papel no processo de aprimoramento do nosso rebanho.

A ABCZ propõe, por fim, a adoção de parâmetros objetivos para a fixação das pautas de financiamentos de bovídeos de todos os tipos, valorizando adequadamente os animais pelas suas características e suas potencialidades zootécnicas. Assim um reprodutor registrado teria uma pauta de financiamento proporcionalmente mais elevada que um não registrado. Por sua vez um animal submetido ao Controle de Desenvolvimento Ponderal seria mais valorizado que outro apenas registrado. E assim sucessivamente, numa escala que beneficiaria simultaneamente os selecionadores e os compradores de animais de maior qualidade genética.



Deficiência alimentar causa perda de Cr\$ 170 bilhões a cada ano

Anualmente, em função das perdas de peso ocasionadas por deficiência alimentar, o produtor de carne bovina, no Brasil, deixa de ter ingresso de Cr\$ 98 bilhões. A perda de leite eleva essa cifra para Cr\$ 170 bilhões, ou seja, mais Cr\$ 72 bilhões, correspondentes a 3,3 bilhões de litros que deixam de ser produzidos. Esses dados, ainda que estimativos, não deixam de mostrar uma realidade crua para o setor. A afirmação foi feita durante o seminário pelo Secretário da Agricultura, Vicente de Paula Mendes Peloso, ao falar sobre Pecuária de Corte.

Vicente Peloso deu um balanço nos índices de rendimento da pecuária brasileira, comparando os resultados atuais com os desejáveis, para melhorar o quadro. Em termos de produção de leite/vaca/ano, é preciso aumentar a média atual, entre 700/800 litros para 1.500/2.100 litros vaca/ano, com um acréscimo médio de mil litros por animal. A taxa de crescimento do rebanho, por exemplo, deve ser elevada dos 3,2% atuais para 5% ao ano.

Outra providência recomendada pelo Secretário de Produção Animal do MA é a de elevar o ganho médio diário de 326 gramas para 626 gramas, reduzindo-se também a idade de abate dos atuais 46 meses, isto é, abater o animal com 450 Kg aos 720 dias, ao invés de promover o abate aos 1.380 dias, como ocorre atualmente. Vicente Peloso também considera que, para melhorar o rebanho, é preciso reduzir o intervalo parto-fecundação de 15 para 7 meses.

Outra recomendação do Ministério da Agricultura é a de elevar a taxa de natalidade para 75% em média, com 1,5 bezerro a cada dois anos ou oito bezerros por vaca em 11 anos, aumentando em 4,5 bezerros a taxa atual, situada entre 40 e 60%, ou 1 bezerro a cada dois anos ou 3,5 bezerros em 11 anos de vida útil por vaca. No caso da idade para a primeira cria do animal, assinala Vicente Peloso que ela deva ser reduzida dos atuais 46 meses para 30 meses ou 900



Enquanto a soja produz proteína de alto valor biológico, em torno de 800 kg. por hectare...



... a proteína de carne bovina situa-se em torno de 17,5 kg. em área idêntica.



Pecuária

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

dias, em média, com um ganho zootécnico de 480 dias.

Quanto à recria, diz o Secretário de Produção Animal que ela deva ser eliminada, ou reduzida ao máximo, conjugando a cria com a engorda do animal, pois hoje a recria engloba 48,2% do tempo do processo produtivo. A taxa de desfrute do rebanho deve ser elevada de 15,4% para 24%; e a substituição anual das matrizes, que no presente alcança 20%, deve ser reduzida para 16,5%.

Características

Vicente Peloso enumerou vinte características que motivam o quadro de baixo rendimento da pecuária nacional, mas salientou que essas características não são apenas brasileiras, pertencendo ao conjunto dos países em desenvolvimento. Entre elas, citou a utilização de métodos rotineiros de criação, a pouca eficiência do trabalho ligado à pecuária devida à mão-de-obra de pouca qualificação profissional, assinalando o baixo nível dos empregados na atividade, muitos dos quais são analfabetos.

Ele ressaltou também as baixas taxas de natalidade do rebanho brasileiro, a ainda insuficiente capacidade gerencial e empresarial do setor, aliada a uma insuficiente formação de capital e a uma situação de baixa transferência de tecnologia. Tudo isso — frisou — é acrescido à individualidade, às crendices, às superstições e aos preconceitos ligados ao setor pecuário.

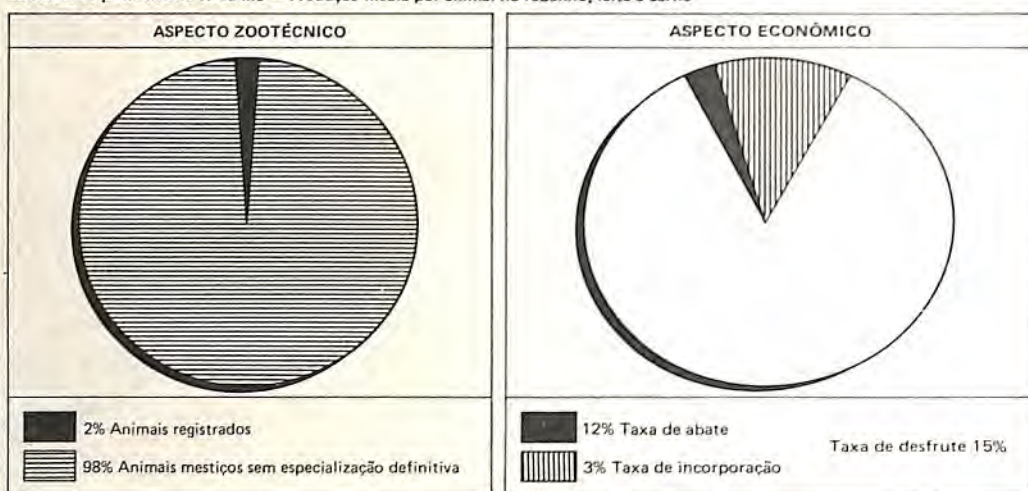
Política setorial

Disse Vicente Peloso que há uma visível defasagem do setor em relação ao intenso processo de crescimento e modernização recente da economia brasileira, como um todo. Acentuou que mesmo dentro da agropecuária há uma nítida definição entre agricultura propriamente dita e pecuária, assinalando que os produtos gerados pela agricultura são economicamente mais rentáveis em termos de proteína, por hectare, do que aqueles desenvolvidos pela pecuária.

Ele afirmou que pesquisas bem orientadas, no homem e nos animais, especialmente em aves e suínos, demonstraram, de modo convincente, que a dieta vegetal é tão boa e mais barata que a

Produção de Bovinos-Brasil — 1980

Estrutura Esquemática do Rebanho — Produção média por animal no rebanho, leite e carne



15 MILHÕES DE VACAS ORDENHADAS, PRODUZINDO 10,5 BILHÕES DE LITROS DE LEITE OU 700 LITROS VACA/ANO
12 MILHÕES DE ANIMAIS ABATIDOS, PRODUZINDO 2,1 MILHÕES DE TONELADAS DE CARCAÇA OU 23 Kg DE CARNE EM CARCAÇA POR ANIMAL NO REBANHO

Fonte: V.P.M. Peloso

proteína animal. Enquanto a pecuária depende basicamente da distribuição da renda para desenvolver o seu mercado consumidor, a produção de grãos passou a comandar politicamente a economia agrícola.

Embora essas considerações sejam do conhecimento geral dos técnicos, é oportuno lembrar que, enquanto a soja pode produzir proteína de alto valor biológico, em torno de 800 quilos por hectare, a proteína da carne bovina situa-se em torno de 17,5 quilos na mesma área. Além disso, qualquer outra comparação ao nível da produção de valores protéicos, por hectare, seja do amendoim, do milho e outros grãos é sempre mais vantajosa do que a da carne de porco, ovos, frangos e leite.

Com base nesse raciocínio, deduz-se que a maneira mais fácil e mais barata de alimentar a população é através da dieta de grãos (cereais e leguminosas), em contraposição à alimentação baseada na dieta proveniente de produtos de origem animal (carne, leite, ovos, etc.).

A comparação entre a dieta alimentar de países desenvolvidos e subdesenvolvidos comprova isso: a população das nações mais ricas se alimenta com mais ou menos 65% de produtos animais e os restantes 35% de grãos, enquanto que os habitantes dos países subdesen-

volvidos consomem de 65 a 75% de grãos, que constituem a base de sua dieta alimentar, ficando o restante para os produtos animais.

Em consequência disso, salientou Vicente Peloso, parece lógica a hierarquização de prioridades, praticando-se uma política de desenvolvimento recomendada pelo interesse social, conforme previsto no III PND, que preconiza o aumento da oferta de produtos agropecuários básicos para torná-los acessíveis, a menores preços, às famílias de menor renda.

Entretanto, considera o Secretário de Produção Animal que há providências a adotar, especialmente nos quadros do comércio exterior e de política aduaneira, capazes de melhorar a situação da pecuária nos países em desenvolvimento. No caso do comércio exterior, ele recomenda a ampliação dos mercados atuais e a abertura de novos; a melhoria das condições de comercialização dos produtos (reprodutores) e de subprodutos (carne) no exterior; a substituição de importações, englobando reprodutores, material genético básico e outros, além da consolidação dos projetos pecuários em andamento no Brasil e nos países tropicais que não possuam o nosso material genético.



Cooperativa quer dispensar tutela do governo visando dinamizar atividades

Associativismo rural é tema de múltipla abrangência e de alta complexidade pela riqueza de aspectos que envolve, desde as associações de jovens e dos clubes de serviço até o cooperativismo e o sindicalismo rurais.

Cooperativa é uma associação com objetivos econômicos. Vincula-se, fundamentalmente, à atividade produtiva. A atividade da Cooperativa Agropecuária abrange na generalidade dois núcleos básicos:

- o suprimento de insumos à produção dos associados;
- a comercialização de seus produtos

O suprimento de insumos, na concepção cooperativa, não se limita à compra em comum de fertilizantes e praguecidas, mas se refere à generalidade da estrutura produtiva, inclusive a própria terra, nos casos das cooperativas de colonização. Sob esse aspecto, a eficiência da cooperativa é medida em função da maior ou menor amplitude do atendimento prestado ao quadro social e do custo final desse atendimento.

O ideal seria se o associado não necessitasse ir além de sua cooperativa para obter tudo o que necessita a seu trabalho: máquinas e implementos; fertilizantes; praguecidas, assistência técnica, sementes, crédito, matrizes, etc. Nem sempre, porém, isso é possível. Procura-se, então, suprir o associado nas necessidades mais prementes, atendendo os itens de maior custo ou não facilmente encontráveis no mercado. Muitas cooperativas já atingiram o estágio da fabricação de insumos diretamente ou indiretamente, através de empresas sob seu controle acionário.

A comercialização dos produtos do associado é a segunda grande função da cooperativa agropecuária. A eficiência aqui é medida pela capacidade de absorção dos produtos nos picos de safra e pelo maior preço efetivamente recebido pelo produtor.

Além de necessitar de boa estrutura de comercialização para o mercado interno, impõe-se cada vez mais à coope-

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), José Pereira Campos Filho, defende a necessidade de se conceder autonomia ao movimento cooperativista, ressaltando que o intervencionismo no setor é tão grave que, muitas vezes, enquanto cooperativas aguardam a manifestação de órgãos públicos sobre negócios que pretendem realizar — como a participação acionária em empresas de atividades complementares — a concorrência chega à frente e lhes toma oportunidades duramente alcançadas.

Eis a íntegra da palestra do presidente da OCB dentro do painel "Associativismo Rural":



rativa, ter parque industrial próprio e acesso ao mercado internacional. Destarte é possível reduzir significativamente o grau de intermediação entre o produtor e o consumidor final, garantindo bons preços ao produtor, de um lado e ao consumidor do outro. Propõe-se, assim, o cooperativismo a ser um instrumento de promoção ao produtor rural, principalmente ao pequeno e ao médio, cujo poder junto ao mercado, tanto fornecedor de insumos, como comprador de produtos agropecuários, é praticamente nulo.

A par de um mais alto grau de autonomia, o cooperativismo agropecuário vem procurando obter maior integração política e operacional para se impor, como segmento importante que é, no contexto econômico brasileiro.

A autonomia se faz necessária face ao intervencionismo governamental no setor cooperativo. Tão grave é esse fato que, muitas vezes, enquanto cooperativas esperam a manifestação de órgãos públicos sobre negócios de sua economia interna — como a participação acionária em empresas de atividades complementares —, a concorrência chega-lhe à frente e rouba-lhe oportunidades duramente conseguidas. A autonomia que as cooperativas querem não excluem a existência de controles. Questiona, apenas, a validade do controle governamental. Não apenas aceita, mas exige, que se aperfeiçoem os mecanismos do controle exercido pelo quadro social, para assegurar além da lisura nos negócios, a própria condução dos destinos da empresa, dentro dos postulados da gestão democrática — ponto basilar da doutrina cooperativa. Admite, também, controles externos que cuidem de sua autenticidade doutrinária, desde que exercidos pelos órgãos de representação do próprio cooperativismo.

O dispensável é a tutela.

A suspeição apriorística de que o sistema cooperativo é incapaz de se autogerir, não tem sentido mais.



Cooperativismo

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

A integração operacional é imperativa para que se alcance maior eficiência.

Até hoje, essa integração vem sendo admitida apenas quanto à verticalização de atividades de determinados setores. O resultado tem sido a estruturação de cooperativas de segundo grau — centrais e federações — compondo subsistemas de "per si" isolados dentro do cooperativismo. Pensa-se, agora, na integração operacional desses subsistemas, de forma a permitir que os múltiplos setores da atividade cooperativa possam se interagir, ampliando consideravelmente as potencialidades do cooperativismo. À medida em que várias centrais de produção agrícola se integrarem numa cooperativa central de crédito rural ou numa cooperativa central de produção de fertilizantes, ou numa "trade company" sob controle cooperativo, é inegável que obterão melhores resultados a custos mais baixos, do que se cada uma praticar um departamento de

crédito, uma fábrica de fertilizantes ou uma firma de exportação.

A integração política é outro aspecto da maior importância. As cooperativas todas têm interesse comum. Supõe-se que falem a mesma linguagem e que se empenhem, em pleitos comuns, para alcançarem seus objetivos.

Um cooperativismo agrícola forte é garantia de estabilidade político-social no país e de valorização da atividade agropecuária. Quando a legião dos pequenos e médios proprietários rurais do Brasil, estiverem organizados em eficientes cooperativas e, por isso, capacitadas a explorar economicamente sua terra, com autonomia, o produto agrícola passará a ter o valor e o homem do campo o respeito, a que efetivamente fazem jus.

A luta pelo fortalecimento cooperativo é, pois, luta comum a toda lideran-

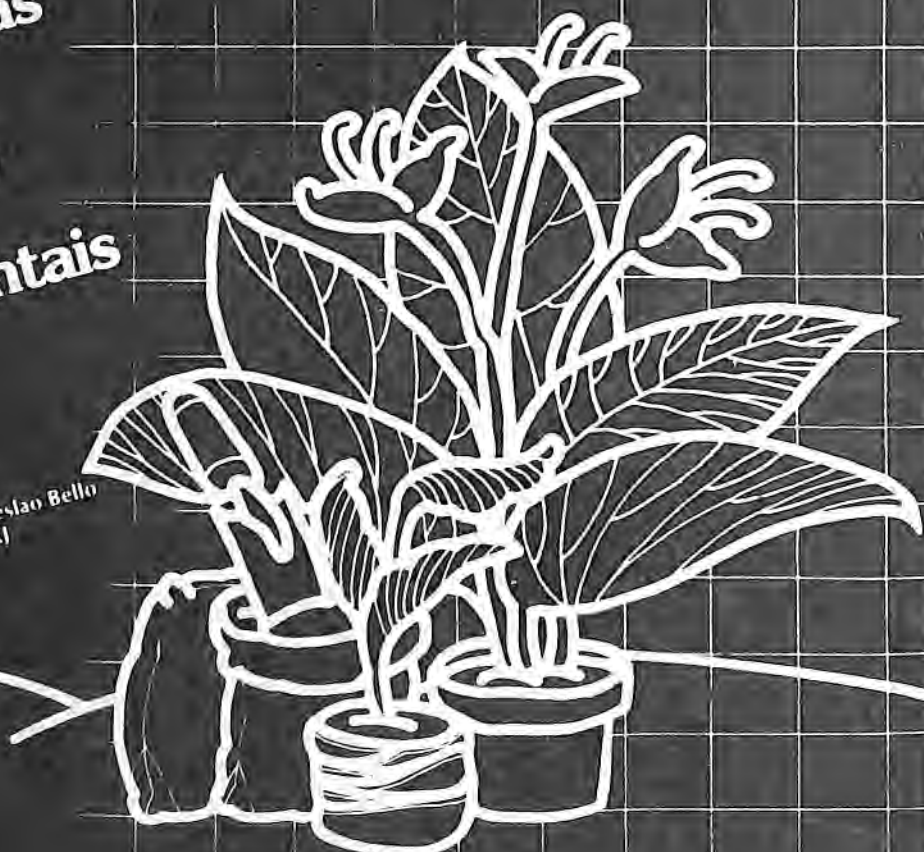
ça rural. A idéia do cooperativismo é tão fascinante que mesmo seus mais ferrenhos adversários dizem-se cooperativistas. A luta pelo cooperativismo não é pois um posicionamento teórico, em prol da cooperativa utópica, romântica, poética, colocada lá nas alturas de elocubrações prazerosas das horas de lazer. É uma luta pela cooperativa prática, engajada no processo econômico, eivada de imperfeições, sim, mas abrindo novos caminhos de esperança e suscitando novas fontes de força a gente que, sem ela, seria desesperançada e fraca.

O cooperativismo brasileiro, pela importância que alcançou, principalmente no setor agropecuário, vê-se, às vezes, envolvido por incompreensões, até gratuitas. Ele cresce, todavia, e supera etapas para chegar à plenitude. Cremos ter nele um excepcional instrumento de promoção do homem e de desenvolvimento do País.

- Mudas de plantas frutíferas e de arborização
- Plantas ornamentais
- Terra vegetal

Venda permanente na Escola de Horticultura Wenceslau Bello
Avenida Brasil, n.º 9.727 - Penha - Rio de Janeiro - RJ

SMA





O usucapião agrário em destaque



Alvarenga: "homem do campo não acredita na justiça".

O presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Octávio Mello Alvarenga, pediu que o presidente da República, João Figueiredo, não permita que a imagem de seu governo decaia perante a opinião pública e faça com que a lei do usucapião especial entre em funcionamento imediatamente, beneficiando aos que já ocupam a terra e nela produzem há vários anos, sem entraves burocráticos.

Octávio Alvarenga disse que esta lei não pode ter o mesmo destino do artigo 98 do Estatuto da Terra, que há 17 anos existe e ele desconhece a sua aplicação. A única diferença é para o prazo que o posseiro se habilite à terra, que caiu de 10 para cinco anos.

Na realidade, ele defende a instalação de uma Justiça Agrária no país, com a finalidade de dar maior rapidez às pendências

agrárias, que tramitam por longos anos na justiça comum e nem sempre chegam ao seu final, fazendo com que seja verdadeiro o axioma que diz: "mais vale um mau acordo do que uma boa sentença" que corre entre os advogados que limitam no meio rural.

Um dos enfoques mais enfatizados em sua palestra por Octavio Mello Alvarenga foi o de que o governo está preocupado em aumentar o número de prisões e que se forem tomadas medidas justas para o homem do campo, para os que produzem, a população carcerária vai diminuir bastante, pois também declinará o êxodo rural.

"Nós precisamos acreditar na justiça e a verdade é que o homem do campo não acredita, pois se considera um desamparado", disse o presidente da SNA, em sua palestra.

Uma análise da atividade legislativa em matéria agrária, durante o ano passado, certamente indicará a Lei nº 6.969 de 10 de dezembro de 1981, que regula o usucapião especial, como seu capítulo mais importante.

O período que antecedeu a votação da nova lei constitui-se de frutíferas discussões, promovidas por uma comissão mista do Senado e da Câmara, onde foram ouvidos os depoimentos de representantes de entidades interessadas no assunto, como a CNA, a Contag e a CNBB.

Chamada a manifestar-se perante a Comissão Mista, a Sociedade Nacional de Agricultura, levou a Brasília uma súmula interpretativa do projeto de lei.

Em resumo:

- 1º — aplaudia e apoiava a iniciativa da Administração Pública ao enviar para o Congresso o ante-projeto de lei;
- 2º — praticava breve exercício crítico do texto, reportando-se à legislação anterior;
- 3º — apresentava três sugestões concretas sobre o assunto.

As sugestões da SNA prendiam-se basicamente aos seguintes aspectos:

- A abrangência do usucapião especial, o qual, por extensão dedutiva deveria conter as terras devolutas e particulares.

O art. 2º do ante-projeto de lei, ao declarar que "O usucapião compreende as terras devolutas" era de redação suscetível de dúvida, podendo ser entendida a expressão como equivalente a "compreende também as terras devolutas", ou abrange "apenas devolutas".

- Deveriam ser incluídas no âmbito da lei as terras de segurança nacional, que haviam sido excluídas no art. 6º do ante-projeto.

A tal propósito parece-nos de utilidade fazer ligeira digressão sobre os terrenos situados na faixa de fronteiras e os terrenos considerados "indispensáveis à segurança nacional".



Legislação

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Dispõe a atual Constituição:

"Incluem-se entre os bens da União:

I — a porção de terras devolutas indispensáveis à defesa nacional ou essencial ao seu desenvolvimento econômico.

Tal dispositivo substituiu o art. 34 inciso II da Constituição de 1946 que regulamentava a faixa de fronteira da seguinte maneira:

"Incluem-se entre os bens da União:

II — a porção de terras devolutas indispensável à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares, estradas de ferro".

Por sua vez, o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, declarou "indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura a cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal".

Parece-nos claro, portanto, que na faixa de fronteira trata-se de terras devolutas "indispensáveis à defesa nacional, conceito distinto daquele alusivo à segurança nacional. A menos que se entendesse que "segurança nacional" abrangesse "defesa nacional", ampliando a exclusão contida no mencionado art. 6º do ante-projeto então em discussão.

Ora, considerando que a abrangência do usucapião agrário não deve se constituir em procedimento isolado ou de



A lei do usucapião especial beneficiará aos que ocupam a terra e nela produzem a vários anos.

alcançe restrito, e levando em conta que ponderável parcela dos conflitos fundiários ocorre em áreas abrangidas pelo Decreto-lei nº 1.164, grande parte das quais não demarcadas, pareceu à SNA, no momento de fazer tal sugestão, que a intensão legislativa ficaria melhor fixada eliminando-se a exclusão supra-mencionada e mantendo apenas a restrição para "terras habitadas pelos silvícolas".

Outro aspecto relevante. O rito sumário estabelecido não se constitui,

na prática, como mais eficaz para garantir a celeridade indispensável à concretização dos objetivos da nova lei.

Estando inserido na Justiça Comum, já saturada, o rito sumaríssimo quase sempre é desnaturado, estendendo-se indefinidamente.

Impõe-se aí como única opção viável a criação de uma Justiça Agrária especializada que forneceria toda a estrutura básica garantidora da prioridade no exame e julgamento dessas questões.

Para nossa satisfação, das três sugestões apresentadas, as duas primeiras foram acolhidas no texto definitivo da lei.

Alertou ainda a SNA no sentido de que não acontecessem com os bons propósitos (funditários) do Presidente Figueiredo o mesmo que ocorreu com bons e muito semelhantes propósitos do Presidente Castelo Branco.

Pois sempre é bom recordar que o usucapião "pro labore" já figurava no texto da Lei 4.504 (Estatuto da Terra) que completou 17 anos no último dia 30 de novembro de 1981, embora o art. 98, que está inserido no capítulo alusivo às terras públicas, fosse ignorado até pelos portavozes oficiais que foram às televisões quando o anteprojeto chegou ao Congresso.

O texto da Lei nº 6.969/81 responde ao desalento de alguns setores religiosos e sindicalistas — já que o texto primitivo teve a paradoxal propriedade de desgostar tanto aos empregadores (Confe-

Geisel defende a justiça agrária e usucapião na SNA

O ex-presidente da República e sócio benemérito da SNA, Ernesto Geisel, participou do Seminário "Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82".

Após ouvir a palestra do presidente da SNA, Octávio Mello Alvarenga sobre usucapião especial, o ex-presidente, que estava acompanhado pelo seu Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, e pelo presidente do Clube de Engenharia, Plínio Catanhede, afirmou que a Justiça Agrária merece ser estudada.

Sobre a lei do usucapião especial, Ernesto Geisel, que atualmente é presidente da Norquisa, disse que é uma boa lei e precisa ser posta em prática, mas acrescentou que "não há nada completo, não há nada perfeito".



O ex-Presidente Ernesto Geisel, acompanhado de seu Ministro Alysso Paulinelli é recebido na SNA por Octavio Mello Alvarenga.



Legislação

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

deração Nacional de Agricultura) quanto aos empregados (Contag), bem assim à CNBB "temerosa do recrudescimento da violência do meio rural" e do "aceleramento da ação dos grileiros".

Num ponto a Igreja Católica e os jus-agraristas brasileiros estão de acordo: falta agilidade aos atuais instrumentos administrativos e sobretudo judiciais para atender ao volume das demandas em curso e aquelas que naturalmente irão surgir.

Aliás, a Sociedade Nacional de Agricultura não poderia fazer ouvidos moucos a vozes que se levantaram contrariamente ao ante-projeto, sob duas alegações principais:

1º — que a nova lei poderá acirrar os ânimos entre proprietários e invasores;

2º — que o novo mandamento dificilmente alcançará seus objetivos se levar-se em conta que jamais foi aplicado o art. 98 do "Estatuto da Terra".

Tais críticas merecem ponderação pois refletem fatos e situações reais.

Não tem sido a ausência do Poder Público ou a negligência das partes em litígio que provoca o agravamento das tensões sociais vinculadas a disputas fundiárias.

O nó górdio está no ritmo processual a que se submetem tais pendências; o mesmo ritmo a que se iriam submeter quantos pretendessem aplicar o usucapião *pro labore* previsto na Lei nº 4.504/64.

O grande processualista Luiz Machado Guimarães, a propósito de uma ob-

servação de Carnelutti, anotou ser impossível ter motoristas quando faltam automóveis.

Em paráfrase jus-agrarista, considerada ao revés, este é o momento para dizer-se que temos uma frota gigantesca de automóveis (leis, decretos-leis, decretos e fartíssima declinação administrativa a nível ministerial e autárquico — portarias, resoluções, instruções etc.) faltando-nos justamente motoristas habilitados.

Chegou o momento de criar-se a Justiça Agrária e sobretudo um processo judicial agrário. Desta forma irão por terra as desconfianças e os desalentos.

Os civilistas de larga visão, se batem há tempos pela "posse-trabalho".

Os jus-agraristas lutam pelo binômio "produtividade-justiça social".

**Nem todos os seus problemas
são de LUBRIFICAÇÃO...
Mas este a PETROBRAS resolve.**

LUBRAX
MD-300 e MD-400

Um problema a menos para você.



Qualidade
PETROBRAS



Política agrícola e política agrária, caráter e alcance da legislação

J. Motta Maia

A exposição do ilustre Presidente Octávio Mello Alvarenga, neste Seminário, ressaltou, com muita oportunidade, a contribuição que a Sociedade Nacional de Agricultura, a mais antiga entidade brasileira devotada aos problemas agrícolas, deu à elaboração da nova lei que dispõe sobre o usucapião **pro labore**.

Ficou demonstrado, mais uma vez, que aqui não se abrigam radicalismos. Nem o de direita, o reacionarismo, que se opõe por se opor, por ação ou omissão, a qualquer modificação do **status quo** vigente na sociedade agrária. Nem o radicalismo do extremo oposto, que se propõe construir sobre os escombros de uma ordem destruída violentamente, o castelo das ilusões de uma nova ordem em que todos teriam terra para produzir, mesmo sob o guante do Estado-autoritário e avassalante. O castelo donde verteria, como por encanto, "mel e leite" em abundância para todos, como na antevisão bíblica do Êxodo, a do diálogo entre Deus e Moisés, em meio à "sarça ardente".

Propugnamos reformas como aquelas inseridas na legislação de 1964, afinadas com o nosso tempo histórico e nossa realidade.

Há no "Estatuto da Terra" um preceito básico que precisa ser meditado e posto em prática, com urgência, e que, ao nosso entender, obriga igualmente a União, os Estados e os Municípios:

"Art. 103 — A aplicação da presente lei deverá objetivar, antes e acima de tudo, a perfeita ordenação do sistema agrário do País, de acordo com os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano".

Nossa realidade é a de um país-continente, com abundância de recursos naturais, mas onde escasseia o elemento humano, meio e fim da atividade de produção.

Escasseia a técnica e em consequência, escasseiam alimentos para sua população e para as populações carentes do



Motta Maia: "não há condições satisfatórias de fixação do homem no campo".

mundo, em países em que a explosão demográfica é uma ameaça à paz, visto que só na abundância pode haver tranquilidade e segurança para todos.

O quadro brasileiro

O quadro social brasileiro é nada tranquilizador e suscita reflexões e providências a curto prazo, antes que se configure uma situação irremediável.

Não cabe aqui ressaltar o que entra, todos os dias, olhos a dentro: a escassez de alimentos do mundo. Fiquemos no Brasil, que de nosso país é que nos cabe cuidar, em primeiro lugar.

As estatísticas oficiais — que não mentem — falam, de forma alarmante, da desnutrição do povo brasileiro, a começar, naturalmente, pelas crianças. Segundo conclusões de recente encontro de entidades oficiais e de técnicos em nutrição e em medicina social, em Brasília, há poucas semanas, 40% das crianças brasileiras até a idade de 5 anos, sofrem de desnutrição crônica. Esta seria a média nacional, que revela uma situação de necessidade, de que não escapa, sequer, São Paulo que todos costumamos re-

conhecer como o "país mais desenvolvido" da América Latina.

No Nordeste, esse índice se eleva até 67%.

O problema da desnutrição está ligado à pobreza, mas é, sobretudo, consequência da escassez de alimentos, que se registra no Brasil, atingindo até as camadas da população que dispõem de recursos para adquirir utilidades sejam estas produzidas aqui ou importadas da Europa, da Austrália, da Argentina, do Chile de toda parte.

Assis Brasil, que tanto honrou esta Sociedade, profligava em 1897: "o que se vê quanto ao milho é verdade a respeito de todos os gêneros necessários à vida do homem e dos animais úteis. O feijão, chegamos ao aperfeiçoamento de o receber do México e do Chile, dois países longínquos, quase nossos antepassados. O do México vem ainda com escala por Nova York. Recebemos arroz da Índia, que nos fica no lado oposto do planeta e que não tem terras melhores do que as nossas. Um amigo meu (goiano), revelou-me que é muito comum comer-se em Goiás . . . banha americana!"



Legislação

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Diagnóstico para correção

Cabe indagar, nesta altura: que fazer para enfrentar tal situação? Em primeiro lugar, cabe realizar o diagnóstico e, em seguida, indicar as medidas corretoras.

A raiz dessas dificuldades se encontra sobretudo no campo. Encontra-se na falta de correspondência da produção agrícola com as necessidades da população.

Em primeiro lugar, cabe encarar com isenção, o problema do êxodo dos campos, com a "inchação" dos centros urbanos. Por que se despovoam os campos?

Simplemente porque não há condições satisfatórias de fixação dos que trabalham, nas atividades rurais, de produção de alimentos e de matérias primas para a indústria. Grave problema econômico e social, que é uma tônica do continente latinoamericano.

Poder-se-á concluir com uma assertiva: há necessidade de uma política agrícola racional, integrada, capaz de atender às necessidades de todas as categorias que realizam a atividade de exploração agrícola, inclusive para deter o êxodo rural.

Sabemos que o problema é complexo e não se pode resumir nas proposições simplistas dos que apontam até a grande propriedade produtiva como responsável pelas distorções, no mesmo plano dos latifúndios sociais ou das áreas fundiárias improdutivas, inclusive o minifúndio.

Usucapião pro-labore, velho de meio século

Sem dúvida o novo instituto incorporado à nossa legislação, o usucapião pro labore que tem a idade de quase meio século, porque vem da Constituição de 1934, e não da de 1946, demonstra um propósito salutar do poder público, o de dar solução aos graves problemas dos posseiros, dos lavradores sem terra e, também da massa de trabalhadores migrantes. Estes andam de léo em léo, pela vastidão deste país, na busca de um mínimo de bem-estar. Essa população migrante ascende, segundo dados oficiais, a quarenta milhões de brasileiros, um terço da nossa população.

Parte destes migrantes constituem a sub-espécie dos chamados **bóias-frias**, os trabalhadores volantes, colocados à margem da legislação trabalhista, em que pese a existência de numerosas disposições, principalmente a partir do "Estatuto do Trabalhador Rural", que visou a regular a situação dos trabalhadores do campo.

Da necessidade de associativismo

O ponto de partida, para que os pequenos e médios proprietários de terra agricultável possam incorporar-se ao processo produtivo, é assegurar-lhes a possibilidade de se beneficiarem da política agrícola, em sentido objetivo. Uma política agrícola, pressuposto de uma reforma agrária, compreende um complexo de medidas conectadas para um fim determinado. Política agrícola, segundo o conceito do "Estatuto da Terra", que se compatibiliza com a melhor doutrina democrática, é "o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País". (1)

A mesma lei enumera um elenco de medidas que incumbe ao poder público adotar, as que dizem respeito com a assistência e proteção da economia rural. Dessa assistência não podem prescindir, sequer, as grandes empresas, quanto mais a pequena e média explorações agrárias.

Estas somente poderão habilitar-se à assistência, se agrupadas sob as várias formas de associação desde o cooperativismo até as novas modalidades inspiradas pelas circunstâncias, que possam conduzir a uma agricultura empresarial.

Porque a simples transição do estado de posseiro, arrendatário ou parceiro para a condição de proprietário, não resolverá, por si só, os problemas que o poder público pretende ver solucionados. É ilusão admitir que a simples condição de proprietário, de pequeno ou médio proprietário, mudará a situação de nossa agricultura, eliminará as tensões sociais e ajudará o desenvolvimento econômico.

Foram apresentados, no Seminário "Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82" alguns depoimentos de categorizados agentes do poder público, sobre as deficiências que é necessário corrigir para se situarem os pequenos e médios donos de terra, no processo de desenvolvimento agrícola. Neste caso, o depoimento do Dr. Helio Tollini, Secretário de Abastecimento do Ministério da Agricultura que apontou a ausência de organização ou arregimentação dos produtores, de modo a se beneficiarem da assistência creditícia. Por sua vez, e com cifras nas mãos, o Dr. José Kleber Leite de Castro, Diretor de Crédito Rural do Banco Central, informou que de um trilhão e oitocentos bilhões de cruzeiros do crédito rural, de agências oficiais e privadas, somente se beneficiam 25% dos produtores. Isto quer dizer que 75% ficam à margem desse crédito e de tudo o mais, em que pese o fato de serem proprietários.

Teoria e prática da legislação

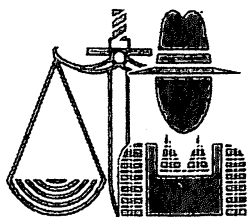
Pode-se concluir destas ligeiras observações que há muito o que fazer para tornar o setor agrário brasileiro um instrumento efetivo de prosperidade e de bem-estar, como definido no art. 1º § 1º do Estatuto da Terra.

A reforma agrária brasileira, já consagrada na ampla legislação que temos, a partir de 1964, de caráter democrático não exclui a existência das grandes empresas agrícolas, com as médias e as pequenas empresas. Nem poderia ser de outro modo, dado que temos abundância de terras agricultáveis e escassa população para a nossa superfície continental.

Essa reforma terá que entrosar-se com uma política agrícola efetiva que seja, ao mesmo tempo, instrumento de produção de bens e de promoção de bem-estar e de justiça social (2).

Individualismo e cooperação

Temos como desprovida de correspondência com a realidade, a assertiva que, freqüentemente, assume foros de verdade, de tão repetida, de que o



Legislação

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

agricultor brasileiro não tem espírito associativo e é infenso a qualquer forma de agrupamento.

A atividade agrícola tem de ser realizada por homens livres, sem a tutela do Estado, nem dependência do poder econômico maior. Isto não exclui a ação supletiva ou assistencial do Estado, nos limites em que lhe preserva a dignidade, o direito de ser livre.

O individualismo do lavrador da terra não é individualismo egoístico, nem exclui a cooperação e a ajuda material recíproca, de que resultam as comunidades de pessoas e de interesses.

É ele individualista na medida em que se procura preservar o espírito de iniciativa e a dignidade da pessoa humana.

Desse modo faz-se necessário estimular, criar e aperfeiçoar formas de associação que deverão integrar todo o sistema de atividades para constituir-se finalmente em um modo de vida. Esta forma de vida é modelada pelo mundo agrícola, com "suas escalas de valores, com esse ritmo de vida, com suas coordenadas espaciais e temporais, a margem dos diversos grandes sistemas econômicos que se sucedem, se combatem e se toleram reciprocamente" segundo a observação de Milhau e Montaigne (3).

Alternâncias do cooperativismo

O caso do cooperativismo, a forma mais corrente de associação para a atividade agrícola, merece reflexão.

Tem ele sofrido restrições, aqui e nos demais países da América Latina, sob vários pretextos, inclusive o argumento de que não se deve importar formas vigentes em outros países, incompatíveis com nossas condições sócio-econômicas.

Ao nosso modo de ver, estas restrições têm várias causas, a primeira delas, as frustrações que se traduzem na prosperidade ou sucesso de uns poucos, geralmente os dirigentes, em contraste com a situação da massa de associados.

Confunde-se, assim, a idéia com a prática ou com o erro dos homens. A cooperativa é, essencialmente, uma associação de homens livres, para viverem e atuarem livremente, limitados apenas pela necessidade de coexistência no seio da associação que é, antes de tudo, de caráter mutualista.

As frustrações do cooperativismo podem ser atribuídas, de um lado, à ortodoxia que se apegava ao modelo rochdaleano que foi a origem mas tem que se adaptar ao tempo; e, por outro lado, ao despreparo dos que propõem conduzir o processo de sua organização e funcionamento. Há necessidade de preparar dirigentes, executivos para a sociedade cooperativa, tal como se faz, hoje de forma intensa, para as formas empresariais de caráter capitalista, a começar pelas sociedades por ações.

Dirigentes de cooperativas são os responsáveis mais diretos pelo seu sucesso ou fracasso. Eles devem ter competência gerencial ou administrativa e ostentar espírito de cooperação porque são ao mesmo tempo administradores empresariais e orientadores, ou como já se tem dito "maestros de personas adultas" (4).

As vantagens da cooperativa não excluem o exame e adoção de outras formas de associação. Para isto é valiosa a ação supletiva do Estado e a ação direta das entidades de classe, a começar pelas de caráter sindical.

A Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA), que poderia ser uma experiência válida para formar mentalidade empresarial entre os pequenos proprietários, não passou do texto legal, por falta de quem lhe desse vida. A CIRA, segundo a lição de Valdiki Moura, um dos que melhor estudam a problemática do cooperativismo em nosso país, é "uma entidade multifuncional, que o direito brasileiro sempre chamou de "cooperativa mista" por exercer mais de uma função econômica. Conta, por isso, com uma infraestrutura um tanto complexa, porque complexas e variáveis são as necessidades do homem do campo" (Colonização e Objetivos da Cooperativa Integral de Reforma Agrária, "in" Arco-Iris jan/mar/1969).

O que é necessário fazer

Não nos faltam leis, muito menos idéias para o processamento de uma reformulação nas atividades de exploração agrícola, de modo a colocar esse setor no plano empresarial em que se desenvolvem os setores secundário e terciário, guardadas naturalmente suas peculiaridades. Precisamos de uma agricul-

tura empresarial, isto é, de uma atividade que se desenvolva com o melhor aproveitamento dos fatores de produção, a começar pela mais adequada utilização da terra, para que esta possa cumprir sua função social. Uma atividade empresarial em que possam coexistir harmonicamente todas as categorias que nela intervêm de modo a poderem todos participar de seus resultados. Produtividade e justiça social.

Temos leis suficientes para alcançar esse objetivo.

Pena que se tenha frustrado em grande parte o excelente sistema de seguridade social implantado com o Prorural. Frustração que se vem verificando com a absorção do Prorural pelo sistema geral de previdência social. O que provou bem não deveria, jamais, ser modificado, em que pese as boas intenções que ditaram tal mudança.

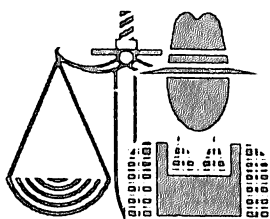
Cabe lembrar a observação de Lawrence Friedman, na citação do insigne jus-agrarista Joseph R. Thome, da Universidade de Wisconsin:

"Mudança social alguma importante será possível ou poderá ser realizada em uma sociedade, sem que se reflita em qualquer espécie de mudança em sua legislação".

A legislação agrária nacional é adequada ao nosso tempo, posto que o Estatuto da Terra faz honra aos que tornaram possível sua edição, em 1964. É um notável diploma legal, ponto de partida para propiciar o aperfeiçoamento e a correção de nossas obsoletas estruturas fundiárias e o aperfeiçoamento racional e social das vastas áreas de terras agricultáveis que permanecem ociosas, do domínio da União e dos Estados.

Tal como em relação à nova lei de usucapião pro labore, faz-se necessário, urgente, passar o texto das leis à ação, dando vida às normas legais que provêm, ao mesmo tempo, política agrícola e política agrária. Política agrária que possibilite a coexistência harmônica de todas as categorias que realizam a atividade de exploração da terra.

Necessário, ainda, modificar a mentalidade quanto à função do setor agrícola destróado pela febre industrialista a outrance, sobretudo no Nordeste e no Norte do país, e que gerou frustrações e exarcebou a pobreza naquelas regiões.



Legislação

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Confiança nos frutos da terra

Há dois mil anos já se pensava assim: o mais antigo livro sobre agricultura, o *DE RE RUSTICA*, inseria esta advertência de seu autor, *Lucius Flavius Moderatus Columella* que nasceu e viveu no primeiro século da era cristã:

"(. . .) os homens estão errados quando consideram que a terra está fatigada, e já não poderá satisfazer as necessidades dos homens com a mesma liberdade de outrora.

Como imaginar-se que a natureza, dádiva do Criador do mundo, de fecundidade sempre renovada, se tenha, de um momento para outro, tornado estéril?

(. . .) Esta terra que nós chamamos a mãe comum de todas as coisas, porque ela rejuvenesceu tudo o que foi, rejuvenesce tudo o que é, e renovará tudo o que deve ser no tempo futuro."

Esperamos que assim aconteça, agora e no futuro. Mas, para tanto, é necessário o esforço conjugado dos homens que produzem — grandes, médios, pequenos empresários agrícolas — em benefício do bem comum. Necessário ainda se firme uma consciência de que vale a pena empregar esse esforço de forma racional, ordenada.

Porque a terra, "mãe comum de todas as coisas", se bem cultivada, não lhes negará retribuição em redôbro.

Notas

(1) Entende-se por política agrária, geralmente, o conjunto de medidas e disposições pelas quais o Estado e outras instituições do poder político exercem influência sobre a agricultura. Esta definição se refere à política agrária prática, tarefa estrutural da sociedade econômica organizada no conjunto estatal, a qual, apesar disso, não abarca o todo, já que junto com organismos de direito público atuam associações privadas (. . .) (*Wilhelm Abel, "Política Agrária", trad. castelhana, Lib. El Atenco editorial, Buenos Aires, pag. 1).*

A distinção entre política agrária que abrangeria, naturalmente a reforma agrária e política agrícola, já foi feita em nossa literatura. Dentre outros: *Ignacio Rangel*, in "A Questão Agrária Brasileira", C.D.E. de Pernambuco, Recife, 1962; *José Graziano da Silva*, in "O que é Questão Agrária", Brasiliense edit. São Paulo, 1980.

A questão agrícola versaria os aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma, sem implicações de ordem social; a questão agrária e, pois, a política agrária teria implicações mais profundas, abrangendo as relações de produção.

(2) Primeiro, foi a justiça legal do século XIX logo superada pela experiência que deu lugar ao surgimento de conceito muito mais amplo, o da justiça social. Segundo *Roscoe Pound*, o pioneiro da escola sociológica, o direito não deve ser julgado pela aplicação de padrões eternos, tradicionais, de razão, mas por métodos experimentais, Pound perfilhou a orientação de *William James*, para colocar de lado "as coisas, frutos, consciências, fatos".

O princípio da justiça social, tão enfatizado na doutrina católica, principalmente a partir da encíclica "Rerum Novarum", de Leão XIII, de 15 de maio de 1893, está hoje incorporada ao moderno direito econômico e ao direito social.

No direito econômico se insere o direito agrário. O "Estatuto da Terra" dispõe em seu art. 1º § 1º sobre aumento da produtividade da terra e a justiça social.

Também o naturalismo materialista do tipo marxista fala de justiça social, em que o futuro social é subordinado a leis que não cabe ao homem modificar, podendo no máximo orientá-las.

A justiça social que se concilia com a democracia e com a doutrina cristã e fundada em um princípio básico: antes de tudo, o bem da comunidade, o bem de todos, antes mesmo do rendimento do trabalho como fator de produção.

Está dito na encíclica "Mater et Magistra": "o homem não consta só de matéria. É um ser espiritual dotado de inteligência e liberdade". O mesmo princípio está na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. XXII).

Já *Pio XII* advertira que a reforma agrária tem como finalidade básica, "assegurar a população do campo, seu próprio caráter, sua própria dignidade, seu valor próprio na economia e na sociedade" (encíclica *Quadragesimo Anno*). Por fim, *João Paulo II* na última encíclica, a "Laborem Exercens" de 14 de setembro de 1981 ao louvar o desenvolvimento tecnológico adverte no sentido que "a dimensão objetiva do trabalho não predomine sobre a dimensão subjetiva, tirando ao homem ou diminuindo a sua dignidade e os seus direitos inalienáveis" (*Laborem Exercens*, § 10).

(3) É surpreendente que haja países desajustados de derrotar o socialismo, começando por criar numerosa classe social de pequenos proprietários fundiários, produtores autônomos, donos de seu capital e de seu trabalho, constituindo um largo setor não planejado.

O mundo agrícola, com suas escalas de valores, com seu ritmo de vida, com suas

coordenadas especiais e temporais, vive ainda a margem dos diversos grandes sistemas econômicos que se sucedem se guerreiam ou se toleram reciprocamente" (*Jules Milhau e Roger Maentaigne*, in *L'Agriculture aujour d'hui et demain*" Pres. Univ. de France, Paris, 1961, pag. 3).

A simples existência de pequenas propriedades não é a solução para o problema agrícola, tão pouco para o problema agrário.

No Brasil, segundo os mais recentes dados oficiais, ou seja, o censo do I.B.G.E. as propriedades de mais de mil ha. compreendem um total de 39.5% de área nacional; as de menos de 100 ha. correspondem a 23,5% e são responsáveis pela produção de 80% da avicultura, de produtos alimentares como mandioca, milho, batata, banana e da suinocultura; contribuem com 60% da produção algodoeira, soja e cítricos e mais de 50% de arroz, cacau e café.

O problema agrário brasileiro (e não o problema agrícola) está na falta de uma infraestrutura para o pequeno e médio produtores.

Quanto à intervenção do Estado, basta assinalar a observação de *Alec Nove*: um dos problemas da agricultura soviética, onde não há evidentemente a grande propriedade ou grande empresa privada, é a coletivização da agricultura, mediante um ato de coação imposto aos lavradores, e sua sujeição, inclusive no período de funcionamento da exploração agrícola (*Alec Nove*, in "Soviet Agriculture. The Permanent Crise", F.A. Praeger, Publishers, 1965).

(4) O sentimento individualista que é, antes, um sentimento de liberdade individual do rurícola revelou-se mesmo sob um regime autoritário, implantado sob o signo da violência como foi a Revolução Socialista de Outubro de 1917, na Rússia.

Alí existia uma forte estrutura cooperativista que *Lenine* procurou transformar, sob a alegação de que ela servia ao capitalismo ou era penetrada dos elementos kulaks, para incorporá-la ao processo ideológico. A grande diferença entre o cooperativismo soviético e o do mundo ocidental é, precisamente a circunstância de que o último tem como um de seus fundamentos a neutralidade política e religiosa.

"O cultivo em comum, observara *Lenine*, não é coisa fácil, porque o cultivo individual da terra não pode desaparecer em um dia, visto que para ela faz falta o capital, é necessário adaptar-se as novas formas de vida" *V.I. Lenine* e o Partido Comunista consideravam que a organização da economia coletiva no campo era uma das tarefas mais complexas que somente poderia resolver-se com o trabalho paciente entre os camponeses para convencê-los da vantagem e da necessidade de passar à economia coletiva (. . .) "(*S. Seraev* in *El Socialismo y las Cooperativas*, tradu. castelhana Editorial Progreso, pag. 210).



Fertilizantes

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

ANDA mostra que é preciso política de comercialização realista

Com a redução dos subsídios à agricultura, as autoridades devem ter como preocupação a necessidade de manter alguns estímulos, visando garantir uma safra agrícola compensadora no próximo ano agrícola, por meio de uma política de comercialização mais realista, conforme pensamento do presidente da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), Ruy Martins Altenfelder Silva.

Ele disse que esta política pode ser feita com o estabelecimento de preços básicos que permitam aos agricultores obter lucro com suas atividades e valores básicos de custeio que lhes possibilitem dispor de recursos suficientes para a condução de suas lavouras de forma racional.

Problemas

Ruy Martins Altenfelder Silva disse que durante o ano de 81 os principais problemas enfrentados foram os reajustes bianuais de preços, a queda dos subsídios, as compras antecipadas com a formação de estoques e a participação das cooperativas.

Para 1982, as perspectivas ainda encontram algumas dificuldades para cumprimento da prioridade traçada pelo governo para o setor, sendo preciso que **haja uma redução** da velocidade da queda dos subsídios, a fixação de valores básicos de custeio mais racionais, preços básicos corrigidos com parâmetros realísticos, a ampliação do programa de irrigação das várzeas e uma verdadeira redenção dos cerrados, para estabelecer a nova fronteira agrícola do país.

O presidente da ANDA afirmou que dessa maneira será demonstrada a importância real da agricultura para o país, demonstrando a real vontade do governo de dar-lhe a prioridade tão decantada e dando-lhe a chance de mostrar que, direta ou indiretamente, é decisiva para a superação dos problemas econômicos que o Brasil atravessa.



Altenfelder: "em 82 ainda será difícil cumprir a prioridade do Governo à agricultura".

Através da agricultura, disse Ruy Martins Altenfelder, "os nossos campos gerarão excedentes agrícolas exportáveis; garantirão o pleno abastecimento de produtos agrícolas à nossa população, evitando a importação; reduzirão a dependência brasileira do petróleo importado, através da produção de biomassa, dentro do Proálcool e Proóleos; e fixará o homem no campo, absorvendo o excedente de mão-de-obra urbana".

Menos fertilizantes

Com a elevação da taxa de juros e a eliminação do subsídio desta taxa para a aquisição de fertilizantes, exigindo recursos próprios dos agricultores entre 20 e 40%, houve um retardamento na decisão de compra do insumo, sentida ao longo de 1981. Em julho daquele ano, a

ANDA constatou que a queda na entrega de fertilizantes no primeiro semestre foi de 22%.

Por pedido feito às autoridades governamentais, o Banco do Brasil recebeu orientação para atender prioritariamente aos mini e pequenos produtores rurais, em 100% de suas necessidades e os médios em 80%, deixando o atendimento aos grandes produtores para ser feito pelos bancos particulares, havendo um novo retardamento por parte dos próprios usuários.

Ruy Martins Altenfelder Silva ressaltou a agilização da rede de bancos privados para atender aos seus clientes, mas mesmo assim 16 empresas de fertilizantes da região Centro-Sul, que detém 85% do mercado acusaram uma redução de 22,4% nas entregas, cerca de 1,2 milhão de toneladas a **menos de fertilizantes aplicados** na agricultura.



Indústria de máquinas e equipamentos não têm boas perspectivas em 82

"De acordo com a vivência econômica de 1980 e, principalmente, com a de 1981, as perspectivas para este ano não são das mais alvissareiras, ou melhor, não sabemos nem se existem", de acordo com o diretor executivo da Associação Nacional para a Difusão da Mecanização Agrícola (Anagri), Agmar Rodrigues Faria. Segundo ele, "é muito difícil se contar com safras recordes somente apoiando o custeio e comercialização dessas safras, uma vez que o trabalho intermediário, o de colocar a safra no solo,

colhê-la e armazená-la, é deixado de lado".

Em termos quantitativos, sobre o péssimo resultado do ano passado, os fabricantes de tratores arriscam esperar um crescimento de 4 a 5% na produção, de 19 a 20% nas vendas ao mercado interno e 10% nas vendas ao mercado externo. Os fabricantes de colhedoras, que além dos estoques tiveram queda de 23% na produção e 20,6% nas vendas esperam ter, em 1982, um acréscimo de 10% na produção e 20% nas vendas.



Agmar Rodrigues Faria

Ao analisar-se a importância da mecanização da agricultura num processo de desenvolvimento, devemos sempre ter em mente dois aspectos: o primeiro, de maior importância, é que a mecanização mantém relação direta com a agricultura, influenciando decisivamente no desenvolvimento econômico. O segundo é que a mecanização agrícola requer a existência de um parque industrial como suporte pois, ao mesmo tempo que participa como insumo, participa também como consumidora de produtos industriais, considerado como "dinâmicos" no processo de desenvolvimento.

Em todas as funções da agricultura verificamos que a mecanização se faz presente. Isso se comprova quando sabemos que cabe ao setor agrícola as tarefas tradicionais de produzir alimentos, fornecer mão-de-obra para outros setores, gerar excedentes para a exportação, produzir matérias-primas e propiciar a acumulação de capital. Notadamente no Brasil e, diante de nossa atual conjuntura, as esperanças de se manter o nível do desenvolvimento através da agricultura já está se esvanecendo, uma vez que a tão decantada

prioridade agrícola não ocorre. Os principais objetivos dessa prioridade seriam:

- melhorar a distribuição de renda;
- garantir o fluxo de divisas para resolução, a curto prazo, do problema do balanço de pagamentos;
- ser um dos pontos básicos para a solução do problema energético através de fontes renováveis de combustível.

Diante desse quadro de desenvolvimento, verificamos que é significativa a influência dos insumos modernos nos acréscimos de produtividade. Com a abertura de novas áreas, principalmente para o cultivo de produtos exportáveis, a participação da mecanização é relevante, principalmente quando se considera o crescimento da produção por área, ou seja, a produtividade.

Para o período mais atual, 70/75, o padrão de crescimento da agricultura revelou-se semelhante ao do período 65/71, quando a produção cresceu 4,92%, o que se explica da seguinte forma: o crescimento da relação área/homem — 3,54% a.a., que é o fator mais importante, respondeu por 51,6%, seguido do aumento de produção por área que apresentou taxas de 1,30% a.a.

(respondendo por 24,4%) e o aumento da mão-de-obra rural que cresceu apenas a 1,0%.

Contudo, a atuação da agricultura após os anos 70 foi completamente diferente do comportamento até então ocorrido.

Características da mecanização

Como salientamos anteriormente, a mecanização agrícola no país, praticamente, se consolidou com a instalação da indústria de tratores em 1959, ocasião em que foi instituído o Plano Nacional da Indústria de Tratores de Rodas, ocorrendo a produção efetiva em fins de 1961.

Até essa data os tratores utilizados na agricultura brasileira eram importados, o que trazia sérios problemas, tais como a inadequação dos modelos de economias com características divergentes das nossas e a impossibilidade de reposição de peças. Esses mesmos problemas ocorreram no setor de colheitadeiras, em época mais recente, o que explica o desenvolvimento pela indús-



Mecanização

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

tría nacional de modelos altamente funcionais e adaptáveis ao solo tropical (em sua maior área sem preparo se comparado ao de países mais antigos e de agricultura mais desenvolvida). Desse setor, a indústria de máquinas e implementos é a mais antiga e ofereceu ao mercado, inicialmente, implementos à tração animal para os mais variados serviços, atendendo, satisfatoriamente, às necessidades da agricultura naquela época. Sem qualquer espécie de incentivo governamental e sem "know-how" importado, competia em qualidade e preço com os similares estrangeiros. Já com a implantação da indústria de tratores no Brasil, os fabricantes de implementos preocuparam-se em dimensionar suas indústrias, a fim de atender à elevação da demanda de seus produtos uma vez que se tratava de bens de produção complementares.

Esses fatos comprovam que a adoção de técnicas modernas na agricultura, notadamente quanto à substituição da tração animal pela mecânica, é muito recente, e que no curto espaço de vinte anos o nível qualitativo de nossas máquinas tem condições de competir com o de países altamente desenvolvidos.

A mudança dos hábitos expressa a compreensão do agricultor de que com a intensificação do uso de máquinas há uma elevação da rentabilidade do capital, melhora do padrão de vida do operário rural, maior estabilização do custo de vida e, principalmente, o aumento considerável da produção.

Não temos dúvida de que a mecanização no Brasil somente não tem sido mais desenvolvida, quando comparada com outros países, pelo simples fato de que a remuneração na agricultura também não acompanha a que vem ocorrendo no resto do mundo.

Como decorrência desse fator seguem-se outros que são simultaneamente causa e efeito do baixo nível de mecanização no país. Ainda comparando somente o Brasil e os Estados Unidos podemos notar a grande diferença entre seus valores.

Apesar de os preços, em termos reais, dos equipamentos de mecanização no Brasil apresentarem valores declinantes, ainda se exige muito do agricultor para mecanizar sua propriedade.

A diferença entre a remuneração do operador nacional e o estrangeiro também é grande — a remuneração de um

operador diarista nos Estados Unidos, é aproximadamente, sete vezes superior a de um operador no Brasil e a do operador mensalista, cinco vezes.

Os nossos produtos têm dimensionamento maior que seus similares produzidos em países de agricultura mais desenvolvida e tradicional. A terra é agricultável há séculos nesses países, enquanto que entre nós predomina a fronteira agrícola aberta em cima de matas e cerrados, além do que, não é comum entre nós guardar e proteger o

equipamento. O campo e o céu aberto ainda continuam sendo a melhor garagem de nossas máquinas.

Mas, apesar dos maus tratos e de serem operadas por pessoas não habilitadas, o uso de nossos produtos é muito mais intenso do que em outros países. Tomando apenas a avaliação feita para colheitadeiras, verificamos que no Brasil as máquinas em três anos já trabalharam, em média, aproximadamente 5.000 horas enquanto que este número somente seria atingido num prazo de

Quadro I

Acréscimos de produção ligados à demanda de insumos mecânicos									
	40/50	%	%	50/60	%	60/70	%	70/75	%
Mecânicos	1,03		33	0,63	11	2,10	39	3,54	52
Acres. Prod.	3,11			5,74		5,36		4,92	

Extraído da tese de mestrado em elaboração "Demanda de Fertilizantes a Nível Regional e de Brasil - 1954/79" - de Antonio José Braga do Carmo.

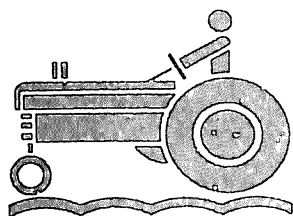
Quadro II

Taxas médias de crescimento da produção agrícola — Brasil				
Período	Geral	(1) Industrializáveis	(2) Alimentícios	(3) Exportáveis
1932-73	4.42	4.64	4.68	1.62
1940-50	3.11	3.23	4.57	— 0.38
1950-60	5.74	6.59	4.96	6.21
1960-70	5.36	5.76	5.83	1.92

(1) algodão, cana, fumo, amendoim e soja.
(2) arroz, batata doce, cebola, feijão, mandioca, milho, banana, coco, tomate, batata inglesa.
(3) cacau, mamona, agave e café.

Quadro III

Taxas de crescimento da produção agrícola, por regiões e grupos de produtos						
Período	Nordeste		Centro-Sul		São Paulo	
	Exp.	Domésticos	Exp.	Domésticos	Exp.	Domésticos
1960/69	2,6	6,9	8,4	5,2	4,4	3,5
1970/79	3,9	2,4	13,2	1,7	4,7	3,2



Mecanização

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

oito a dez anos nos Estados Unidos e na Alemanha.

Isso demonstra que o nosso desenvolvimento em mecanização nos permite competir em qualidade e preço com o resto do mundo. Mas não há a menor dúvida de que se nossos equipamentos fossem cuidados da mesma forma que os similares estrangeiros, competiríamos folgadoamente em durabilidade. Verificamos que a manutenção preventiva não é praticada e mesmo a assistência técnica é feita de maneira deficiente. Já faz parte de nossa estória o fato de que as empresas não mais distribuem ferramentas na venda dos equipamentos, pois isso facilitava o aparecimento de "pseudo-mecânicos" em nossas fazendas. Até agora adotamos a técnica de reforçar o equipamento, uma vez que isto é mais fácil (e é uma medida de curto prazo), do que treinarmos operadores. Nesse sentido, entendemos que uma das tarefas mais importantes que a ANAGRI vem desenvolvendo é a do treinamento de operadores para nossos produtos. É uma tarefa bastante difícil e que demanda tempo pois, para a grande parcela de nossos agricultores é mais fácil colocar a culpa no equipamento que admitir a não qualificação de sua mão-de-obra.

O quadro atual da mecanização agrícola

A mecanização agrícola no Brasil atende as mais variadas necessidades dos agricultores, colocando em oferta produtos para:

Utilização	Tipos de Produtos
1. Preparo do solo	42
2. Semeadura, plantio e transplante	17
3. Aplicação, carregamento e transporte de adubos e corretivos . . .	8
4. Cultivo, desbaste e poda	9
5. Aplicação de defensivos	5
6. Colheita.	11
7. Transporte, elevação e manuseio de produtos	13
8. Processamento	12
9. Conservação do solo, açudes, irrigação e drenagem	7
10. Motores e Tratores.	6
11. Especiais	4

Salientamos que os segmentos mais importantes quanto ao valor da produção são os tratores e as colhedeiras automotrizas.

Quadro IV

Preços recebidos pelos produtores agrícolas				
Produto	1.970		1.974	
	Brasil	E.U.A.	Brasil	E.U.A.
Algodão				
Cr\$/t	700	—	2.400	—
U\$/t	152	503	323	944
Feijão				
Cr\$/t	780	—	2.610	—
U\$/t	170	203	351	445
Milho				
Cr\$/t	200	—	550	—
U\$/t	43	52	74	116
Soja				
Cr\$/t	320	—	1.170	—
U\$/t	69	105	157	247

Quadro V

Rendimento físico em toneladas e renda bruta		
Produto	1.974	
	Brasil	Dólares por hectares
		E.U.A.
Algodão		
t/ha	0,731	1,307
U\$/ha	236	1,234
Feijão		
t/ha	0,538	1,479
U\$/ha	189	658
Milho		
t/ha	1,571	4,479
U\$/ha	116	520
Soja		
t/ha	1,531	1,560
U\$/ha	240	384



Mecanização

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Tratores

A capacidade instalada da indústria de tratores de rodas é da ordem de 110.000 unidades anuais, potencial este constituído pelas sete empresas que cobrem o mercado de tratores agrícolas de quatro rodas. O índice de nacionalização do produto é de 99% e se produz desde microtratores até os tratores de maior porte e tração nas quatro rodas.

Além de permitir o amplo atendimento do mercado interno, a indústria de tratores tem participado ativamente do mercado exportador, o que se comprova pelas 10.511 unidades exportadas em 1981, o que constitui 37,9% das vendas ao mercado interno no mesmo período. Esse fato torna-se mais significativo quando se considera que há cinco anos as vendas ao mercado externo eram de apenas 394 unidades.

Colheitadeiras

A menos de uma década da implantação da indústria de tratores, o governo, após levantamento de mercado, instituiu regras para a implantação da indústria de colheitadeiras no país. Com um índice de nacionalização superior a 99%, tem sua demanda concentrada nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

A capacidade instalada de produção é de aproximadamente 10.000 unidades distribuída entre as cinco fábricas existentes, das oito iniciais, que já chegaram a produzir e vender 8.000 unidades/ano. A população atual de colheitadeiras no Brasil é de 46.000 unidades.

Uma das características importantes que está acompanhando a evolução dos produtos brasileiros é a sua perfeita adaptação às condições de uma agricultura tropical.

Desenvolvendo um genuíno "know-how" tropical, a indústria de colheitadeiras está preparada para exportar seus produtos a países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Esse setor emprega 7.000 pessoas, sendo, após o de tratores, o segundo maior item em número de mão-de-obra empregada.

Com relação aos implementos em geral estima-se uma produção anual de 150.000 unidades e uma população de 1.300.000 unidades.



A mecanização influencia de forma significativa no desenvolvimento econômico do setor agrícola.

Quadro VI

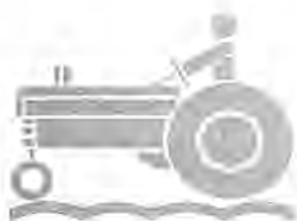
Utilização do trator, segundo alguns países — 1976

País	Terra arável e Culturas permanentes (1.000 ha)	Tratores 1.000 unidades (1)	Área Trator (1) / (2)
USA	188.330	4.380	13,6
Canadá	43.709	635	68,9
Austrália	45.170	332	136,1
Brasil (1981)	49.792	306	162,0

Quadro VII

Utilização da colhedeira, segundo alguns países — 1981

País	Área colhida por colhedeiras (em 106 ha)	População de colhe- deiras (em unidades)	Relação ha/ colhedeira
Alemanha	5.005	170.900	29
USA	99.610	600.000	166
Argentina	9.479	41.000	231
Brasil	12.200	45.730	289



Mecanização

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Parque atual de máquina

O Brasil já é o segundo ou terceiro país, em capacidade instalada de produção para a mecanização agrícola e, durante dois anos de sua evolução histórica, foi o segundo em vendas. Estima-se atualmente uma população de tratores da ordem de 306.406 unidades que é distribuída conforme o grau de mecanização de cada região.

Do início da década de 60 até o fim da década de 70, verificou-se que a relação área agricultável/trator sofreu brusca queda, passando de 520 hectares por trator para 162 hectares.

No que se refere ao comércio de máquinas e implementos, merece destaque o fato de que, conseqüentemente ao incremento de suas vendas, a indústria vem estruturando em conjunto com o setor comercial privado, uma rede de revendas no interior, chegando a mais de 1.800 postos de revenda distribuídos pelo Brasil. Este fato, além de permitir uma maior cobertura de mercado, garante assistência técnica especializada ao agricultor.

Aparentemente, 15% de incremento anual de produtos novos à frota, induziria o raciocínio de que uma evolução se estava processando nos índices de mecanização. Atentando-se para o fato de que isso significa uma reposição de apenas 10% ao ano, sem maior rigor na apuração, já que outras variáveis deverão ser consultadas, por exemplo o sucateamento por idade e por outros fatores, verifica-se a necessidade de maior número de máquinas no campo, quer pelo alargamento de fronteiras agrícolas e, também, pela introdução de novas culturas a par da ampliação das culturas tradicionais.

O quadro VI retrata a situação brasileira em cotejo com a de outros países.

Para colhedoras automotrizas a situação é ainda mais crítica, uma vez que se estima uma relação de 289 ha/máquina para a safra de 1981/82.

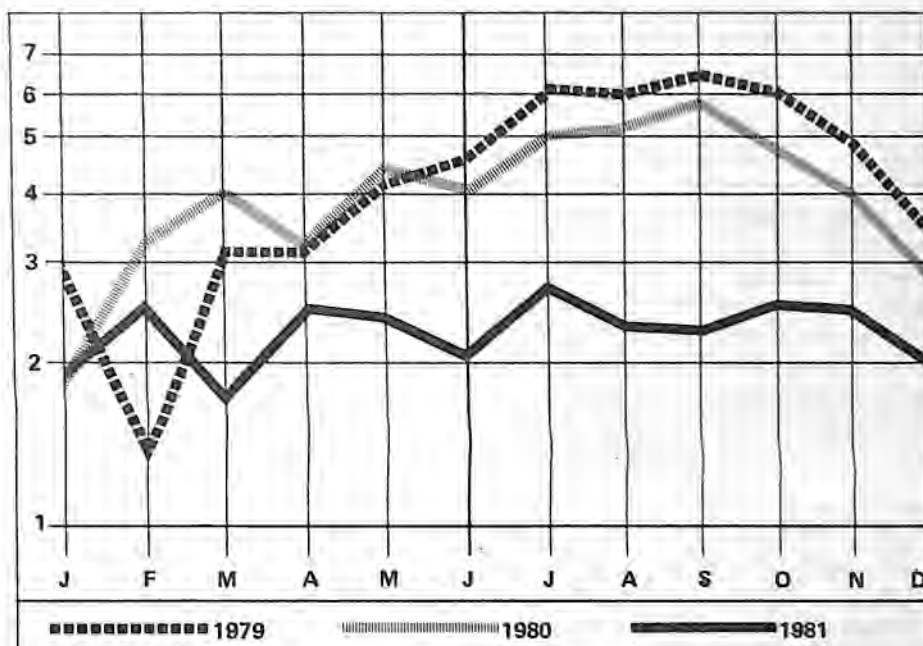
Através do quadro VII pode-se observar quão atrasados estamos na mecanização de nossa colheita constituída basicamente de culturas geradoras de divisas.

O ministro Delfim Netto compara a economia a uma caixa de ferramentas.

Figura 1

Tratores de rodas — Vendas ao público

Em 1.000 unidades



E por ser como tal, a utilização dela depende do homem, do próprio economista e de seu juízo de valores. De igual forma, poderíamos também dizer que a mecanização agrícola é uma caixa de ferramentas nas mãos dos agricultores. Se estes quiserem se utilizar dela

teremos a demanda de nossos produtos, caso contrário — e isto também ocorre com os outros insumos modernos — vamos verificar uma redução de nossas vendas.

O nosso marketing depende, assim, do que está ocorrendo no campo, pois



A participação da mecanização na agricultura é relevante, principalmente quando é considerada a produtividade que esta proporciona às lavouras.



Mecanização

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

é no objetivo final do agricultor que vamos encontrar o nosso mercado.

Em 1981 temos certeza de que os agricultores não "quizeram", e isso afirmo entre aspas, utilizar-se de nossa caixa de ferramentas. Assim, a repercussão do que acontece na agricultura encontra, nos revendedores de nossos produtos, a sua primeira caixa de ressonância, chegando, logo em seguida, nas indústrias e nos fornecedores de componentes e de matérias-primas. Infelizmente esse processo não é de curta duração pois, quando em maio começamos a sentir um certo desestímulo por parte do agricultor, já não tínhamos condições de reprogramar a produção, planejada para atender o pico de demanda que tradicionalmente ocorre em agosto. Este desestímulo hoje pode ser quantificado, motivado que foi por causas fortes e realmente desestimulantes.

Se as alterações nas regras do jogo do sistema creditício para a agricultura em início de 1980 causaram algum impacto negativo, certamente as profundas alterações feitas em dezembro de 1980 alteraram completamente o sistema de vendas de máquinas agrícolas. Dentre essas mudanças, a mais significativa foi a que elevou a taxa de juros para compra de máquinas para 73,8%, além da exigência de maior aplicação dos recursos próprios.

Em recente pronunciamento, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Albano Franco, afirmava que os "altos juros massacraram as atividades econômicas"; e a revista "Moedas e Finanças" afirmava que "mesmo o setor agrícola, que tem o privilégio de usar o carimbo da "prioridade", também se sente violentamente chicoteado pela elevada taxa de juros, que certamente está reduzindo também a importante atividade rural". As máquinas agrícolas, continua o comentário, que têm o "privilégio" de ser vendidas a taxa de juros de apenas 73,8%, terão seus preços quintuplicados ao final de cinco anos".

Daí, continua o editorial, "o agricultor raciocina: Como posso pagar um trator que em cinco anos tem seu preço praticamente multiplicado por cinco se os preços dos produtos agrícolas jamais serão multiplicados da mesma maneira? Se tenho o dinheiro, para comprar à vista, devo comprar ou aplicá-lo a juros

Quadro I

Financiamento pelo Banco do Brasil

I - HIPÓTESES

1. Entrada de 40%.
2. Juros semestrais capitalizados para pagamento anual — base 73.8% a.a.
3. Valor do bem Cr\$ 100.000,00.
4. Taxa de 6% a.m. para atualização.
5. Amortização em 5 anos pagos anualmente.

II - CÁLCULOS

Mês	Valor presente	Juros + Amortização
00º	40.000	
01º	42.400	
02º	44.944	
03º	47.640	
04º	50.499	
05º	53.529	
06º	56.740	(36.9 x 60)
07º	60.145	
08º	63.753	
09º	67.579	
10º	71.633	
11º	75.931	
12º	80.487	20.000 + (82.140 x 36,9)
13º	138.645	
14º	146.964	
15º	155.782	
16º	165.128	
17º	175.036	
18º	185.538	14,760
19º	196.670	
20º	208.470	
21º	220.978	
22º	234.237	
23º	248.291	
24º	263.318	20.000 + (54.760 x 36,9)
25º	321.735	
26º	341.040	
27º	361.502	
28º	383.192	
29º	406.184	
30º	430.055	(7.380)
31º	456.387	
32º	483.771	
33º	512.797	
34º	543.565	
35º	576.179	
36º	610.750	20.000 + (27.380 x 36,9)
Final = 640.853		



Mecanização

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

de 100 ou 120% ao ano, sem correr o risco de uma safra frustrada?"

Se isso não bastasse, verificamos que os preços recebidos pelos agricultores, base em dezembro/80, tiveram até outubro um acréscimo médio de 34,4%. Quem plantou algodão recebeu uma variação de apenas 26,3%, e os rizicultores de 41,5%. Para quem plantou soja um pouco mais de 30%, notando-se que o feijão e o milho tinham em outubro/81 os mesmos preços de dezembro de 1980.

Frente a tal situação perguntamos como é que poderíamos vender máquinas agrícolas. Talvez a venda algumas empresas conseguiram realizar, porém receber foi e está sendo difícil.

Esta foi a ressonância sobre os agricultores. Porém dos fornecedores de componentes e de matérias-primas vieram impactos sob a forma de elevação de preços de nossos insumos, o que forçou uma elevação de nossos preços finais. Em média subimos mais de 83% até outubro, ou melhor, o equipamento agrícola, em termos reais, estava 50% mais caro para o agricultor.

Eis, numericamente, o resultado conjuntural do setor de máquinas e implementos agrícolas:

- produção de tratores - queda de 33,8% em relação a 1980
- vendas ao mercado interno - queda de 45,7%
- vendas ao mercado externo - acréscimo de 35,5%
- vendas ao agricultor - queda de 42,9%
- produção de colhedoras - queda de 23,0%
- vendas - queda de 20,6%
- produção de cultivadores motorizados - queda de 34,2%
- vendas ao mercado interno - queda de 24,1%
- vendas ao mercado externo - queda de 43,8%

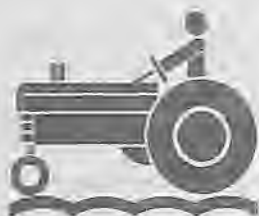
A situação no final de novembro apresentou um quadro que deve ser particularmente notado. Em setembro de 1979 tínhamos 19.245 propostas em banco aguardando financiamento. Esse dado, que é utilizado pelo setor como um potencial de demanda, relacionado ao número de tratores em estoque nas fábricas e nas revendas (4.397 unidades) indicava que existiam 4 propostas para cada trator em estoque. Em novembro/81 essa relação é de 0,5 propostas para cada trator em estoque.

Quadro II

Tratores de rodas - Vendas ao agricultor						
Meses	Anos	1979	1980	Variação 80/79	1981	Variação 81/80
Janeiro		3.019	1.772	- 41,3	1.920	8,4
Fevereiro		1.336	3.352	150,9	2.689	- 19,8
Março		3.225	4.020	24,6	1.785	- 55,6
Abril		3.233	3.332	3,1	2.536	- 23,9
Maio		4.348	4.481	3,1	2.536	- 23,9
Junho		4.348	4.481	3,1	2.450	- 45,3
Julho		4.601	4.261	- 7,4	2.070	- 51,4
1º SEMESTRE		19.762	21.218	7,4	13.450	- 36,6
Agosto		6.184	5.234	- 15,4	2.801	- 46,5
Setembro		6.045	5.283	- 12,6	2.348	- 55,6
Outubro		6.481	5.918	- 8,7	2.336	- 60,5
Novembro		6.291	4.734	- 24,8	2.601	- 45,1
Dezembro		4.890	4.018	- 17,8	2.586	- 35,7
2º SEMESTRE		3.545	2.788	- 21,4	2.000	- 28,3
ANO		33.436	27.975	- 16,3	14.672	- 47,6
ANO		53.198	49.193	- 7,6	28.122	- 42,9

Quadro III

Indústria de colhedoras - Produção/Vendas										
Anos	1977	1978	1979	1980	1981					
Meses	Prod.	Vendas	Prod.	Vendas	Prod.	Vendas	Prod.	Vendas	Prod.	Vendas
Janeiro	244	350	511	639	360	763	595	615	560	484
Fevereiro	410	528	565	724	407	447	636	704	770	905
Março	526	1363	655	546	422	603	760	788	853	785
Abril	345	1101	294	246	250	408	486	507	437	411
Maio	315	553	248	141	110	275	563	538	330	290
Junho	407	386	267	89	199	268	487	356	346	189
Julho	409	243	251	75	330	473	431	272	145	211
Agosto	441	272	163	123	399	373	452	398	273	199
Setembro	477	410	252	279	535	478	583	476	255	383
Outubro	451	205	421	323	540	499	615	554	239	384
Novemb.	397	126	320	248	460	358	603	671	403	279
Dezemb.	373	354	352	435	545	499	327	432	425	484
Total	4795	5981	4299	3868	4555	5444	6538	6311	5036	5004
Elaboração: ANAGRI										



Mecanização

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

De acordo com a vivência econômica de 1980, principalmente a de 1981, as perspectivas para 1982 não são das mais alvissareiras, ou melhor, não sabemos nem se existem.

Depois de se viver um ano na esperança de definições, chega-se ao final de 1981 um pouco desconsolado. É muito difícil se contar com safras "records" somente apoiando o custeio e comercialização dessas safras, uma vez que o trabalho intermediário, o de colocar a safra no solo, colhê-la e armazená-la, é deixado de lado.

Em termos quantitativos, sobre o péssimo resultado do ano de 81, os fabricantes de tratores arriscam esperar um crescimento de 4 a 5% na produção; de 19 a 20% nas vendas ao mercado interno e 10% nas vendas ao mercado externo.

Os fabricantes de colhedoras que, além dos estoques, tiveram queda de 23% na produção e 20,6% nas vendas, esperam ter em 1982 um acréscimo de 10% na produção e 20% nas vendas.

Essas esperanças de acréscimo por parte dos fabricantes se devem muito mais à tradição de empresários que diante de qualquer situação devem manter o otimismo, além de carecerem acreditar numa melhora, pois o pior é impossível do que a pleitos de medidas concretas que lhes permitam fazer uma fundamentada previsão.

Notem que, assim como com os demais produtores de insumos modernos para a agricultura, nossos pleitos não se dirigem para os problemas empresariais. Acreditamos que as entidades representativas desses setores em todas as oportunidades apresentadas manifestaram preocupações que transcendiam os problemas empresariais. Nossos pleitos e preocupações são com o setor agrícola, do qual somos caudatários. A política ou a inexistência desta para um setor de prioridade duvidosa, é o que nos preocupa.

Deixo aqui algumas indagações que sempre fazemos enquanto aguardamos as medidas, cuja elaboração sempre nos foi privada a colaboração:

- como reagirá de imediato o agricultor brasileiro, hoje tão ofuscado pelas possibilidades de inversões mais vantajosas e menos sujeitas às vicissitudes do clima?
- e a nação, o que espera, que a agricultura cumpra com o seu papel?

Quadro IV

Índice de preços recebidos pelos agricultores — Dez. 180 — 100										
Itens	Lavou- ras	Algo- dão caroço	Arroz em casca	Café em coco	Cana- de- açúcar	Fei- jão	Man- dio- ca	Mi- lho	Tri- go	So- ja
Meses										
Dez/80	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Jan/81	104,2	114,2	98,3	104,9	99,9	93,6	108,3	107,0	99,7	100,6
Fev/81	108,2	115,9	97,9	110,4	112,6	89,0	115,3	107,6	100,1	103,8
Mar/81	109,5	119,3	101,0	110,5	113,8	91,1	119,1	105,0	99,9	102,8
Abr/81	111,8	119,3	106,7	112,3	113,8	98,2	122,5	98,8	115,3	106,6
Mai/81	113,2	117,8	109,4	110,9	118,3	105,5	125,3	97,4	119,6	111,8
Jun/81	114,2	115,9	111,0	110,6	126,4	100,8	133,3	96,8	156,5	116,1
Jul/81	116,4	116,4	115,2	110,9	130,8	96,8	145,1	95,3	156,9	120,0
Ago/81	121,5	119,0	119,9	118,7	146,2	96,1	147,1	93,7	155,0	124,3
Set/81	128,1	122,7	128,5	128,0	149,1	98,6	148,2	96,1	194,2	
Out/81	134,4	126,3	141,5	131,4	159,2	100,1	152,4	100,5	226,1	
Nov/81										
Dez/81										
Média										

Quadro V

Posição da indústria de tratores — Dezembro / 81 — Estimativa						
Períodos Itens	Dez/81 Nov/81	Var. %	Dez/81 Dez/80	Var. %	Jan-Dez/81 Jan-Dez/80	Var. %
Produção	1.820/2.368	- 23,2	1.820/3.379	- 46,2	38.943/58.782	- 33,8
Vendas	2.696/2.349	14,8	2.696/3.481	- 22,6	38.218/58.734	- 35,0
M. Interno	1.423/1.850	- 23,1	1.423/2.727	- 47,8	27.707/50.975	- 45,7
M. Externo	1.272/ 499	155,1	1.273/ 754	68,8	10.511/ 7.759	35,5
Est. Fábrica	1.806/2.626	- 31,2	1.806/ 631	186,2	—	—
Est. Revenda			/4.141	—	—	—
Entr.s/pagto.			/3.018	—	—	—
Prop. Bancos			/7.789	—	—	—

Quadro VI

Posição da indústria de colheitadeiras — Dezembro/81 — Estimativa						
Períodos Itens	Dez/81 Nov/81	Var. %	Dez/81 Dez/80	Var. %	Jan/Dez/81 Jan/Dez/80	Var. %
Produção	425/403	5,4	425/327	30,0	5.036/6.538	- 23,0
Vendas	484/279	73,5	484/432	12,0	5.004/6.311	- 20,6
M. Interno	452/261	73,2	452/	—	—	—
M. Externo	32/18	77,8	32/	—	—	—
Estoques	515/572	- 10,0	515/500	3,0	—	—



Mecanização

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Quadro VII

Posição da indústria de cultivadores motorizados Dezembro/81 — Estimativa

Períodos Itens	Dez/81 Nov/81	Var. %	Dez/81 Dez/80	Var. %	Jan/Dez/81 Jan/Dez/80	Var. %
Produção	380/488	- 22,2	380/343	10,8	4.537/6.896	- 34,2
Vendas	415/482	- 13,9	415/349	18,9	4.917/6.563	- 25,1
M. Interno	408/479	- 14,8	408/324	25,9	4.722/6.216	- 24,1
M. Externo	7/3	133,3	7/25	- 72,0	195/347	- 43,8
Estoques	2/21	- 90,5	2/366	- 95,5		

Quadro VIII

Posição da indústria de tratores Novembro/81 — Estimativa

Períodos Itens	Dez/81 Nov/81	Var. %	Dez/81 Dez/80	Var. %	Jan/Dez/81 Jan/Dez/80	Var. %
Produção	2.368/2.870	- 17,5	2.368/4.626	- 48,8	37.123/55.403	- 33,0
Vendas	2.349/3.025	- 22,4	2.349/4.522	- 48,1	35.522/55.253	- 35,7
M. Interno	1.850/2.081	- 11,1	1.850/3.905	- 52,6	26.284/48.248	- 45,5
M. Externo	499/944	- 47,1	499/617	- 19,1	9.238/7.005	31,9
Est. Fábrica	2.626/2.594	1,2	2.626/728	260,7		
Est. Revenda	4.315/5.051		/ 4.202			
Entr.s/pagto.	/1.950		/4.086			
Prop. Bancos	/3.782		/9.282			

Quadro IX

Posição da indústria de colheitadeiras Novembro/81

Períodos Itens	Dez/81 Nov/81	Var. %	Dez/81 Dez/80	Var. %	Jan/Dez/81 Jan/Dez/80	Var. %
Produção	403/239	68,6	403/603	- 33,2	4.610/6.211	- 25,8
Vendas	279/384	- 27,4	279/671	- 58,4	4.527/5.879	- 23,0
M. Interno	261/377	- 30,8				
M. Externo	18/7	157,1				
Estoques	572/626	- 8,6	572/599	- 4,5		

Quadro X

Posição da indústria de cultivadores motorizados Novembro/81

Períodos Itens	Dez/81 Nov/81	Var. %	Dez/81 Dez/80	Var. %	Jan/Dez/81 Jan/Dez/80	Var. %
Produção	488/507	- 3,8	488/561	- 13,0	4.157/6.553	- 36,6
Vendas	482/520	- 7,3	482/470	2,5	4.502/6.214	- 27,6
M. Interno	479/519	- 7,7	479/427	12,2	4.314/5.892	- 26,8
M. Externo	3/1	200,0	3/43	- 3,0	188/322	- 41,6
Estoques	21/15	40,0	21/372	- 94,4		

Quadro XI

Estatística Tratores Quatro Rodas 1977/1980

Em Unidades

	1977				1978				1979				1980			
	Produção	Vendas			Produção	Vendas			Produção	Vendas			Produção	Vendas		
		M.I.	M.E.	Total		M.I.	M.E.	Total		M.I.	M.E.	Total		M.I.	M.E.	Total
JAN	—	—	—	—	3.283	2.064	883	2.897	1.694	1.873	696	2.569	3.583	2.924	575	3.499
FEV	8.719	8.460	114	8.574	4.087	2.329	313	2.642	3.127	2.112	587	2.649	4.528	3.884	471	4.355
MAR	—	—	—	—	4.747	3.759	1.598	5.357	3.750	3.627	680	4.307	5.882	4.812	836	5.645
ABR	3.525	3.843	81	3.924	4.847	2.812	416	3.228	4.524	3.570	489	4.059	2.742	3.097	229	3.326
MAI	4.865	4.717	466	5.183	3.753	3.225	91	3.316	5.293	3.805	537	4.342	5.568	4.803	454	5.257
JUN	5.305	4.942	370	5.312	3.319	3.827	952	4.779	5.469	5.305	620	5.925	5.889	3.449	876	4.325
JUL	5.760	5.241	683	5.924	3.810	4.520	118	4.638	5.525	6.330	373	6.703	6.940	5.859	468	6.327
AGO	5.507	5.465	228	5.693	4.554	5.303	177	5.480	5.286	4.784	497	5.281	5.477	5.356	770	6.126
SET	6.312	5.650	205	5.855	4.721	4.887	146	5.033	4.964	4.921	308	5.229	5.356	5.430	846	6.276
OUT	5.694	4.658	989	5.647	4.593	3.946	419	4.365	6.874	5.896	915	6.811	4.812	4.729	863	5.592
NOV	4.240	2.902	722	3.624	3.427	2.785	403	3.188	4.877	4.166	697	4.863	4.626	3.905	617	4.522
DEZ	3.344	2.821	723	3.544	3.534	2.162	668	2.830	3.858	3.135	912	4.047	3.379	2.727	754	3.481
TOTAL	53.003	48.626	4.581	53.207	48.675	41.619	6.134	47.753	55.252	49.523	7.268	56.785	58.782	50.975	7.759	58.734



Cacau

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Produção mantém-se constante mas renda cai quase à metade

O cacau foi responsável em 79 pela geração de divisas no valor de quase um bilhão de dólares — o que representa 6,25% do total das exportações brasileiras — e dificilmente ultrapassou em 1981 a cifra de 650 milhões de dólares, segundo o presidente do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, Everton Almeida.

Como a formação dos preços internacionais foge ao controle dos produtores e as consecutivas baixas nas cotações ocorrem unicamente face a elementos fundamentais de mercado — a balança de oferta e demanda — afirmou Everton Almeida em sua palestra que a situação financeira dos lavradores de cacau agrava-se mês a mês, aliada a outros fatores que exigem soluções imediatas.

O cacau brasileiro tem sido, ao longo dos anos, um dos principais produtos da nossa pauta de exportações, devido a sua qualidade de fácil convertibilidade em divisas. Essas importâncias não se restringem apenas ao âmbito cambial. Pode-se observar a sua relevante participação na receita fiscal dos estados produtores, notadamente na Bahia onde a receita gerada com o ICM nas operações internas com cacau destaca-se como sustentáculo financeiro das notáveis realizações dos últimos governos estaduais, a exemplo do Centro Industrial de Aratú e de obras de urbanização de grande Salvador.

Ao exercer essa atividade de tradicional geração de recursos para os estados, as regiões cacaueiras apresentam-se aos governos como regiões ricas, aparentemente autônomas, às quais não vem sendo legada a devida atenção, principalmente em anos em que a eco-



Pela restrição ecológica que obriga os cacaueiros a se limitarem a apenas algumas zonas de solos, a oferta mundial de cacau é considerada inelástica.

nomia cacaueira atravessa fases graves de sua existência, como ocorreu em 1981.

Em 1981 as exportações brasileiras de cacau sofreram sensível decréscimo

Se em 1979 o cacau foi responsável pela geração de quase um bilhão de dólares — mais precisamente 952 milhões e 860 mil dólares — representando 6,25% do total das exportações brasileiras, em 1981 dificilmente ultrapassou a cifra de 650 milhões de dólares. No entanto, este decréscimo nos rendimentos cambiais não foi provocado por uma redução da produção, pois se naquele ano o volume de cacau exportado foi de 297 mil e 646 toneladas, em 1981, até 31 de dezembro, esperava-se volume idêntico, mesmo a despeito de uma frus-

tração de cerca de 30% na produção de cacau, motivada por um excesso de chuva no mês de março, o que veio prejudicar, não só os frutos em maturação da safra temporã, como também a floração da safra principal, que se iniciou em setembro. Embora tendo havido essa frustração, ainda manteve-se inalterado o volume produzido, o que se deve ao fato de uma significativa parte dos novos cacaueiros plantados sob a égide do Procacau — Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional, já estarem em início de produção.

O ano de 1981 foi o terceiro em série de produções mundiais excedentes de cacau, constituindo-se, este fato, em grande preocupação da lavoura do produto. Isto aconteceu porque, atendendo a solicitação do Governo Federal, plantou-se, de 1976 até 1980, 160.816 hectares, correspondendo a um acréscimo de 33,5% da área ocupada por ca-



Cacau

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

caueiros. Mesmo sem levar em consideração a renovação de 23.259 hectares, parte dos 477.000 hectares existentes e que levaram praticamente um século para serem implantados. Este notável crescimento foi fruto direto da participação do produtor de cacau no Procau, pois, devido a imperfeições técnicas, os financiamentos para implantação vieram a exigir uma complementação média da ordem de 65 a 70%, com recursos próprios nos gastos totais dos investimentos. Com isso, a maioria dos cacauicultores descapitalizou-se, dissolvendo as reservas amealhadas durante o curto período de preços compensatórios, compreendido de 1977 a 1979. Como a formação dos preços internacionais foge ao controle dos produtores e as consecutivas baixas nas cotações constituem-se em única consequência da força de elementos fundamentais de mercado, ou seja, a balança de oferta e de demanda, agrava-se mês a mês a situação financeira dos lavradores de cacau.

Fatores impeditivos de uma remuneração justa aos cacauicultores

Aliada a outros fatores de ordem interna, a situação financeira dos cacauicultores transborda em dificuldades, requerendo, portanto, soluções imediatas. Eis alguns fatores que contribuem com a formação deste quadro:

- a) o elevado crescimento da taxa de juros para investimentos, juntamente com a escassez de recursos nas linhas de crédito existentes, impossibilita os produtores de aplicarem métodos que induzam o aumento da produtividade do cacau, com o objetivo de reduzir os custos de produção a níveis suportáveis às baixas cotações;
- b) o desvirtuamento do financiamento de custeio de cacau — penhor agrícola — que de sua função de crédito suplementar para a entressafra, evitando o comprometimento futuro da produção do lavrador, — tornou-se um mero crédito rotativo;
- c) pela conjugação da política salarial do governo com as peculiaridades do mercado regional de



O "bóia-fria" começa a ser uma triste realidade nas fazendas de cacau do país.

mão-de-obra para as fazendas de cacau, onde sempre houve uma relativa escassez e os salários pagos obedeciam à demanda específica, o que resultava em níveis superiores aos mínimos estabelecidos no País, fez exercer-se uma maior rotatividade de empregos, inaugurando socialmente a desastrosa regra do "bóia-fria" na região cacauieira.

- d) a omissão dos estados em obras públicas de caráter infraestrutural, em virtude dos mesmos terem se acostumado a contar com a quase total, e sempre polpuda, participação da CEPLAC nesse setor vem, quando agora que a receita daquele órgão foi relativamente reduzida — pois depende orçamentariamente de uma taxa de retenção 10% faturamento cambial das exportações de cacau —, colaborando para redução do desenvolvimento regional, até a quase estagnação.

Entretanto, a situação poderia ser até pior se computarmos que as quedas acumuladas das cotações de cacau, em termos de dólares, ultrapassaram 100% nos últimos anos. No mesmo período, a inflação atingiu a casa dos três dígitos, tendo o efeito da correção cambial sido apenas insignificante. Se os produtores não dispusessem de um sistema de livre comercialização, plenamente concorrencial entre exportadores, industriais e cooperativas — o que sem dúvida amortizou o impacto das quedas, tendo por muitas vezes sustentado o mercado interno a preços mais altos do que os do mercado externo — os prejuízos atingiriam níveis catastróficos.

Aliás, se por razões conjunturais podemos com o cacau entrar no rol dos produtos atualmente com preços aviltados, devido à super-produção, por razões estruturais, nos diferenciamos do café com relação a natureza de sua comercialização, totalmente estatizada, perdendo o produtor o conhecimento da formação do preço de seu produto.

Entretanto, quanto aos juros e a presença do Estado na infraestrutura, são os produtores de cacau quase sempre impotentes. Temos tentado, pelos meios que nos restam, intervir na comercialização internacional. Apoiamos o Acordo Internacional de Cacau e seus mecanismos de controle de preço/oferta.

A lavoura cacauieira, assim como outras culturas econômicas, notadamente as arbóreas, sofrem, na sua comercialização, efeitos de ciclos de preços. Pela longa gestação dos investimentos na plantação de cacauais, pelo alto custo de manutenção dos cacaueiros até que atinjam sua plena produção e, principalmente, pela restrição ecológica que obriga os cacauais a se limitarem a apenas algumas zonas de solos da esfera terrestre, a oferta mundial de cacau é considerada inelástica, isto é, a cada variação nos preços do produto não se encontra uma proporcional correspondência na variação da produção ofertada ao mercado. Com isto, produção e preço tendem a se alternar durante o tempo, formando ciclos. Por outro lado, na esfera do consumo industrial, o setor chocolateiro tem exigido muitos anos consecutivos de excedentes mundiais até que possam reprogramar sua produção absorvendo as sobras de cacau e assim,



Cacau

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

efetivamente, aumentar o consumo da mercadoria. Durante esse período em que a produção é maior do que o consumo, os excedentes deprimem os preços mundiais, reduzindo a renda dos produtores e causando efeitos que vão desde a redução dos investimentos em novos cacaueiros até mesmo a manutenção dos cacaueiros safreiros existentes, isto a depender do grau de gravidade que os preços aviltados possam ter afetado os produtores e ainda o tempo que essa fase perdure.

A etapa subsequente dos ciclos que como resultado do desestímulo dos preços aos produtores, a oferta do produto vai se escasseando num período geralmente coincidente com a reação expansionista da indústria que vinha sendo motivada a ampliar-se durante os anos de preços baixos e abundância de matéria-prima. Nesse ponto, manifesta-se como efeito da elasticidade-preço da demanda de cacau as altas cotações do produto que vêm sendo registradas periodicamente na história.

Motivados novamente por bons preços, os produtores se lançam a reinvestir nesta lavoura, atendendo geralmente a chamamentos de seus governos interessados no aumento de suas receitas cambiais. Inicia-se então um novo ciclo.

Através desses ciclos, a economia cacaueira mundial vem se estabelecendo pautada sempre dentro de um clima de grande instabilidade, o que prejudica o seu desenvolvimento, tanto pelo lado da modernização das técnicas de produção de cacau, como pelo obstáculo que a instabilidade de preços causa às tentativas de expansão do consumo.

É neste contexto que surge a necessidade de uma política bilateral entre consumidores e produtores no âmbito internacional, visando medidas anti-cíclicas. Surge então, como principal evento na economia cacaueira no ano de 1981, a entrada em operação do Acordo Internacional do Cacau.

Existem outros meios para que governos e países consumidores e produtores minimizem os malefícios causados periodicamente pela instabilidade de preços e oferta de cacau. De modo geral todas as nações envolvidas vêm tentando medidas corretivas, as quais no computo final, não passaram de meros paliativos aos problemas surgidos em diversas épocas. São elas entre outras: as tarifas e taxas de exportação e/ou im-

portação; as cotas de importação e/ou exportação; o sistema combinatório de tarifas e cotas; os controles monetários no campo das taxas de câmbio múltiplas e nos incentivos fiscais e subsídios financeiros a exportação e, finalmente, na criação de monopólios estatais, na comercialização interna e externa de cacau. Muitas dessas medidas estão ainda hoje em vigor em diversos países, mas poucos são os resultados positivos já alcançados, uma vez que a característica cíclica da economia dentro de um compasso capitalista internacional, cria uma notável capacidade de adaptação nos fluxos de capitais no mercado de cacau que são medidas intervencionistas de governos individuais. Desta forma, de pouco adiantaria se, por exemplo, o governo de Gana dissolvesse seu monopólio de comércio de cacau ou que o Governo brasileiro reduzisse a taxa de retenção da CEPLAC, ou ainda que a Comunidade Econômica Européia abolisse suas barreiras alfandegárias, se estas medidas forem tomadas individualmente, de forma isolada.

As dificuldades políticas para uma reforma no protecionismo internacional em caráter coletivo, que encadeasse uma reação ideal são enormes e oriundas das mais diversas fontes, inclusive as de raízes ideológicas. Assim, emerge a alternativa através do Acordo Internacional de Cacau de uma política anti-cíclica mundial que, respeitando as nuances protecionistas próprias de cada nação individual, tivesse ainda bastante autonomia para executar manobras disciplinares no campo dos preços e oferta mundial de cacau.

Basicamente, o Acordo é um bloco de posições e compromissos dispostos em regras e instrumentos de intervenção na economia mundial de cacau, constituindo-se num tripé de medidas: Uma faixa de preços considerada como aceitável, por dispor de preços mínimos e máximos, que combinem os interesses de produtores e consumidores; de um sistema de cotas de produção e consumo como medida suplementar de segurança da faixa de preços; e da criação e manutenção de um estoque regulador (*Buffer Stock*) que atue como agente interventor no mercado, amortizando as flutuações de preços e que tangenciem os preços mínimos estabelecidos, ao que interviria comprando o cacau e, inversamente amortizaria as flutuações que se aproximassem dos preços máximos ven-

dendo o cacau que houvesse sido retirado anteriormente do mercado.

O Acordo foi estabelecido tendo como Órgão executor a Organização Internacional de Cacau — OIC. O seu funcionamento, assim como o financiamento do estoque regulador, foi sustentado pela venda de selos de exportação e de importação no valor de um centavo de dólar por cada libra peso transacionada internacionalmente pelos países signatários.

De 1972 a 1980 a OIC chegou a amearhar 270 milhões de dólares. No entanto, nunca pode usá-los pois, tanto no 1º período, 1972 a 1975, como de 1975 a 1980, os preços mundiais estiveram simplesmente acima das faixas de preços estabelecidas. Mesmo tendo havido no período de 1972 a 80 três reajustes da faixa de preços para cima, as cotações ainda suplantaram, o que refletiu, nada mais nada menos, do que uma escassez da matéria-prima, numa época em que a economia dos países industrializados passava por uma fase expansionista sem ter ainda iniciado a recessão industrial que apareceria a partir de 1978, devido a crise energética.

Ainda estava, também naquele período, escasso o cacau como resultado retardado dos excedentes contínuos de produção que tanto deprimiram os preços ao produtor de 1968 a 1972. Mas nem por isso o Acordo deixou de causar algum efeito na economia cacaueira mundial. Funcionou no lado psicológico do mercado como uma espécie de seguro de preço, um tipo de barco salva-vidas que não funcionava, não era necessário, mas existia e todos sabiam que poderia vir a funcionar, caso fosse necessário. Intercedeu, portanto, nas expectativas de preços e rendas futuras de produtores e consumidores o que, sem dúvida, afetou a formação de preços futuros. E como preços futuros afetam a formação de preços de cacau físico podemos dizer que sempre funcionou.

No entanto, somente no dia 28 de setembro de 1981 a economia cacaueira mundial tomou conhecimento de uma intervenção do Acordo Internacional do Cacau.

Não sendo o Acordo Internacional uma panacéia, deve-se considerar ainda dois outros fatores importantes: expansão do consumo e controle de produção — constituindo-se, assim, num dispositivo razoável para o equilíbrio da economia cacaueira mundial.



Irrigação

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Política nacional de irrigação

O diretor da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, Nilo Peçanha Araújo de Siqueira, diz, em sua palestra, que o momento atual é propício à irrigação. E destacou que as autoridades, políticos, técnicos e agricultores, antes desinteressados, desinformados e descrentes, agora defendem, apoiam e praticam a irrigação.

Um dos tópicos de sua conferência é dedicado ao PROÁLCOOL que, segundo ele, gerou em alguns setores, pelo ódio à cultura de cana como anti-social



Nilo Siqueira

e anti-ecológica, pode ser afastado justamente pela irrigação. Nilo Siqueira sublinha a grande contribuição da irrigação: ela pode elevar substancialmente a produtividade, limitando proporcionalmente a expansão da área cultivada, prolonga o período da safra, permitindo melhor utilização das instalações industriais; aumenta o rendimento industrial, isto é, o teor de açúcares totais por tonelada de cana; representa um significativo ganho real de álcool/hectare/ano.

Não se pode dizer que o Brasil tenha, já definida, uma Política de Irrigação. Existem passos nessa direção, os mais firmes dos quais são do último lustro, com destaque para a Lei 6.662, de 26 de Junho de 1979, que pretendeu, afinal, dispor "sobre a Política Nacional de Irrigação e dar outras providências".

Digo "pretendeu" porque, até hoje, decorridos mais de dois anos, ainda não entrou em vigor efetivo, carecendo que está de regulamentação. Essa demora é, por si só, indicativa da complexidade do problema, que envolve pensamentos, órgãos e interesses os mais diversos: setoriais, regionais e sociais. Significa que o diploma, embora aprovado pelo Congresso e sancionado pelo governo, não satisfaz inteiramente a este, que parece encontrar dificuldades para pô-lo em prática.

Acontece que tais dificuldades tendem a aumentar com o tempo, no vazio das definições. Principalmente quando há incremento das ações e os espaços são ocupados, como vem ocorrendo nos últimos 3 anos.

Não sei se o Ministério do Interior, a quem cabe a condução da difícil tarefa, atenta bem para este aspecto. Sei que ele preferiu dar prioridade à elaboração do Plano Nacional de Irrigação, previsto na mesma lei, embutido no qual estariam as diretrizes políticas a serem segui-

das. Na lei ou no Plano, o fato é que a política para o setor precisa urgentemente de ser definida e de ter regulamentada a sua aplicação. A prática, e só ela, cuidará de aperfeiçoá-la, conciliando inclusive os conflitos que trouxer. Os gabinetes é que jamais o conseguirão.

A verdade é que estamos vivendo hoje, felizmente, um momento muito aberto à irrigação. Parece que, de repente, a consciência nacional acordou para esse valioso suporte à economia agrícola. Autoridades, políticos, técnicos e agricultores, antes desinteressados, desinformados e descrentes, pulam na linha de frente defendendo, apoiando e praticando a irrigação. Eu diria que até atropeladamente, mas mesmo assim de forma muito positiva. É a força do despertar.

"Estamos vivendo um momento muito aberto à irrigação"

Tenho proclamado, muitas vezes sob incompreensão e contestação, que o grande freio da irrigação no Brasil vinha sendo sua localização e interpretação na área oficial. Vista com função eminentemente social, para minorar os flagelos das secas sucessivas no nordeste, o seu custo/benefício, a lentidão da sua implantação e o número limitado dos be-

neficiários, pareciam colidir com a carência de recursos, a urgência na solução dos problemas e o universo das famílias necessitadas. Na realidade, um erro de avaliação. Mas com reais e incontornáveis consequências na alocação e na liberação de verbas para os projetos que, por isso mesmo, faziam-se caros, demorados e limitados, alimentando o círculo vicioso. No próprio nordeste, mais que em qualquer lugar, especialmente no meio técnico, encontrei sérias restrições e oposição aos projetos públicos de irrigação, do DNOCS e da CODEVASF. É claro, essa postura encontrava eco e apoio, pelo menos por omissão, nas esferas decisórias de Governo, em todos os níveis. Talvez por isso, a primeira tentativa mais séria de planejamento e institucionalização, acontecida com a criação do GEIDA — Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, em 1968, que produziu o PPI — Plano Plurianual de Irrigação, tenha sido de uma certa forma relegado. Mas deixou sementes. Foi necessária — e ainda está sendo — muita luta, muita persistência, dos abnegados e incansáveis técnicos e administradores diretamente envolvidos no programa de irrigação, para demonstrar a sua viabilidade e necessidade. Programa que é, na prática, muito mais de reforma agrária e colonização, que de irrigação.



Irrigação

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Brasil já constrói equipamentos de irrigação modernos e de ótima qualidade técnica

Apesar de tudo, uma indústria de aspersores e tubos para irrigação surgiu na década de 50 em São Paulo, tomou rápido impulso, mas logo decaiu até quase desaparecer por falta de base técnica, tanto dos fornecedores como dos usuários. Com o surgimento dos projetos públicos, essa indústria conseguiu se recuperar lentamente, se aperfeiçoando e diversificando até reconquistar o consumidor privado, já então melhor informado, mais seguro e confiante nos resultados da irrigação.

Hoje projetamos, construímos e fabricamos aqui o que há de mais atualizado em irrigação no mundo, com a melhor qualidade e com um mercado firme e crescente. Isto é conquista dos últimos cinco anos. Pode-se afirmar que não mais existem problemas técnicos para a irrigação no Brasil; os que restam são meramente políticos, que felizmente vêm sendo rapidamente superados, à medida que sua face econômica vai ficando mais nítida.

O Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis — PROVÁRZEAS, nascido timidamente em Minas Gerais, em meados da década passada, na esteira dos trabalhos de drenagem do DNOS, a exemplo das áreas de arroz do Rio Grande do Sul, ganha logo status nacional, o entusiasmo do Ministério da Agricultura, a oficialização do Governo Federal e o apoio do Banco Mundial.

Os projetos de irrigação no nordeste e no Vale do São Francisco adquirem maturidade e se consolidam economicamente, inclusive com agroindústrias acopladas, de diversos portes e para variados produtos.

Nas regiões sul e sudeste, em São Paulo principalmente, olerícolas, frutas, grãos e pastagens são cada vez mais irrigados, propiciando melhores safras e lucros adicionais aos agricultores.

O Proálcool identifica na irrigação a solução para elevar a produtividade agrícola e estender o período de safra e de operação industrial, aumentando a produção nas áreas tradicionais da cana-de-açúcar sem necessidade de custosas e prejudiciais expansões, bem como viabilizando a conquista de áreas novas



A irrigação aumenta em quase o dobro a produtividade da cultura.

disponíveis, no Vale do São Francisco, no Nordeste e no Centro-Oeste. E a recuperação de áreas limitadas e em decadência produtiva, como o norte-fluminense.

Mais recentemente, podemos dizer, neste justo momento, é lançado o Programa de Irrigação dos Cerrados — PROFIR, com a meta ambiciosa de beneficiar nada menos de um milhão de hectares em apenas cinco anos! Ambição a parte, louvem-se o entusiasmo criador e as medidas práticas anunciadas, como o crédito de Cr\$ 60 bilhões, extra-orçamentário, para aplicação só em 1982, contando ainda com o aporte de US\$ 120 milhões do BID. Encontram-se afinal a fronteira e o recurso técnico para a nossa tão perseguida auto-suficiência em trigo, para a expansão das lavouras de soja, arroz, feijão e milho. Livre do granizo e das geadas que, como as secas, tantos prejuízos nos têm causado.

Há pouco, era apenas o Ministério do Interior, com suas entidades vinculadas: SUDENE, DNOCS e CODEVASF, a cuidar da irrigação no Brasil. Hoje, estão os Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, do Planejamento e da Fazenda, com seus titu-

lares, seus órgãos centrais e vinculados, engajados nos programas de irrigação. Em muitos Estados a cadeia se repete e ambas se completam.

É natural que a simultaneidade de tanto interesse e ação tumultue um pouco a situação. Ainda é um tumulto benéfico, porque promocional, desencadeador de energias e de recursos. Mas daqui a pouco pode ser uma teia inextricável. Daí a oportunidade e urgência das definições, dos posicionamentos, do estabelecimento de critérios e diretrizes. É hora de termos uma Política Nacional de Irrigação e Drenagem Agrícola.

O Programa Nacional do Alcool

Como membro da Comissão de Cana, Açúcar e Alcool, e presidente da Sub-Comissão de Irrigação, da Sociedade Nacional de Agricultura, não quero terminar estes comentários sem uma referência maior ao papel reservado à irrigação na agroindústria canavieira nacional, em especial ao Programa Nacional do Alcool.

Sou dos que acreditam firmemente no Proálcool. A fase difícil por que passou — e de um certo modo ainda pas-



Irrigação

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

sa — é mais resultado do seu sucesso que de quaisquer fracassos. Esses existem, mas são pequenos e localizados, fáceis de correção. São erros do varejo, para o grande acerto do atacado. Coisas do brasileiro: descrença inicial, entusiasmo repentino, milagre, afobação, correria, precipitação e... sempre alguém tirando vantagem. De repente, o estrangulamento, o engasgo, a decepção, a negação total. Depois, as coisas no seu devido lugar, no seu devido tempo, na sua correta dimensão, a ordem, a recuperação e o caminhar seguro. Os exemplos estão aí, aos montes.

A base do Proálcool é, ainda, a cana-de-açúcar. Cultura odiada por muitos, por sua tradição tida como anti-social e anti-ecológica. A perspectiva de uma expansão incontrollada dos canaviais assustou muita gente e a espantosa produção de vinhoto decorrente da meta governamental de 11 bilhões de litros anuais de álcool chegou a gerar um certo pavor localizado.

Aí é que entra a irrigação com sua grande contribuição, a saber:

- a) Eleva substancialmente a produtividade, limitando proporcionalmente a necessidade de expansão da área cultivada.
- b) Prolonga o período de safra, permitindo melhor utilização das instalações industriais.
- c) Aumenta o rendimento industrial, isto é, o teor de açúcares totais por tonelada de cana.

d) A conjugação de a, b, e c, representa um significativo ganho real de álcool/hectare/ano.

e) Permite a rotação e o consorciamento com culturas alimentares, particularmente as leguminosas, o que representa uma adicional função econômica e social à terra, além do melhoramento natural do solo, a baixo custo, pela incorporação da massa verde.

f) Facilita o aproveitamento econômico do vinhoto, "in natura", decantado ou beneficiado, resolvendo o grave problema da sua destinação.

A cana é sabidamente, uma das plantas que melhor realiza a fotossíntese. Seu rendimento energético chega a ser da ordem de 88 milhões de Kca/ha/ano, o que equivale a 8,5 toneladas ou seja 51 barris de petróleo. Quer dizer que um canavial de apenas 20.000 ha corresponde, energeticamente, à produção anual de 1 milhão de barris de petróleo, que é aproximadamente o nosso consumo diário atual. Se quizessemos transferir, digamos, a metade desse consumo à cana-de-açúcar (álcool, bagaço, o gás metano) o conseguiríamos com o cultivo de apenas 3,5 milhões de hectares irrigados, o que equivaleria a, praticamente, a atual área de plantio. Mas sem irrigação, para atingirmos o mesmo objetivo e sem considerar a produção de açúcar, necessitaríamos duplicar essa área, já que teríamos pelo menos a me-

tade da produtividade. Essa ampliação, só para o álcool, tenderia a concentrar ainda mais a produção nas regiões tradicionais de São Paulo e Alagoas (Pernambuco e Rio de Janeiro não têm mais espaço), com os seus notórios inconvenientes. As áreas novas se limitariam a algumas regiões de pluviosidade média anual satisfatória, mas sujeita a secas, chuvas excessivas e geadas, riscos a que um programa energético não pode estar sujeito.

Em Campos, por exemplo, sem a irrigação o Proálcool passará ao largo e a própria indústria açucareira desaparecerá, mais cedo ou mais tarde. Ao contrário, os projetos-piloto que ali vêm sendo desenvolvidos demonstram que essa tecnologia poderá soerguer toda a atividade e a região em decadência. Pena que as providências para sua implantação em escala andem tão lentamente.

O ideal seria balancearmos a coisa de modo a que chegassemos a algo como 2 milhões de hectares de cana irrigados nos próximos 10 anos, disseminados nas atuais e futuras áreas de cultivo. Com determinação e esforço, é uma meta viável, que responderia por 50 por cento da energia da cana, necessária ao longo do período, ficando a outra metade por conta de uma área sem irrigação equivalente à que temos hoje, representando uma expansão global, bem menor dos canaviais (inclusive para a produção de açúcar) e possibilitando melhor e mais segura distribuição técnica, econômica e social das destilarias por todo o Brasil — o que é uma das metas originais e prioritárias do Proálcool. Assim, regiões imensas neste Brasil, no Nordeste semi-árido, no Vale do São Francisco e nos cerrados do Centro-Oeste, que dispõem de excelente luminosidade e água, superficial ou subterrânea, de boa qualidade, poderão se tornar grandes produtoras de álcool, de forma amplamente competitiva com as áreas tradicionais. Estas mesmas poderão ter os seus rendimentos globais bastante elevados com a irrigação, como já citados.

Cumpra finalmente registrar que a irrigação será uma grande aliada das micro destilarias, para fins domésticos ou comerciais, porque reduzirá a exigência de área para a cana, facilitará o consorciamento e elevará os rendimentos. E a essas pequenas destilarias está reservado um importantíssimo papel na consolidação do Proálcool, já a partir deste ano de 1982.

Irrigação cria euforia para setores agrícolas de exploração rendosa

Hoje em dia, verifica-se uma grande euforia dirigida ao uso de novos equipamentos de irrigação destinados, principalmente, à citricultura, à produção de culturas de alto valor comercial e à horticultura e floricultura, cujas explorações são, também, altamente rendosas.

A afirmativa é do gerente técnico do Provárzeas, Fábio Novaes, que criticou a falta de sensibilidade de diversos governos, que preferiram aproveitar apenas as excepcionais oportunidades agrícolas brasileira sem promover uma política de irrigação a nível nacional.

Fábio Novaes destacou que o Minis-

tério da Agricultura, pela sua condição de órgão de apoio e promoção da agricultura nacional, tem procurado, a nível de propriedade rural, fortalecer o produtor rural, através do incentivo de programas específicos de irrigação e drenagem, em comum acordo com o Ministério do Interior.

Em sua opinião, o Ministério da Agricultura está demonstrando ao País, no campo institucional, a grande validade dessa cooperação, no sentido de obter eficiência e economia de ação governamental. Assim, ao lado do Provárzeas, que pretende apoiar a irrigação mecanizada em áreas altas.



Sérgio Bernardes propõe S/A para desenvolvimento agro-urbano



Sérgio Bernardes propõe desenvolvimento agro-urbano sem prejuízo à natureza.

O arquiteto Sérgio Bernardes propôs no Seminário a criação de uma Sociedade Anônima para promover o desenvolvimento agro-urbano municipal, que lançaria as concessões de direitos municipais.

Isto seria feito na proporção das áreas municipais públicas, privadas, ruas, parques e estacionamento. A SA já tem até sigla, segundo o arquiteto: SADAU – Sociedade Anônima de Direito Agro-Urbano e a entidade não poderá deixar de lado a parte política dentro de sua participação societária.

Utopia

Para Sérgio Bernardes, o tipo de luta desenvolvida pelos ecologistas brasileiros é uma utopia, pois somente é analisado o efeito causado, deixando-se de lado as causas, que não combatidas: "o problema da favela não está na própria favela, mas sim fora dela".

Ele também propôs a criação de uma Federação do mercado de mão-de-obra, separando a oferta de mão-de-obra do mercado de trabalho, criando uma verdadeira bolsa em que entrariam todos os

elementos disponíveis, sem discriminação dos favelados.

Segundo o arquiteto, o maior problema, tanto no Brasil como em qualquer país, é que "os governos querem administrar o poder e não o país" e isto redundará em uma verdadeira batalha pelos tributos recolhidos dentro de um município, fazendo com que os prefeitos vissem transformar todas as áreas rurais em urbanas para arrecadar impostos da competência municipal.

"Desta forma, são mais de quatro mil municípios inadministráveis", afirmou, pois as prefeituras não possuem instrumentos nem recursos e não têm como administrar. Assim, os meios utilizados são as posições paternalistas, que fazem com que na mesma área convivam as figuras do poder público, do proprietário privado e do parceiro.

Para ele, as prefeituras devem ser órgãos normativos e não executivos, criando condições da participação total em regime de parceria, permitindo que a área fosse dividida com muito mais pessoas. A prefeitura se tornaria sócia dos proprietários, de forma compulsória, através dos impostos, evitando o crescimento desorganizado que hoje ocorre por falta de capacidade administrativa.

ACROPECUARIA TROPICAL



ÓRGÃO OFICIAL
dos agropecuaristas nordestinos e
Porta-Voz autorizado dos Estados

- BAHIA – Abape Associação Baiana dos Pecuáristas
- ALAGOAS – Associação dos Criadores de Alagoas
- PERNAMBUCO – Agropene Assoc. das Empresas Agropecuárias do Nordeste
- PARAIBA – APCZ Assoc. Paraibana dos Criadores de Zebu
- RIO GRANDE DO NORTE – Anorc Assoc. Noroiongrandense dos Criadores
- CEARA – Asoc. Centro Nordestina de Criadores
- PIAUÍ – Assoc. dos Criadores do Piau.

A revista com a
CORAGEM
do Homem do Campo

EDITORA TROPICAL LTDA
RECIFE, PE – R. Samuel Farias, 61, casa forte,
Cx. Postal: 6033, Telex: (081) 1704,
Fones: (081) 268-0993/1434.
SALVADOR, BA – Caixa Postal: 2073,
Fones: (071) 248-2579/ 8468.

Assinatura: 2 anos: Cr\$ 2.000 - 1 ano: Cr\$ 1.100,00



Pesca

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

A importância da pesca

Produção pesqueira mundial

Entre 1970 e 1975 as Capturas Mundiais estiveram estabilizadas em cerca de 69 milhões de toneladas. Em 1976, registraram um aumento de 5%, atingindo um nível de quase 73 milhões de toneladas.

Segundo a FAO, a Captura Mundial poderia alcançar 130 milhões de toneladas no ano 2000. Deste total, 110 milhões de toneladas poderiam ser usadas para consumo humano direto.

Para o alcance de 130 milhões de toneladas no ano 2000, seria necessário um investimento de:

- 26 bilhões de dólares em embarcações portuárias e sistemas de aquicultura;
- 3 bilhões de dólares para indústria de pescado, inclusive instalações destinadas ao preparo direto da parte do pescado, atualmente usado na produção de farinha de peixe, para o consumo humano direto;
- 1 bilhão de dólares destinados à capacitação de pessoal e desenvolvimento de técnicos, para reduzir os desperdícios e perdas das pescas já existentes.

Produção pesqueira nacional

A parte mais significativa da produção pesqueira marinha e estuarina está ligada às operações da frota motorizada que varia de 10 a 120 toneladas, construída e equipada para explorar recursos pelágicos (sardinhas, enchovas, cavalinhas, tainhas) e peixes demersais ou de fundo (corvinas, pescados e camarões).

A maior parte dessa frota motorizada situa-se nas regiões Sudeste e Sul.

O número de embarcações da frota nacional:

Frota Industrial — 818 embarcações
A frota pesqueira industrial é forma-

O Estado do Rio de Janeiro possui o maior parque industrial de pescado enlatado da América Latina, com capacidade para produzir até 500 milhões de latas por ano, conforme afirma, em sua palestra, o coordenador regional Sudepe-RJ e presidente da Comissão de Pesca da Sociedade Nacional de Agricultura, Pedro Melo.



Pedro Melo: "Rio de Janeiro pode produzir até 500 milhões de latas de pescado por ano"

da na sua maioria por embarcações de maior tonelagem (acima de 20 toneladas bruta), com idade média bastante avançada, com pouca autonomia de mar, se comparada às grandes embarcações utilizadas por outros países.

Frota Artesanal — 48.155 embarcações

Embarcações até 20 toneladas, com grandes variações, sendo 6.305 motorizadas e 48.105 não motorizadas.

Com uma costa marítima de 8.000 quilômetros e um enorme potencial de águas doce, a pesca no Brasil é oriunda, quase exclusivamente, do sistema de

pesca extrativa em águas marinhas, estuarinas e interiores.

- Peixes Marinhos — 63%
- Peixes de Água Doce — 15%
- Crustáceos — 21%
- Moluscos, Mamíferos aquáticos, Quelônios e Algas — 1%

Sendo que a Pesca Industrial corresponde 50,4%, ou seja, 478.500 toneladas/ano.

Pesca Artesanal — 49,6% — 471.200 toneladas/ano.

O consumo de pescado é da ordem de 6kg/hab/ano.

O Brasil em 1977 exportou 74,9 milhões de dólares.

Em 1980, as exportações chegaram a 150 milhões de dólares.

Em 1981 a estimativa é de 200 milhões de dólares.

As espécies de pescado mais exportados são: Pargo, Atun e Afins, Camarões e Lagosta.

A pesca no estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo maior produtor de pescado do Brasil com 178.000 toneladas/ano, só superado por Santa Catarina com 228.000 toneladas/ano.

Quadro I

Frota Pesqueira Industrial	
Brasil	818
Rio de Janeiro	202
Frota Pesqueira Artesanal	
Brasil	48.155
Rio de Janeiro	797



Pesca

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82



A pesca artesanal captura 471.200 toneladas por ano, já correspondendo atualmente a 49,6% do total pescado no Brasil.

Parque Industrial Indústrias de Processamento BRASIL

Linha de Processamento	Número de Indústrias
Congelados e Resfriados	198
Salgados e Defumados	77
Enlatados	36
Farinha	35
TOTAL	346

RIO DE JANEIRO

Linha de Processamento	Número de Indústrias
Congelados e Resfriados	26
Salgados e Defumados	16
Enlatados	16
Óleo	12
Farinha	17
Gelo	21
Total das Indústrias existentes no Rio de Janeiro	47

Pesca Artesanal

Colônias no Brasil	254
Colônias no Rio de Janeiro	19
Cooperativas no Rio de Janeiro	14
(Caju, Angra dos Reis, Macaé e Norte Fluminense)	
Pescadores Colonizados no Brasil	146.625
Pescadores não Colonizados no Brasil (estimativa)	238.133
Pescadores Colonizados no Rio de Janeiro	13.500
Pescadores não Colonizados no Rio de Janeiro (estimativa)	25.000

Industrial

O Rio de Janeiro comporta o maior parque industrial de pescado enlatado da América Latina com capacidade para 500 milhões de lata/ano.

O grande desenvolvimento da Captura do Estado do Rio de Janeiro tem sido a transformação de embarcações para Captura do Atum com isca viva. A frota conta atualmente com 86 embarcações, com uma tripulação em torno de 23 pescadores por embarcação.

Setenta por cento da captura de Tunídeos são comercializados in natura — congelados e exportados.



Pesca

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Quadro I

SUDEPE / BID — Localização e Atividades Programadas — Aquicultura

US\$ 131.200.000

SUBPROGRAMA A: FINANCIAMENTO (PROPESCA)

- 10 estações particulares produtoras de alevinos.
- 1.600 ha Piscigranjas.
- Cooperativas de Pesca

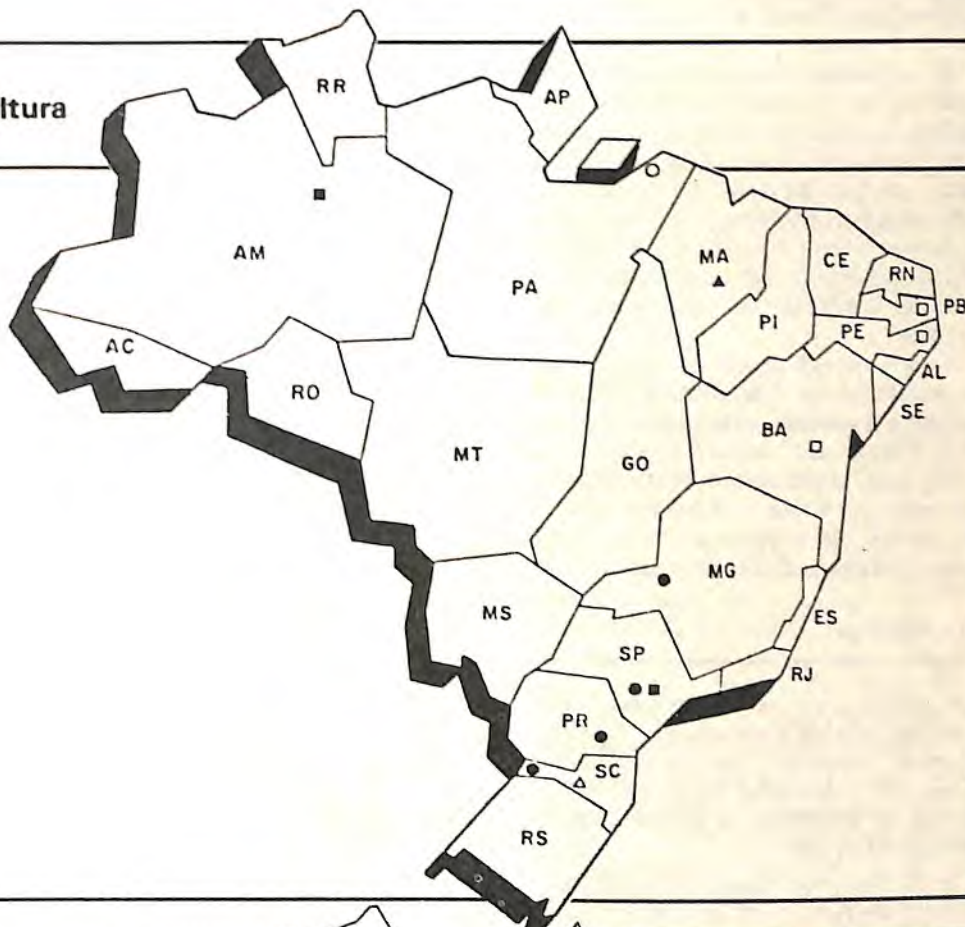
SUBPROGRAMA B:

- ▲ Terminal Pesqueiro do Maranhão.

SUBPROGRAMA C:

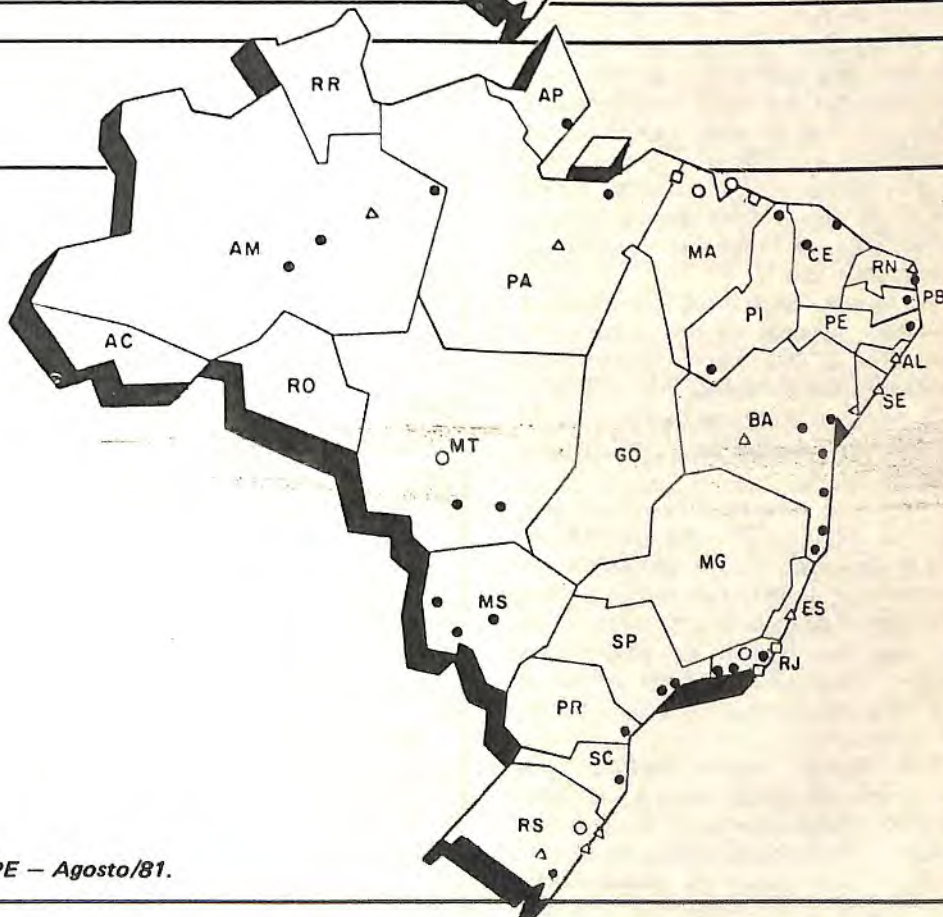
- Centro de Pesquisa em Aquicultura — 2.
- Estação de Produção de Tilápia — 3 — 6.500.000.000 Alevinos/Ano.
- Estação de Produção de Carpa — 4 — 8.500.000.000 Alevinos/Ano.
- △ Estação de Produção de Ovos de Truta — 1 — 4.800.000 Alevinos/Ano.
- Barcos de Pesquisa.

Fonte: PDP/SUDEPE — Agosto/81.



Cooperativas de Pesca

- Operando = 31
- △ Em implantação = 11
- Desativadas = 5
- Operando precariamente = 5



Fonte: Assessoria de Cooperativismo / SUDEPE — Agosto/81.



Pesca

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Os atuneiros transportam de 200 a 1000 kg de Sardinha como isca viva, devido a super exploração dos estoques naturais de isca na Baía de Guanabara, a captura de Atum e afins enfrentam um grave problema de infra-estrutura, o que influi diretamente nos custos. Cada embarcação captura uma média de 10 toneladas por jornada (4 a 5 dias no mar).

Para resolver o problema referente ao fornecimento de isca viva, técnicos da Extensão Pesqueira vêm experimentando a Tilápia que, embora seja de água doce, vem respondendo positivamente aos testes até então submetidos. A Tilápia desova cinco vezes ao ano e uma fêmea pode gerar 5.000 alevinos.

Aqüicultura

O pescado de águas interiores, com uma participação estimada em 15% da produção nacional, tem apresentado índices de crescimento ainda não satisfatórios, a considerar o grande potencial hídrico do País.

A maioria das bacias hidrográficas, outrora piscosas, tem sofrido grandes transformações, quer por influência das barragens hidroelétricas, quer pelo desenvolvimento industrial desordenado e urbano, às suas margens, causadoras de poluições que modificam as condições naturais e determinam a redução dos estoques de peixes e até mesmo o desaparecimento de inúmeras espécies de valor alimentício.

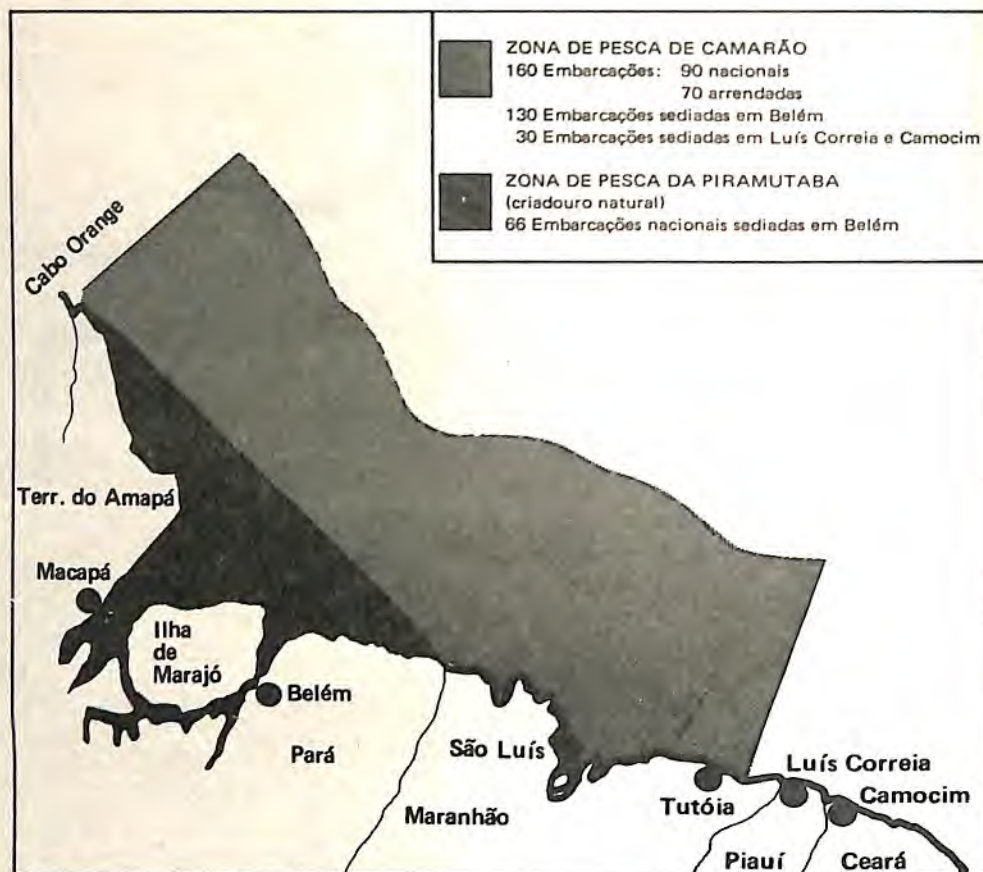
As últimas estatísticas registraram a produção nacional de Aqüicultura em torno de 22.000 t/ano, concentrada principalmente no Nordeste brasileiro.

O principal problema da Piscicultura é a falta de Estações para produção de Alevinos.

No Rio de Janeiro foi realizado em julho de 1981 o 1º **Peixamento do Estado na Lagoa Feia** - Município de Campos com 10.000 alevinos de Curimatã e será completado até março deste ano com um milhão de alevinos de Carpa, Tilápia nilótica, Pacu e Piau, o que beneficiará cerca de 5.000 pescadores da região.

Em convênio com o Colégio Agrícola Ildefonso Bastos Borges, de Bom Jesus de Itabapoana da UFF., foi projetada e construída uma Estação de Piscicultura para Cultivo de Tilápia nilótica e a partir de março/82 estarão a dis-

Frota Pesqueira Norte



Quadro II

Estações produtoras de alevinos Espécies cultivadas e produção esperada

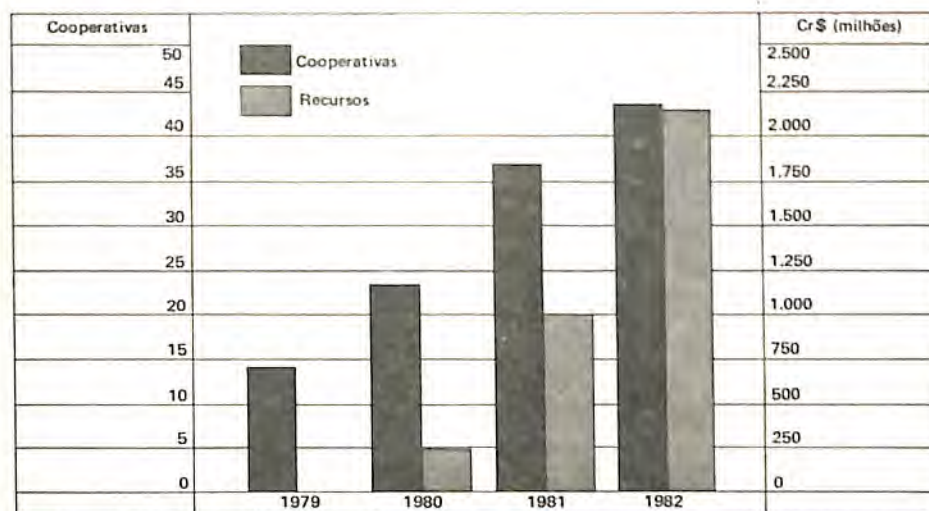
Localização da estação (Cidade - Estado)	Espécie a ser cultivada	Produção de alevinos
CHAPECÓ - SC	CARPA	3.000.000
CASA BRANCA - SP	CARPA	3.000.000
UBERLÂNDIA - MG	CARPA - TILÁPIA	3.000.000
PONTA GROSSA - PR	CARPA	1.000.000
LAGES - SC	TRUTA	4.800.000
BOQUEIRÃO - PB	TILÁPIA	1.000.000
JEQUIÉ - BA	TILÁPIA	2.000.000
S. LOURENÇO DA MATA - PE	TILÁPIA	2.000.000
TOTAL		19.800.000

* NOTA: Alevinos e ovos embrionados
Fonte - PDP Agosto/81



Quadro III

Crescimento das Cooperativas Pesqueiras no Brasil



Fonte: Assessoria de Cooperativismo / SUDEPE - Agosto / 81

Quadro IV

Estimativa da produção a ser gerada com a implementação do programa

Fonte de Produção	Toneladas ano	Valor posto praia (em milhares de US\$)
100 CAMARONEIROS: 50t camarão/ano por unidade a \$ 5,50 o quilo fora do barco (média); e 100t pescado/ano a \$ 0,30 o quilo	5.000 10.000	27.500 3.000
60 TRAIENIRAS - ARRASTÃO: 1/800 t/ano por unidade a \$ 0,40 o quilo fora do barco	48.000	19.200
10 BARCOS DE PESCA DE ATUNS: 800 t/ano por barco a \$ 650 por t fora do barco	8.000	5.200
1.600 UNIDADES PISCÍCOLAS: 8 t x unidade de 1 ha a \$ 0,60 o quilo na granja	12.800	7.680
25 BARCOS E PRODUÇÃO ADICIONAL DE ARTESÃOS DO MARANHÃO: 10.000 t/ano a \$ 0,60 o quilo, posto praia	10.000	6.000
200 LANCHAS ARTESANAIS: 65 t/ano por unidade a \$ 0,60 o quilo	13.000	7.800
TOTAIS	106.800	76.380

Fonte: PDP/SUDEPE - Julho/81.

posição matrizes e reprodutores - para os produtores rurais do Norte Fluminense.

Para outros centros do Estado recuperaremos a Estação de Piscicultura de Trajano de Moraes e Bocaina.

A partir de janeiro deste ano estarão à disposição 200.000 alevinos de Truta para peixamento de municípios de clima frio.

Comercialização

A SUDEPE-RJ projetou para o Estado do Rio de Janeiro um Terminal Pesqueiro e três pequenos Entrepósitos.

No Norte Fluminense por ser considerado uma área piscosa, com a produção de 50.000 t/ano, foi projetado um Terminal Pesqueiro para manipular, resfriar, comercializar, congelar, estocar e transportar o pescado, já tendo sido autorizada a licitação das obras.

Foram inaugurados 2 (dois) frigoríficos, construídos com assistência da SUDEPE, com capacidade de congelar 10 toneladas de pescado por dia e visando também a exportação.

Serão construídos 3 (três) Entrepósitos em Angra dos Reis, Parati e Cabo Frio, que são áreas de grande produção e contarão com a infra-estrutura necessária, possibilitando a diminuição dos custos operacionais e dessa forma, beneficiar o produtor e o consumidor, eliminando-se as grandes margens de intermediação existentes no setor.

Estímulos através do crédito

Através da utilização do crédito rural e do Projeto BID/SUDEPE-PROPECA, foram atendidos no Estado do Rio de Janeiro:

- 1) Indústrias. 340 milhões
- 2) Pesca Artesanal. 50 milhões
- 3) Cartas de Crédito aprovadas pelo Propesca/Sudepe/Rio 420 milhões

Pelo PROPECA/SUDEPE no Estado do Rio de Janeiro foram contemplados pelo referido crédito, 80 pescadores artesanais, 4 indústrias, 4 projetos de aquíicultura, e as Cooperativas de Angra dos Reis, Cajú, Macaé e Norte Fluminense.

Encerramento

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

As conclusões do Seminário

A Sociedade Nacional de Agricultura sente-se particularmente honrada com a presença do Ministro da Agricultura na sessão de encerramento do Seminário de Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82, significando mais uma prova de que o Governo do Presidente Figueiredo pretende ouvir os reclamos da classe rural brasileira, sentir os seus anseios e sentar-se junto à mesa dos debates.

Promovemos este Seminário, como o próprio título indica, com o objetivo de demonstrar que a SNA, a mais antiga entidade vinculada à problemática agrária do Brasil, embora lutando com a falta de recursos, certamente um problema nacional e setorial da agricultura, procura manter-se dentro de suas normas estatutárias, exigindo uma diversificação de estudos que somente uma gama também diversificada de analistas, como os que aqui estiveram, pode realizar.

Após a análise de cada um dos segmentos debatidos nesta casa, abrangendo a agricultura nacional, os expositores apresentaram as perspectivas que lhes pareceram mais reais diante do horizonte agrário de 1982.

Cabe a mim, então, passar ao Ministro, bem assim às demais autoridades governamentais, os resultados deste Seminário, aqui reunindo, numa possível síntese, os mais importantes aspectos das discussões destes três dias.

Falta de recursos

A nossa agricultura tem trabalhado, nos últimos três anos, com poucos recursos, pouco capital para investimento. Há uma grande expectativa quanto às novas taxas de juros, que podem onerar mais ainda a produção, pela elevação dos custos de financiamento. Esse problema poderá ser minimizado caso seja permitido aos produtores o recebimento da sua remuneração fixada pelo próprio mercado. Assim, com os preços estabelecidos pela livre concorrência, o setor estará melhor remunerado.

No caso dos subsídios, afirma-se ser preciso que o Brasil perca o desonroso primeiro lugar em concessão de subsí-



O Presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, fez, na presença do Ministro Stabile e outras autoridades e ainda de diversos líderes do setor, uma síntese geral das conclusões do seminário:

dios, pois o País seria o paraíso dos subsídios. Assim, no caso do setor agrícola, ao invés de subsídios, a alternativa é deixar que os produtos alcancem seu preço natural, pelo livre mercado.

No entanto, é importante assinalar que a atividade agropecuária, por suas peculiaridades, é subsidiada e fortemente apoiada em todos os países de agricultura desenvolvida, como forma de compensar os riscos que a envolve.

E, mesmo que a política econômica esteja dirigida no sentido de acabar com os subsídios e favores governamentais, isso deverá ser iniciado por outros setores, fortemente favorecidos, que não têm a importância econômica e social em termos de produção e emprego que tem o setor agrícola.

Ainda batendo na tecla da falta de recursos, é preocupante a informação de que apenas 25 por cento dos homens do campo têm acesso ao crédito rural. Para esses dois problemas da maior gravidade, os nossos debatedores participantes do Seminário indicaram, entre outras soluções, o aumento da cota obrigatória dos bancos particulares e a formação de um sistema nacional de crédito cooperativo para o meio rural, sob o comando do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o BNCC.

Quanto à próxima safra de grãos, cujas previsões indicam apenas o aumento de um por cento na área cultivada, passando-se a produção de 51,7 para 51,9 milhões de toneladas, observou-se que esse pequeno acréscimo na área decorre, provavelmente, de uma série de fatores prejudiciais, como o aumento das taxas de juros, a redução nos valores reais dos VBC's e os baixos preços dos produtos agrícolas praticados no decorrer de 1981, considerados desestimulantes.

Há que assinalar, também, a continuidade da inflação e o fato dos insumos agrícolas provenientes das indústrias acompanharem o INPC, enquanto que os preços recebidos pelos produtores têm tendência de estabilidade a valores correntes e declinantes em termos reais, desestimulando fortemente o setor.

Como é do conhecimento de todos, as duas últimas safras tiveram uma situação favorável ao desenvolvimento vegetativo das culturas, enquanto que a presente safra é ainda uma incógnita, em decorrência da própria redução de tecnologia nas lavouras, devida aos preços dos insumos e da participação dos médios e grandes produtores com recursos próprios, dificultada, já que estes estão descapitalizados.

O que se propõe, no caso, é que cabe ao Governo acompanhar, mais de perto, a evolução dos preços dos principais insumos agrícolas, e assegurar, no início da colheita, um financiamento adequado para a comercialização da safra. De todas as formas, é necessário preservar a remuneração futura do produtor, resguardando-a da erosão decorrente das altas taxas de inflação atuais.

A legislação deve ser aplicada

No tocante à legislação agrária, é importante não permitir que o conceito do Governo do Presidente Figueiredo decaia perante a opinião pública, e faça com que a lei do usucapião especial entre em funcionamento imediatamente, beneficiando, sem entraves burocráticos, os que ocupam a terra e nela produzem há vários anos.

Encerramento

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Quanto ao movimento cooperativista brasileiro, a proposta é no sentido da retirada, gradativa, da intervenção do Governo no setor, diminuindo-se essa tutela até chegar-se à plena autonomia das cooperativas que, no entender de suas lideranças, muitas vezes deixam de realizar negócios ao aguardar o pronunciamento decisório de órgãos governamentais.

A importância do café e cacau

As questões do café e do cacau — dois grandes produtos do setor primário brasileiro — foram amplamente debatidas neste plenário. As recomendações são no sentido de que é necessária uma atenção maior ao setor cafeeiro, hoje envolvendo cerca de 237 mil cafeicultores, numa atividade que emprega diretamente um milhão e cem mil trabalhadores rurais, com um total de seis milhões e quinhentos mil pessoas direta ou indiretamente ligadas ao setor. Também aqui o mesmo quadro de desequilíbrio dos preços dos produtos primários em relação ao aumento dos preços dos produtos industriais.

O caso do cacau não é menos preocupante. O produto foi responsável, em 1979, pela geração de divisas no valor de quase um bilhão de dólares — representando 6,25 por cento do total das exportações brasileiras — mas dificilmente ultrapassou, em 1981, a cifra dos 650 milhões de dólares. E isto ocorreu sem a menor culpa por parte dos produtores, que seguem penalizados pelas baixas cotações no mercado internacional mas não diminuem o ritmo do seu trabalho.

A irrigação precisa de definições mais objetivas

Hoje em dia, vivemos um momento aberto à irrigação. Parece que, de repente, a consciência nacional acordou para esse valioso suporte da economia agrícola.

Verifica-se uma grande euforia dirigida ao uso de novos equipamentos de irrigação. Entretanto, é bom dizer, o Brasil ainda não definiu precisamente uma política de irrigação porque decorridos mais de dois anos de vigência da lei

número 6.662, não foi baixada a sua regulamentação: assim, a política para o setor, malgrado os êxitos alcançados, especialmente no Nordeste e já agora com o Provárzeas, carece de ser urgentemente definida e de ter regulamentada a sua aplicação.

A pecuária tem sofrido de problemas cíclicos

Também a pecuária brasileira precisa de definições. O que a pecuária deseja é a fixação de diretrizes a longo prazo, entre 5 e 10 anos, a ponto de evitar as crises cíclicas que abalam o setor. Com dados demonstrados nos nossos debates pelo próprio Ministério da Agricultura, vê-se que, anualmente, o produtor de carne bovina deixa de ter um ingresso de 98 bilhões de cruzeiros. A perda no leite eleva essa cifra para 170 bilhões, ou seja, mais 72 bilhões de cruzeiros correspon-

dentes a três bilhões e trezentos milhões de litros que deixam de ser produzidos por condições desfavoráveis. Torna-se necessária uma firme definição, no sentido de se proporcionar ao setor a possibilidade de melhor ganho zootécnico, para a inversão desse quadro.

É necessário manter o setor agrícola estimulado

Todo esse quadro, nos leva a crer que, com a anunciada redução dos subsídios à agricultura, as autoridades devem ter como preocupação maior a necessidade de manter alguns estímulos, visando garantir uma safra agrícola compensadora no próximo ano, a curto prazo, e permitir a continuidade do trabalho nos campos que enobrece, mas que, no momento, preocupa sobretudo a todos direta ou indiretamente ligados ao setor agropecuário.

Seja um técnico na AGRICULTURA



sem se afastar de sua casa e sem prejuízo para suas ocupações normais

VOCE OBTERA

- Lucros compensadores - Colheitas muito mais rendosas - Oportunidades várias - Dignidade profissional

VOCÊ PODERA

Cuidar - Modernizar - Recuperar - Proteger

**SUA FAZENDA SUA GRANJA
SUA CHACARA SEU SÍTIO**

através de nossos eficientes e bem organizados cursos por correspondência, orientados e administrados por renomados engenheiros agrônomos e veterinários

**ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA AGRÍCOLA
BOVINOCULTURA - AVICULTURA**

Ou poderá assegurar seu futuro trabalhando para outros - pois essa nova e atrativa profissão lhe abrirá novos horizontes e lhe proporcionará magníficas oportunidades. Não perca mais um dia na VIDA. A indecisão é o caminho do FRACASSO. Solicite nos hoje mesmo folhetos explicativos.

— INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA —
Rua Antonio Lapa, 78
Cx. Postal 1148 - Campinas - São Paulo

LEIA E ASSINE OCB

A Revista Nacional do Cooperativismo

Cr\$ 450,00

a revista lida pelas pessoas que decidem dentro das cooperativas

Uma publicação da Organização das Cooperativas Brasileiras
SCS, Ed. Barakat, sala 1 206, fone 225 0275
R. 41 70 309 Brasília - DF

Sim, Quero fazer () assinatura(s) anual(is) (6 edições) de OCB

Nome _____

End _____

Cid _____ Est _____

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA

Encerramento

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

Um balanço da prioridade agrária

É com bastante satisfação que, como Ministro da Agricultura, venho a esta casa que guarda tantas tradições e tão cara à agropecuária nacional, como um dos porta-vozes mais expressivos do setor.

E nada mais oportuno, no momento em que nos aproximamos da metade do Governo do Presidente João Figueiredo, do que fazer um balanço, mesmo que ligeiro, de como se comportou o setor nesse período e qual a política a seguir, nos próximos três anos, que virão compor a segunda metade da gestão do excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Podemos dizer que pelo segundo ano consecutivo a agricultura brasileira fecha o ano bem. Tivemos no setor, como todo segmento vivo e dinâmico da sociedade, acertos e desacertos, dificuldades maiores ou menores, mas o saldo, estou convencido, é amplamente positivo.

Conseguimos, pela união de esforços entre produtores e Governo, contornar essas dificuldades. E o resultado final é um setor hoje mais forte, com o produtor rural, em seu trabalho, mais valorizado, com uma conscientização maior de toda a sociedade da importância desse trabalho como fator de consolidação da economia nacional.

Pelo segundo ano consecutivo tivemos uma boa safra. Graças a Deus, o clima ajudou. O governo manteve sua decisão política de, em meio a um combate feroz contra a inflação, continuar dando o máximo de apoio ao setor e o agricultor respondeu plantando, cada vez mais e melhor.

Com melhores safras, deixamos este ano de importar arroz, feijão, milho ou leite. Importamos alguma carne, mas não para abastecer o mercado interno, apenas para reexportá-la como produto industrializado. A exportação de produtos agropecuários cresceu 2 bilhões de dólares, este ano, à balança comercial do país, em relação ao total exportado no ano passado.

O abastecimento de alimentos à população foi melhor. O caso mais flagrante foi o suprimento de feijão, que no ano passado, neste mesmo mês de dezembro, praticamente não se encontra-



Transcrevemos a íntegra do discurso do Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, no encerramento do Seminário "Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82".

va na praça. Neste ano, temos o produto em abundância e com preços, para as donas-de-casa, semelhantes aos de dois anos atrás.

Este comportamento mostra que, efetivamente, a única forma de se combater a especulação, o atravessador, é pelo aumento da produção. Apenas pela maior oferta de aumentos, o espaço de manobra desse elemento nocivo ao processo sadio de comercialização desaparece.

E o Governo, para combater esses abusos, começa a formar seus primeiros estoques reguladores. Os produtos perecíveis ainda continuam mais difíceis de controlar. O desenvolvimento da Agroindústria no setor esbarra nos hábitos de consumo da população, que são difíceis de mudar, mas que lentamente se ajustarão aos novos produtos, inclusive pela melhora do padrão de vida do brasileiro, principalmente nos grandes centros.

Nessa área, também foi feito um grande esforço por meio da ação da Cobal, procurando-se facilitar a distri-

buição desses produtos perecíveis, ligando-se áreas de excesso de oferta com aquelas onde o produto estivesse em falta, procurando-se suplementar, onde possível, a ação do setor privado na melhoria da comercialização dessas mercadorias. Nunca no sentido de substituir a ação do setor privado, mas procurando sempre ser um instrumento de disciplina do mercado, em benefício do consumidor, cientes de que o regime de mercado, quando a oferta da produção é abundante, é o melhor instrumento em defesa desse mesmo consumidor.

O reflexo deste quadro geral começa a ter sua expressão no comportamento dos preços dos alimentos. Eles deixaram de ser um fator realimentador da inflação e passaram a contê-la. Os aumentos de seus preços em 1981 foram menores que as taxas gerais de inflação, em vários meses.

Tivemos algumas dificuldades, como não poderia deixar de ser, em relação à produção e comercialização de alguns produtos, mas que foram contornados. Mas a maior delas e que ainda não foi contornada, infelizmente, foi a carência de recursos para investimentos no setor.

Nos níveis atingidos pela inflação, este ano, todos sabemos que é sempre necessário, mais e mais recursos para financiar o mesmo volume de produção. E com o subsídio que vigorou nas taxas de juros para o crédito rural, distante do nível de inflação, o baixo retorno do capital aplicado tem sido o principal fator limitante de recursos ao próprio setor.

Estes recursos, no quadro atual da necessidade de reduzir a expansão monetária, têm sido escassos e administrar a escassez impõe prioridades. A prioridade foi dada ao financiamento do custeio agrícola, exigindo-se do grande produtor e do setor financeiro privado uma participação maior nesse financiamento, suplementando os recursos colocados à disposição do setor pelo governo, via Banco Central e Banco do Brasil.

Assim, pelo segundo ano consecutivo faltaram recursos mais abundantes para investimentos e para a pecuária. A esta, o Governo, sem recursos maiores, deu seu apoio sustentando o preço da carne

Encerramento

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

no mercado, comprando no ano passado acima de 250 mil toneladas para formar seu estoque regulador e evitando um aviltamento do preço do produto, permitindo que o pecuarista de produtividade mediana tivesse recursos para ele mesmo financiar pelo menos o seu custeio.

Todos reconhecem que a fase da pecuária no país e no mundo, hoje, é de oferta abundante. O ciclo, que se repete com regularidade ao longo de décadas de oscilações de preços do produto, é bem conhecido de todos no setor, que igualmente sabem que apenas pelo mecanismo regulador de mercado, eliminando-se os menos eficientes, os de custo mais elevado, se ajustará à oferta do produto ao nível de sua demanda efetiva.

Iniciamos o plantio da terceira safra do atual Governo, no ano agrícola de 81/82, com otimismo. Pelo terceiro ano consecutivo, apesar da falta de recursos para investimentos, o agricultor brasileiro aumentou a área plantada. São praticamente 17 por cento a mais de área plantada, em três anos, representando a incorporação de aproximadamente 6 milhões de hectares no período de 1979 a 1981, o que representa fato inédito na história de nosso país.

Em 1981 o produtor usou mais de 200 mil toneladas de boas sementes, acima da quantidade utilizada na safra passada e, apesar da queda nas vendas de fertilizantes, usou pelo menos um volume igual ao do ano de 1980 pela desova dos estoques desse insumo, formados no fim de 1980, em função do benefício do financiamento sem juros que ele tinha.

Um novo estímulo importante ao agricultor, em 1981, foi a introdução da correção monetária no preço de sua produção, protegendo-o contra a inflação.

Com maior área plantada, maior uso de sementes melhoradas, um volume de fertilizantes aplicados pelo menos igual ao do ano de 1980 tendo o melhor adubo que é a garantia de um preço mínimo corrigido e, principalmente, com um início favorável de chuvas, temos esperanças de colhermos uma nova boa safra de alimentos neste ano, safra que venha ajudar o país a vencer a inflação, a reequilibrar nossa balança comercial e, principalmente, trazer mais tranquilidade à família brasileira.

Este é um quadro sintético, simples mas realista, do que se passou, de como iniciamos o terceiro ano de plantio desmentindo com fatos aqueles que, por interesses próprios e menores, insistem em querer negar o que a realidade está mostrando. Insistência, aliás, que resultará infrutífera, porque o povo, em sua sabedoria, sabe reconhecer a seriedade com que o Presidente João Figueiredo está empenhado em levar a todos os brasileiros os benefícios de um alimento bom, abundante e barato.

E qual a política, os planos do Governo para o setor nos próximos três anos?

Alguns têm criticado o Governo pela falta de um plano geral para o setor, de prazo mais longo. Planos não faltam. O que tem faltado é a disposição para anunciá-los, sem a certeza de se poder levá-los avante.

Não são os planos que criam a produção, mas sim as medidas concretas de apoio ao setor, medidas essas que, em um regime de combate a uma inflação elevada, como a que temos vivido, impõem decisões de emergência, para a correção de rumos, que na maioria das vezes contrariam os planos pré-estabelecidos, desacreditando-os.

Alguns ignorantes confundem a falta de planos com a falta de uma política. Esta sempre teve uma definição clara, de apoio ao setor. Uma política definida e consistente de financiamento ao custeio agrícola, de seguro contra as frustrações de safra, de preços mínimos diretamente vinculados a um nível médio de produtividade por produto, de garantia de compra de qualquer excedente de produção, nos produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos, de apoio à pesquisa e extensão rural, de estímulo à produção de sementes melhoradas, de fortalecimento das cooperativas de produção, de estímulo à irrigação e ao aproveitamento das várzeas brasileiras, enfim, uma política definida que tem dado corpo à prioridade ao setor, determinada pelo Presidente João Figueiredo.

Uma política que tem como fator limitante, é importante não esquecer, as imposições de uma decisão global do Governo, no sentido de reduzir os elevados níveis de inflação, que sacrificam toda a sociedade nacional.

E agora que essa inflação está em processo de recuo, podemos traçar linhas básicas que darão consistência às ações do Governo no setor agropecuário, para os próximos três anos.

Assim, dentro de um princípio sadio de reduzir a tutela do estado sobre a vida econômica do País, consciente do menor custo social que o mecanismo da livre iniciativa trará para a sociedade brasileira, o Governo procurará voltar seu apoio mais para as ações de fomento à produtividade do setor, do que interferir nos instrumentos de seleção natural daqueles que produzem melhor para o mercado, interno ou externo.

Por seu alcance social, continuará sendo dado um tratamento diferenciado ao pequeno produtor e ao Norte e Nordeste, áreas de menor produtividade relativa.

A política de financiamento ao custeio do plantio será mantida, mas aproximando-se as taxas desses financiamentos às de mercado, gradualmente, como fator de garantia de suprimento de recursos ao setor e eliminação de abusos, que sempre estão presentes na movimentação de quaisquer recursos subsidiados.

O Governo está consciente de que o benefício social da eficiência, para produtores e consumidores, é muito maior do que as vantagens dos subsídios, que são apropriados somente por alguns.

Os ajustes nos custos de produção serão cobertos por uma política de preços mínimos realista.

Assim, o princípio do preço básico será mantido, abrigando, também, não só os desembolsos de custeio, mas o custo financeiro das taxas de juros próximas de mercado. Esse preço base por produto amparado pela política de preços mínimos continuará sendo corrigido pelo INPC, até a época da colheita.

É importante lembrar, ainda, que esse preço básico é calculado tomando-se uma faixa média de produtividade por produto. O mecanismo fica, assim, ligado a um conceito de produtividade que premia o agricultor que produzir com mais eficiência e penaliza o produtor de baixa produtividade, reduzindo o risco da transferência do custo dessa ineficiência ao consumidor.

E é sempre esse produtor de alto custo e baixa eficiência que serve de apoio a reivindicações e pressões sobre o Governo, no afã de procurar no estado a cobertura para sua incapacidade empresarial.

Por esse mecanismo de correção monetária do preço mínimo, partindo-se de um preço básico realista, aquele agricul-

Encerramento

AGRICULTURA BRASILEIRA 81/82

tor de produtividade mediana, que for compelido a vender seu produto pelo preço oficial de garantia, terá a certeza de um ganho real.

O que o Governo espera é que o mercado, interno ou externo, absorva o aumento da produção agropecuária nacional, restando-lhe a missão de manter um estoque regulador de alimentos, que permita disciplinar o mercado, no caso de falta de um produto para o abastecimento interno.

E caso o Governo tenha que vender esses estoques, sempre o fará via bolsas, abertas ao público, sem admitir reservas de mercado e sempre a preços compatíveis com os preços mínimos vigentes.

Fora dessa área, é definição do Governo deixar que as forças de mercado determinem o comportamento dos preços e das ações dos operadores desse mercado.

O Governo continuará a financiar a produção obtida, via EGF e pré-EGF, a taxas de juros pelo menos iguais às dos financiamentos de custeio, procurando assegurar um fluxo e volumes de recursos compatíveis com o volume das safras colhidas.

Paralelamente, pelos prazos de remissão desses financiamentos, variáveis por produto, procuraremos criar condições de entrada dessas mercadorias no mercado, em função da necessidade de abastecimento do País.

A política de investimentos, por outro lado, vai sofrer uma alteração significativa, a partir do orçamento monetário de 1982. Reconhece o Governo que essa área é básica para induzir a melhoria da produtividade do setor, condição vital para que tenhamos uma agropecuária moderna, qualificada a operar nos mercados mundiais.

Assim, à medida que os recursos para custeio passem a encontrar fontes de suprimento no mercado, os recursos liberados passarão a financiar, via Banco do Brasil e Banco Central, os investimentos do setor, dentro de um novo conceito de verbas de fomento, aí sim, a taxas de juros subsidiadas e com prazos compatíveis para amortização.

O subsídio será gradualmente coberto pelo orçamento fiscal da união, deixando de constituir-se em um foco de inflação e de pressões sobre a base monetária. O Banco do Brasil poderá constituir-se em um grande Banco de fomen-

to à agricultura, passando a operar no custeio e na comercialização de produtos agropecuários, em condições iguais de concorrência com as demais instituições financeiras do setor, podendo liberar mais recursos para financiar a indústria e o comércio.

As verbas de fomento serão distribuídas conforme as prioridades do setor, somando-se a elas as verbas da administração direta e indireta do Ministério da Agricultura, as verbas dos programas especiais e, pelo ajuste e integração com os governos estaduais, até mesmo as verbas orçamentárias de investimentos dos estados.

Mantendo-se essas prioridades também em nível de verbas de investimentos do Banco Central e dos bancos Estaduais, comerciais e de desenvolvimento, teremos um grande orçamento programa para o setor rural brasileiro, ganhando-se eficiência e coordenação na aplicação dos recursos.

Essas, em linhas gerais, as características do programa de apoio ao setor rural brasileiro para os próximos três anos. Vamos iniciá-lo em 1982, procurando adaptar as prioridades à escassez de recursos, mas efetivamente iniciando o processo, pela aprovação pelo conselho monetário nacional do orçamento monetário para o ano de 82 que definirá recursos para investimentos no setor rural da ordem de 280 bilhões de cruzeiros, como saldo de final de ano apenas no Banco do Brasil, além de aproximadamente outros 50 bilhões de cruzeiros em repasses do Banco Central a outras instituições.

Esses valores representam reajuste superior a 90 por cento sobre o saldo de aplicações em investimentos que teremos neste ano e um incremento de nada menos que 100 por cento sobre a taxa média de evolução das disponibilidades para investimentos nos dois últimos anos.

O Governo também levará ao conselho sua proposta quanto às taxas de juro do crédito rural a vigorar a partir de 82, sendo de 45 por cento para a região centro-sul e de 35 por cento para as áreas da SUDAM e SUDENE, reduzindo-se a participação dos grandes e médios produtores no crédito subsidiado, respectivamente, para 50 e 70 por cento, procurando-se, por essa forma, trazer mais recursos do sistema financeiro para o financeiro agrícola, com um mínimo de mudanças nas regras atuais, simples-

mente ajustando-se as taxas a uma nova realidade de inflação menor, prevista para 1982. O pequeno produtor continuará recebendo 100 por cento do financiamento a taxas subsidiadas.

As taxas do crédito para investimento, de outro lado, obedecerão aos mesmos níveis de custeio, permanecendo fixas durante o período de carência e introduzindo-se a alternativa de uma taxa variável de 70 por cento da correção monetária, mais juros de 5 por cento ao ano, pelo período do financiamento e cobrando-se do produtor rural aquele que for o menor encargo resultante.

Tenho absoluta certeza de que o que se encaminhar ao setor rural, em recursos e apoio, retornará à sociedade brasileira na forma da riqueza maior para sua tranquilidade, que é o alimento mais abundante e de preço mais contido.

A agropecuária forte significa a retomada do desenvolvimento econômico do país, na forma da manutenção e geração de novos empregos nas cidades. Significa a base para um crescimento autossustentado da economia nacional, pelo fortalecimento do mercado interno.

Significa equilíbrio da balança comercial do País e a produção de biomassa para gerar energia renovável no Brasil.

Está nas mãos do produtor rural brasileiro essa tarefa. É ele, a nosso ver, o homem mais importante no Brasil de hoje.

O Governo está fazendo todo o possível para valorizar o seu trabalho, induzindo-o a produzir mais e melhor, na certeza de que ele também compreende sua responsabilidade em melhorar a produtividade de seu trabalho, como fator de seu fortalecimento e de maior oferta de alimentos a preços menores para a população brasileira.

É fundamental que a sociedade dê a ele também o valor que merece. E isto começou a ser feito pelo apoio e reconhecimento que o Governo do Presidente João Figueiredo tem dado a esse produtor rural.

Levemos a ele, neste momento, o nosso agradecimento e nossas homenagens, pelo serviço que está prestando ao Brasil, com seu sacrifício, com seu suor, com sua labuta difícil, com seu equilíbrio, com sua humildade, certos de que fazendo isso estamos dando a esse homem o reconhecimento do Governo e do povo brasileiros, por sua participação na construção de um grande Brasil.

Faça uma boa colheita.

Torne-se sócio da Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura, dentro da política de dinamização que vem sendo implementada na entidade, está ampliando seu quadro de associados.

É hora daqueles que lidam em nossa agropecuária unirem-se em torno da mais tradicional entidade do setor, somando esforços para uma maior e mais ampla atuação em prol do meio rural.

Sua participação é muito importante. Envie-nos sua proposta, devidamente preenchida.

Os associados da SNA recebem gratuitamente a revista A Lavoura, gozam de taxas reduzidas nos cursos e seminários promovidos pela entidade e têm livre acesso a inúmeras reuniões, palestras e outras solenidades que se realizam em nossa sede.

Contribuição social

Anuidade de pessoa física: Cr\$ 1.000,00

Anuidade de pessoa jurídica: Cr\$ 5.000,00



**Sociedade Nacional
de Agricultura**

PROPOSTA DE SÓCIO

Av. General Justo, 171 - 2.º andar - Tels. (021) 240-4573 e (021) 240-4149 - CEP. 20.021 - Caixa Postal 1245 - End. Teleg. VIRIBUSUNITIS - Rio de Janeiro - RJ - BRASIL

CATEGORIA

☐ PESSOA FÍSICA

☐ PESSOA JURÍDICA

Nome _____

Endereço _____

Estado _____

Cidade _____ CEP _____

Classificação

Assinale a alternativa que mais se adapte à sua atividade:

Pessoa jurídica

- ☐ Associação
- ☐ Cooperativa
- ☐ Sindicato rural
- ☐ Sindicato de trabalhadores
- ☐ Agroindústria
- ☐ Banco; produtor de equipamento ou insumo para a agricultura
- ☐ Comerciante de produtos agrícolas

Pessoa física

- ☐ Produtor rural
- ☐ Técnico ou profissional do setor agrário
- ☐ Outros - Indicar _____

Área de atuação

Assinalar a sua área de atuação, ou de interesse pessoal, mais importante:

- ☐ Avicultura
- ☐ Pecuária de leite
- ☐ Pecuária de corte
- ☐ Outros animais (suínos, equínos, caprinos, etc.)
- ☐ Café
- ☐ Cana-de-açúcar
- ☐ Soja e/ou trigo
- ☐ Agropecuária em geral - diversificada
- ☐ Outro relacionado com o setor agrário

Indicar: _____

- ☐ Não relacionado diretamente com o setor agrário

Indicar: _____

MATRÍCULA

--	--	--	--	--	--	--

ASSINATURA _____

PROPONENTE _____



O CAMINHO CERTO DO CAMPO À CIDADE.

O homem e a terra. Generosa terra onde se plantando tudo dá.
Homens e máquinas trabalhando a terra que garante
nossa alimentação de cada dia.

Em todo esse processo de vida, o Disco se faz sempre
presente, criando uma verdadeira ponte rodoviária de
abastecimento, desde as principais fontes de produção
e centros de lavoura até o grande Rio de Janeiro,
Niterói, Juiz de Fora e Jundiaí.

Enfim, uma das maiores redes de supermercados deste
país oferecendo em cada manhã de todo dia,
o melhor em frutas e hortigranjeiros.